



**agenda21**  
viana do alentejo **local**  
agir local por um futuro sustentável

## Uma Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável

2012

Município de Viana do Alentejo





**Uma Estratégia para o  
Desenvolvimento Sustentável**



### Município de Viana do Alentejo

Bernardino Bengalinha Pinto (Presidente da Câmara, Direção e coordenação geral)  
Bruno Borges (Adjunto do Presidente da Câmara, Geógrafo)  
António Padeirinha (Chefe da Divisão de Desenvolvimento Social e Humano, Animador Sociocultural)  
Florbela Cabeças (Gabinete de Comunicação e Informação, Comunicação Social)  
João Antunes (Divisão de Desenvolvimento Social e Humano, Sociólogo)  
Linda Baixinho (Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico, Gestão)  
Luísa Ferreira (Divisão de Desenvolvimento Social e Humano)  
João Morais (Gabinete de Comunicação e Informação, Design de Comunicação)  
Joaquim Filipe Bacalas (Gabinete de Comunicação e Informação)  
Sérgio Godinho (Divisão de Infra Estruturas Municipais e Serviços Urbanos, Arquiteto Paisagista)  
Sónia Cabeças (Divisão de Infra Estruturas Municipais e Serviços Urbanos, Engenheira do Ambiente)



RTGeo – Planeamento e Ordenamento do Território, Lda.:

Ricardo Tomé (Diretor Técnico, Geógrafo, Msc)  
Tiago Sousa (Coordenador Técnico, Geógrafo)  
Alexandre Domingues, (Geógrafo)  
Andreia Baptista (Geógrafa)  
António Ramos (Geógrafo, Msc)  
Luísa Adelino (Geógrafa)  
Luís Carvalho (Geógrafo)  
Patrícia Sérgio (Geógrafa)  
Tânia Vicente (Engenheira do Território)  
Vanessa Carrasco (Geógrafa)

Projeto cofinanciado por:



*É nas pessoas que reside a raiz da mudança....*

**Visão:**

*“Concelho atrativo que inspira a vontade de viver e visitar, oferecendo a todos uma elevada qualidade de vida, com valores patrimoniais singulares e produtos genuínos, com potencialidades para promover um desenvolvimento sustentável integrado”.*



**Bernardino António Bengalinha Pinto**

**Presidente da Câmara Municipal de Viana do Alentejo**

O Município de Viana do Alentejo, preocupado com a qualidade de vida dos seus concidadãos e com o desenvolvimento local, lançou-se no desafio de construir uma visão para o concelho e as bases estratégicas para o seu desenvolvimento sustentável, através do processo de elaboração e implementação da Agenda 21 Local. O objetivo concreto é o de dispor de instrumentos que permitam preparar estrategicamente o futuro do desenvolvimento do concelho no sentido da sustentabilidade, construídos com base num processo alargado de envolvimento dos atores locais (pessoas em nome individual, empresas, instituições e eleitos locais), que permita o fomento de uma cultura de participação e ética de responsabilidade pelo bem comum, aproximar os cidadãos do planeamento e da decisão, bem como aproximar o planeamento da realidade.

Com base na Visão definida para o concelho de Viana do Alentejo, o principal objetivo estratégico que temos vindo a prosseguir é inverter a tendência para o despovoamento que se tem verificado no Alentejo, atrair população para o concelho, assegurar o desenvolvimento e a contínua elevação da qualidade de vida dos cidadãos.

Neste contexto é preciso apostar numa política que assente na diversificação, alargamento e dinamização da base económica, que crie emprego, que valorize e potencie os recursos e produtos genuínos.

Os principais desafios para o concelho de Viana do Alentejo são dinamizar, em simultâneo, atuações de política pública municipal e parcerias que contribuam para:

- Reter e captar população para Viana do Alentejo;
- Revitalizar o tecido económico tendo por base a qualificação da base económica, a valorização dos recursos locais e das atividades/setores com tradição e capacidade de se afirmarem num contexto supralocal e a diversificação e valorização da base económica;
- Requalificar e dignificar as áreas urbanas, recuperando o edificado e valorizando o espaço público;
- Recuperar, salvaguardar e valorizar o património histórico-cultural e arquitetónico;
- Projetar a imagem do concelho pelos seus produtos de excelência e genuínos, e pela riqueza do seu património material e imaterial;
- Preservar a qualidade ambiental e a qualidade de vida;
- Promover a maior participação pública.

A todos aqueles que tornaram possível este trabalho e a todos os parceiros que participaram no processo e que o enriqueceram com os seus contributos, deixo o meu profundo agradecimento e lanço o desafio de continuarem a participar ativamente no processo de desenvolvimento deste concelho, prosseguindo os objetivos a que, em conjunto, nos propusemos alcançar.



Numa observação de relance sobre o Alentejo, entre os sentimentos que emergem mistura-se a ternura e a paixão, simultaneamente com saudade. Não a saudade do que foi, mas a saudade do que poderá ser atendendo aos recursos que encerra, da extensão territorial ao solo e paisagem, da morfologia ao clima e luz, passando pelas suas gentes, aparentemente perdidos, esquecidos ou subvalorizados. A elaboração da Agenda 21 Local para Viana do Alentejo (A21L\_VA), conducente à definição de uma estratégia para o desenvolvimento sustentável foi assim desde logo assumida como um forte desafio. Pelo que no espírito da Agenda 21, mas também como princípio metodológico da RT Geo, o primeiro passo adiantado no sentido de o superar com sucesso foi de apreender o espaço físico e o espaço vivido do concelho. Penetramos assim no território, misturamo-nos com as suas gentes. Vestimos enfim a “pele” local, estudando a inter-relação dos fenómenos que fazem do concelho de Viana aquilo que é, no espaço e no tempo.

Deste modo, assumindo também como importante o que é importante para os seus cidadãos, procuramos com todo o sentido de responsabilidade lançar as raízes de um futuro desejável um caminho a percorrer para um desenvolvimento sustentável para o concelho. É assim premente operacionalizar essa estratégia “regando a semente” agora lançada ao solo e acompanhar o seu crescimento. Para isto, são precisas pessoas porque é “nas pessoas que reside a raiz da mudança”, e a **vontade e empenho de muitos (e não apenas dos políticos eleitos)**, e uma nova atitude de governação. Certamente que o Município de Viana do Alentejo, em especial na pessoa do Sr. Presidente da Câmara, Bernardino Bengalinha Pinto, restante executivo e equipa técnica que gere e a assessoria, não deixarão perder esta oportunidade.

É ao Sr. Presidente a quem deixamos um particular agradecimento no esforço dedicado e audácia na elaboração da Agenda 21 de Viana do Alentejo, e por ter acreditado na RT Geo, Planeamento e Ordenamento do Território, Unipessoal Lda. O nosso obrigado especial é dirigido a todos os cidadãos do concelho que de algum modo participaram e permitiram a A21L\_VA. Foi para estes que dedicamos o nosso esforço.

	Página
FICHA TÉCNICA	002
MENSAGEM DO PRESIDENTE	004
AGRADECIMENTOS DA RT GEO	005
ÍNDICE	006
ÍNDICE DE FIGURAS	007
ÍNDICE DE QUADROS	008
<b>PARTE I. AO ENCONTRO DA "AGENDA 21 LOCAL DE VIANA DO ALENTEJO"</b>	
<b>009</b>	
1. NOTA INTRODUTÓRIA	010
2. A OPORTUNIDADE DE ELABORAÇÃO E O ALCANCE	012
2.1. SOBRE A OPORTUNIDADE DE ELABORAÇÃO	012
2.2. AMBIÇÃO E OBJETIVOS	013
3. COMO ELABORAMOS A AGENDA 21 LOCAL DE VIANA DO ALENTEJO	014
3.1. ORIENTAÇÃO METODOLÓGICA	014
3.2. DOS CONTEÚDOS E ESTRUTURA	017
4. A AGENDA 21 LOCAL DE VIANA DO ALENTEJO. DO CONCEITO AO QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	018
4.1. O QUE É A AGENDA 21 LOCAL DE VIANA DO ALENTEJO?	018
4.2. DE PORTUGAL AO ALENTEJO. QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	018
4.2.1. O ÂMBITO NACIONAL	019
4.2.2. O ÂMBITO REGIONAL	024
<b>PARTE II. UM OLHAR SOBRE O CONCELHO DE VIANA DO ALENTEJO</b>	
<b>027</b>	
5. POSIÇÃO E ENQUADRAMENTO TERRITORIAL	028
6. UMA APROXIMAÇÃO AO TERRITÓRIO FÍSICO	030
6.1. OS GRANDES TRAÇOS DO CLIMA REGIONAL E LOCAL	030
6.1.1. SOBRE O ESTUDO DO CLIMA. BREVE NOTA	030
6.1.2. O CLIMA DE VIANA DO ALENTEJO	031
6.2. O RELEVO	036
6.3. MORFOESTRUTURA	041
6.4. GEOLOGIA E LITOLOGIA	043
6.5. HIDROGEOLOGIA	046
6.6. HIDROGRAFIA	046
6.7. TIPO DE SOLOS E CAPACIDADE DE USO DO SOLO	048
6.8. USO DO SOLO	052
7. AO ENCONTRO DAS PESSOAS, DA ECONOMIA E DO POVOAMENTO	054
7.1. POPULAÇÃO: ESTRUTURA E DINÂMICA	054
7.2. ATIVIDADES E BASE ECONÓMICA LOCAL	059
7.3. CONDIÇÕES EDUCACIONAIS E DE SAÚDE	063
7.4. SISTEMA DE POVOAMENTO E REDE URBANA	065
8. O PATRIMÓNIO DE RELANCE	068
<b>PARTE III. DA SENSIBILIDADE DOS ATORES LOCAIS A UM DIAGNÓSTICO PARA A ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b>	
<b>075</b>	
9. DO PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO AO CONTRIBUTO DOS ATORES LOCAIS	076
9.1. O PROCESSO DE ENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÃO	076
9.2. O CONTRIBUTO DOS ATORES LOCAIS	076
9.2.1. SOBRE "O QUE MAIS GOSTA?"	077
9.2.2. SOBRE "O QUE MENOS GOSTA?"	080
9.2.3. SOBRE UMA "VISÃO PARA O FUTURO"	083
10. UM DIAGNÓSTICO DE BASE	084
10.1. DAS POTENCIALIDADES E FRAGILIDADES ÀS AMEAÇAS E OPORTUNIDADES. UMA ANÁLISE À MATRIZ SWOT	088
11. O PANO DE FUNDO PARA A DEFINIÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA O CONCELHO DE VIANA DO ALENTEJO	093
11.1. TENDÊNCIAS PESADAS DO DESENVOLVIMENTO DO CONCELHO DE VIANA DO ALENTEJO	093
11.2. O REFERENCIAL BALIZADOR DA ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA	094
<b>PARTE IV. UMA ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO CONCELHO DE VIANA DO ALENTEJO</b>	
<b>099</b>	
12. DA CONCRETIZAÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA RUMO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO CONCELHO	100
12.1. DA MISSÃO, A UMA VISÃO SUSTENTADA EM VALORES DE REFERÊNCIA PARA A CONCRETIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	101
13. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO CONCELHO. DOS DESAFIOS E DOMÍNIOS DE AÇÃO AOS PROJETOS RUMO À SUSTENTABILIDADE	102



13.1.	OS DESAFIOS	102
13.2.	OS DOMÍNIOS DE AÇÃO ESTRATÉGICA	103
PARTE V. UM QUADRO OPERACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO CONCELHO DE VIANA DO ALENTEJO		113
14.	UM SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO	114
15.	PROJETOS ÂNCORA. AS AÇÕES BASILARES DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO CONCELHO	119
16.	NOTAS FINAIS	120
BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA		123
ANEXOS FICHAS DOS PROJETOS ÂNCORA		129

## Índice de Figuras

Figura		Página
3.1	OS TRÊS PILARES DA SUSTENTABILIDADE	015
3.2	CICLO DA SUSTENTABILIDADE	016
3.3	ESTRUTURA METODOLÓGICA GLOBAL DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA A21L_VA	017
5.1	ENQUADRAMENTO TERRITORIAL DO CONCELHO DE VIANA DO ALENTEJO	029
6.1	ESTAÇÕES E POSTOS UDOMÉTRICOS ANALISADOS	033
6.2.	PRECIPITAÇÃO MÉDIA MENSAL E MÁXIMA MENSAL DIÁRIA (MM)	034
6.3.	TEMPERATURA MÉDIA MENSAL DIÁRIA (°C)	035
6.4.	HUMIDADE RELATIVA (%)	035
6.5.	FREQUÊNCIA (%) E VELOCIDADE DO VENTO (KM/H), POR RUMO	036
6.6.	HIPSOMETRIA	038
6.7.	DECLIVES	039
6.8.	EXPOSIÇÃO DE VERTENTES	040
6.9.	ESBOÇO MORFOESTRUTURAL	042
6.10	GEOLOGIA	044
6.11.	LITOLOGIA	045
6.12.	HIERARQUIA DA REDE HIDROGRÁFICA (ORDEM DE STRAHLER)	047
6.13.	TIPO DE SOLOS	050
6.14.	CAPACIDADE DE USO DO SOLO	051
6.15.	USO DO SOLO	053
7.1.	VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO ALENTEJO CENTRAL (2001-2009)	055
7.2.	EVOLUÇÃO DA TAXA DE ATIVIDADE NO CONCELHO DE VIANA DO ALENTEJO ENTRE 1991 E 2001	059
7.3.	DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR SETOR DE ATIVIDADE (2001)	060
7.4.	TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM, SEGUNDO O SETOR DE ATIVIDADE (2008)	060
7.5.	TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM, SEGUNDO O NÍVEL DE HABILITAÇÕES (2008)	060
7.6.	TAXA DE DESEMPREGO DA POPULAÇÃO RESIDENTE (EVOLUÇÃO 1991-2001)	061
7.7.	CONSULTAS MÉDICAS NO CENTRO DE SAÚDE, SEGUNDO A ESPECIALIDADE	065
7.8.	POPULAÇÃO DOS CENTROS URBANOS REGIONAIS	066
7.9.	HIERARQUIA DA REDE URBANA NO CONCELHO DE VIANA DO ALENTEJO	067
8.1.	GRUPOS-TIPO DE PATRIMÓNIO	068
8.2.	PATRIMÓNIO EM VIANA DO ALENTEJO	069
8.3.	UMA TORRE DO CASTELO DE VIANA DO ALENTEJO	070
8.4.	PORMENOR DA ENTRADA POENTE DA IGREJA MATRIZ	070
8.5.	FACHADA NORTE E POENTE DO SANTUÁRIO SRA. D'AIRES	070
8.6.	CHAFARIZ	071
8.7.	FONTE DA CRUZ	071
8.8.	CONVENTO BOM JESUS (VIANA)	072
8.9.	HORTO DO PAÇO DOS HENRIQUES (ALCÁÇOVAS)	072
8.10.	PALÁCIO DOS HENRIQUES	073
8.11.	ANTA (AGUIAR)	073
9.1.	UMA SÍNTESE DO CONTRIBUTO DOS ATORES LOCAIS	077
9.2.	DOMÍNIOS EM QUE SE FOCALIZA A VISÃO DOS ATORES LOCAIS	083
12.1.	PROCESSO DE CONCRETIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA O CONCELHO DE VIANA DO ALENTEJO	100
13.1.	DOMÍNIOS DE AÇÃO ESTRATÉGICA	103

14.1.	DINÂMICA-PROCESSO DA IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA	114
14.2.	FASES DE MONITORIZAÇÃO DA AGENDA 21 LOCAL DE VIANA DO ALENTEJO	114
15.1.	ESQUEMA DA FICHA DE PROJETO	119

## Índice de Quadros

Quadro		Página
6.1.	PRECIPITAÇÃO MÉDIA MENSAL E ANUAL (MM). ESTAÇÕES METEOROLÓGICAS (1951-1980)	031
6.2.	PRECIPITAÇÃO MÉDIA MENSAL E ANUAL (MM). POSTOS UDOMÉTRICOS (1951-1980)	032
7.1.	EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO NOS CONCELHOS DO ALENTEJO CENTRAL (2001 / 2011)	055
7.2.	EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO NO CONCELHO E FREGUESIAS (1970 A 2001)	056
7.3.	TAXA DE VARIAÇÃO POPULACIONAL (%), NO CONCELHO E FREGUESIAS (POR DÉCADA)	056
7.4.	CONCENTRAÇÃO (%) DA POPULAÇÃO DO CONCELHO, POR FREGUESIAS (1970 A 2001)	057
7.5.	PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO, SEGUNDO OS GRANDES GRUPOS ETÁRIOS, POR CONCELHO (2009)	057
7.6.	INDICADORES DE POPULAÇÃO (2009)	058
7.7.	TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM, SEGUNDO O ESCALÃO DE PESSOAL DA EMPRESA (2008)	060
7.8.	INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO (2008)	061
7.9.	BENEFICIÁRIOS DE SUBSÍDIOS DE DESEMPREGO DA SEGURANÇA SOCIAL, SEGUNDO O SEXO E A IDADE (2009)	061
7.10.	POPULAÇÃO RESIDENTE, SEGUNDO O GRAU DE ENSINO CONCLUÍDO (2001)	064
7.11.	INDICADORES DE EDUCAÇÃO (2008/2009)	064
7.12.	INDICADORES DE SAÚDE (2008 E 2009)	065
7.13.	POPULAÇÃO DOS CENTROS URBANOS REGIONAIS (2001)	066
7.14.	HIERARQUIA DA REDE URBANA CONCELHIA (2001)	067
9.1.	“QUADRO DE BORDO” SOBRE A PARTICIPAÇÃO PÚBLICA	076
9.2.	O QUE MAIS GOSTA NO CONCELHO? PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARQUITETÓNICO, CULTURAL E NATURAL	078
9.3.	O QUE MAIS GOSTA NO CONCELHO? QUALIDADE DE VIDA E AMBIENTE SOCIAL	078
9.4.	O QUE MAIS GOSTA NO CONCELHO? AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS	079
9.5.	O QUE MAIS GOSTA NO CONCELHO? LOCALIZAÇÃO E MOBILIDADE	079
9.6.	O QUE MAIS GOSTA NO CONCELHO? EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS	080
9.7.	O QUE MENOS GOSTA NO CONCELHO? ESTRUTURA E ATIVIDADES ECONÓMICAS	080
9.8.	O QUE MENOS GOSTA NO CONCELHO? ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO	081
9.9.	O QUE MENOS GOSTA NO CONCELHO? EDUCAÇÃO. FORMAÇÃO E CIDADANIA	081
9.10.	O QUE MENOS GOSTA NO CONCELHO? MARKETING TERRITORIAL	082
9.11.	O QUE MENOS GOSTA NO CONCELHO? GOVERNANÇA E SERVIÇOS PÚBLICOS	082
10.1.	MATRIZ SWOT PARA O CONCELHO DE VIANA DO ALENTEJO	085



*PARTE I*  
*AO ENCONTRO DA “AGENDA 21 LOCAL DE VIANA DO ALENTEJO”*

## 1. Nota introdutória

Os desafios que hoje se colocam ao mundo talvez nunca tenham tido as atuais dimensões. A par com a crise económica, financeira e política global (particularmente na Europa), a instabilidade e desconfiança nos mercados, o acentuar das diferenças entre países ricos e países pobres, as profundas diferenças emergentes nos próprios países ricos, o crescimento demográfico descontrolado nos países mais pobres e o envelhecimento e declínio populacional em muitos países desenvolvidos, emergem problemas ambientais a nível global, relacionados com a sobreexploração dos recursos naturais, as alterações climáticas, a crise energética e a disponibilidade de água potável. Simultaneamente, a globalização expande-se com a afirmação de novos blocos político-económicos e financeiros e a diminuição da influência e poder de outros, ao mesmo tempo que por vezes se notam, paradoxalmente, névoas de nacionalismos.

Nesta dinâmica desenham-se, no espaço e no tempo, novas fronteiras e inter-relações políticas e económicas e a competitividade entre territórios é crescente podendo, no limite, por força de uma ação reativa e por vezes aventurada e cega sede de crescimento económico, no pressuposto de que o Homem tem o direito de utilizar indiscriminadamente os recursos naturais (SOROMENHO-MARQUES, 1998, a,b), levar o capital ambiental à falência, como enunciava a Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento (CMAD, 1987). Além do mais, constata-se ainda nas diversas escalas territoriais e sociais que “reina a ausência de sentido, a amnésia estratégica e ignorância do agir concreto” (SOROMENHO-MARQUES, 2011), estando em causa a perda de valores, bem como a crença no primado da tecnologia sobre a natureza e sobre o homem.

A progressiva tomada de consciência de que a natureza é pródiga mas é também frágil e tem um equilíbrio delicado, e que há limiares que não podem ser transpostos sob prejuízo de pôr em risco a integridade básica do sistema e a própria sobrevivência na terra (CMAD, 1987), promoveu a assunção de novo um paradigma para o ambiente e desenvolvimento afirmando que este deverá ser sustentável. Ou seja, um desenvolvimento que dê resposta “às necessidades e aspirações do presente, sem comprometer a possibilidade das gerações futuras darem resposta às delas”, segundo a CMAD (1987)<sup>1</sup>.

É um paradigma que tem na origem os primeiros gritos de incerteza e de alerta sobre a situação do ambiente e desenvolvimento no mundo que ocorreram em especial a partir dos finais da década de 60, com a criação do Clube de Roma (1968) e a posterior publicação do relatório “Os Limites do Crescimento”. A “Conferência sobre a Ambiente Humano das Nações Unidas” (Conferência de Estocolmo), em 1972, a primeira cimeira da Terra, constitui mais um momento importante no alerta das nações sobre as questões ambientais globais, ao que se lhe segue o relatório “Estratégia Global para a Conservação” (IUCN, 1980), onde pela primeira vez foi introduzido o conceito de “desenvolvimento sustentável”. A sua afirmação, contudo, dá-se apenas através do relatório do Relatório Brundtland “O Nosso Futuro Comum” (CMAD, 1987), talvez um dos marcos mais importantes no alerta sobre a conjuntura do ambiente e desenvolvimento no mundo.

Mas é a Conferência das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento (CNUAD) de 1992 (“Conferência do Rio”), que desencadeia um movimento global com vista a promover o desenvolvimento sustentável com a aprovação, pelos 173 Governos participantes, incluindo Portugal, do plano das Nações Unidas para o desenvolvimento Sustentável: a Agenda 21.

No capítulo 28 da A21, “Iniciativas das Autoridades Locais em Apoio à Agenda 21”, assume-se claramente que muitos dos problemas e soluções têm as suas raízes e respostas ao nível local e assim que a mudança do paradigma do desenvolvimento rumo ao desenvolvimento sustentável passa pelo seu apoio e participação ativa

1 - O termo “**sustentabilidade**”, terá sido utilizado pela primeira vez em 1980, num relatório da International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources (IUCN), World Conservation Strategy, que o sugeria como uma aproximação estratégica à integração da conservação e do desenvolvimento coerente com os objectivos de manutenção do ecossistema, preservação da diversidade genética e utilização sustentável dos recursos. Contudo, a consagração efectiva do conceito de desenvolvimento sustentável só ocorreu no relatório “O Nosso Futuro Comum” da World Commission on Environment and Development (WCED/CMAD1987), uma comissão das Nações Unidas, liderada pela então primeira-ministra da Noruega, a Sr.ª Gro Harlem Brundtland. Derivou daí o nome pelo qual o relatório ficou conhecido: Relatório Brundtland (WCED, 1987).

nesse processo através da elaboração-implementação de planos de ação à escala local: uma Agenda 21 Local (ICLEI, 1995; AEUEA, 2011). Neste capítulo a A21 instiga todas as comunidades a criarem a sua própria versão da A21, i.e., uma Agenda 21 Local (A21L).

A CNUAD foi determinante para desencadear o movimento global rumo à sustentabilidade, mas os momentos seguintes reforçam esse sentido, nos quais foram assinados importantes acordos pelos governos e entidades, nomeadamente:

- a . a “Carta das Cidades Europeias para a Sustentabilidade” (“Carta de Aalborg”), aprovada na “Primeira Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis”, realizada em Aalborg, em 1994;
- b . o “Plano de Ação de Lisboa: da Carta à Ação”, aprovado na “Segunda Conferência Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis”, que decorreu em Lisboa, em 1996;
- c . a “Declaração de Hanôver” (Apelo de Hanôver), assinada na “Terceira Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis”, que teve lugar em Hanôver no ano 2000;
- d . na “Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável” assinada na “Quarta Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável”, em Joanesburgo, em 2002;
- e . nos “Desafios de Aalborg +10”, lançados a partir da Conferência “Inspirando o Futuro – Aalborg +10”, de 2004,
- f . o reforço do acordo de Aalborg aquando da “Quinta Conferência Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis” realizada em Sevilha em Março de 2007 (1500 representantes dos Governos Europeus, sendo 10 representantes de Portugal).

Portugal comprometeu-se com estes acordos internacionais e de modo a dar-lhe expressão prática, como anota a APA (2007), promoveu a elaboração da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS), e respetivo Plano de Implementação (PIENDS)<sup>2</sup>. Este instrumento marca, assim, definitivamente o início do processo que visa a implementação do desenvolvimento sustentável a nível nacional (APA, 1997).

É neste quadro internacional que apela à ação local rumo ao desenvolvimento sustentável, e com o qual Portugal se comprometeu e que procurou materializar através da ENDS, que o Município de Viana do Alentejo (MVA), por sua vez, assumiu o compromisso de elaborar a “Agenda 21 Local de Viana do Alentejo. Uma Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável”.

É este plano de ação rumo à sustentabilidade que agora se deixa a todos, para que a todos possa servir de guia e inspiração para uma ação local consciente e concertada rumo ao desenvolvimento sustentável, que tem na essência um “processo de mudança orientada, em que a exploração dos recursos, o sentido dos investimentos, o norteamento do desenvolvimento tecnológico e as mudanças institucionais, estão todos em harmonia e incrementam a capacidade presente e futura de dar satisfação às necessidades e aspirações humanas” (CMAD, 1987).

2 - ENDS aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007, de 20 de Agosto.

## 2. A oportunidade de elaboração e o alcance

### 2.1. Sobre a oportunidade de elaboração.

O Município de Viana do Alentejo tendo presente os inúmeros desafios que os territórios e as diversas sociedades enfrentam, da escala internacional à escala nacional, e com importantes reflexos ao nível local, e comprometido com o desafio assumido por Portugal aquando da assinatura da A21 e acordos subsequentes, no âmbito das suas atribuições e competências no domínio do ordenamento do território, ambiente e desenvolvimento e:

- a . enquanto ator local privilegiado para definir políticas de ação integradas, com carácter sistémico e holístico tendo em vista o desenvolvimento do território;
- b . apostado em garantir a melhor qualidade de vida dos seus munícipes e visitantes;
- c . consciente da realidade social, demográfica, económica e ambiental do concelho;
- d . comprometido em promover a dinâmica, atratividade, competitividade e sustentabilidade do desenvolvimento do concelho, está empenhado na concretização de uma estratégia de desenvolvimento sustentável para Viana do Alentejo.

Nesta ótica:

- 1 . em convergência com a Axencia de Ecoloxía Urbana do Eixo Atlântico (AEUEA, 2011) que afirma que as organizações que pretendam alcançar posições de liderança nos meios onde se inserem, devem introduzir instrumentos de planeamento estratégico na sua gestão, apontando como exemplo a Agenda 21 Local (A21L), reforçando essa posição afirmando que “só assumindo esta visão estratégica da A21L tem sentido a sua realização (...)”;
- 2 . inspirado diretamente da Agenda 21, especialmente dos princípios proclamados na “Declaração do Rio” e no capítulo 28, e com os subsequentes acordos rumo ao desenvolvimento sustentável que Portugal se comprometeu em desencadear um processo interno rumo ao desenvolvimento sustentável, o Município de Viana do Alentejo decidiu promover o processo de elaboração do seu plano<sup>1</sup> de ação para o desenvolvimento sustentável materializado através da “Agenda 21 Local de Viana do Alentejo. Uma Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável” (A21L\_VA).

Para além da necessidade de responder às grandes mudanças e desafios que se colocam a nível global, em especial na Europa e, particularmente, no país, o momento para a elaboração da A21L\_VA é particularmente oportuno, porque é:

- 1 . propedêutico da revisão do Plano Diretor Municipal de Viana do Alentejo (PDMVA)<sup>2</sup> que, em rigor, deverá ser alicerçado sobre uma estratégia de desenvolvimento comprometida com a sustentabilidade;
- 2 . contemporâneo de iniciativas de projetos relevantes que estão a ocorrer na região, e.g., a instalação da Embraer nos limites do concelho, o atravessamento deste pelo IC 33 e a albufeira do Alqueva (perímetro de rega e projetos de desenvolvimento turístico associados);
- 3 . marcado por um conjunto importante de instrumentos de referência estratégica de âmbito nacional e regional ao nível do ordenamento e desenvolvimento do território que orientam e influenciam a política de desenvolvimento local, com os quais a A21L\_VA se deverá articular (APA, 2007; AEUEA, 2011), especialmente, o Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT)<sup>3</sup>, a Estratégia Nacional

1 - Por constituir um referencial orientador de ações e atividades visando o cumprimento de objetivos deliberadamente assumidos, opondo-se em simultâneo a uma forma de organização reativa, ad hoc, não integrada numa visão, e por impor uma disciplina consubstanciada numa abordagem analítica, técnica e científica, com métodos, metodologias e técnicas específicas orientados para objetivos.

2 - Ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 12/97, de 22 de Janeiro, publicada no Diário da República, I Série-B.

3 - Aprovado pela Lei n.º 58/2007, de 4 de Setembro.

de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)<sup>4</sup> e o Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROTA)<sup>5</sup>.

## 2.2. Ambição e objetivos.

A A21L\_VA, enquanto instrumento estratégico deverá responder a 7 premissas fundamentais:

- 1 . captar e responder à mudança que a sociedade e os territórios estão a viver;
- 2 . integrar Viana do Alentejo de forma sistémica e holística nesse xadrez em mudança;
- 3 . ser prospetivo<sup>6</sup>, i.e., que concretize uma visão para o desenvolvimento do concelho;
- 4 . clarificar caminhos de ação no sentido dessa visão;
- 5 . definir objetivos a prazo e estabelecer prioridades de ação atendendo ao ambiente externo ao concelho (oportunidades, ameaças, dinamismo noutros concelhos, políticas de escala inferior com influência interna, etc.) e interno (e.g., situação atual, recursos disponíveis, fragilidades e potencialidades);
- 6 . ser pragmático, sistematizador e analítico, i.e., realista em relação ao “espaço vivido” de Viana do Alentejo e claro quanto à situação atual do concelho (o seu desempenho), potencialidades, fragilidades e janelas de oportunidade atuais;
- 7 . ser inclusivo e participado, envolvendo a comunidade e atores locais de modo a materializar o princípio de subsidiariedade e co responsabilização;

Neste sentido, considerando a essência da A21L e o contexto em que é elaborada a A21L\_VA, pode assumir-se que esta tem como ambição:

- 1 . promover o início de um processo rumo ao desenvolvimento sustentável do concelho;
- 2 . propor um modelo para o desenvolvimento sustentável alicerçado na participação pública;
- 3 . concretizar ações conducentes à sustentabilidade;
- 4 . consubstanciar no terreno um processo de aprofundamento da cidadania e democracia participativa em Viana do Alentejo no âmbito do ordenamento e desenvolvimento do território;
- 5 . refletir uma nova atitude de governança e de governância (DGOTDU, 2009);
- 6 . ser um instrumento de apoio à decisão;
- 7 . constituir um pilar orientador da revisão do PDM, enquadrando o referencial estratégico de âmbito nacional e regional<sup>7</sup>;
- 8 . espelhar um momento de reflexão sobre o concelho;
- 9 . constituir uma carta de compromissos rumo ao desenvolvimento sustentável.

De modo a dar resposta a esta ambição, propõem-se 14 objetivos específicos para a A21L\_VA:

- 1 . contextualizar, no plano geográfico e temporal, o concelho de Viana do Alentejo;

4 - A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (2015) (ENDS) e respetivo Plano de Implementação (PIENDS) foram aprovados pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007, de 20 de Agosto.

5 - Aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2010, de 2 de Agosto.

6 - A origem da palavra prospetiva é latina, proveniente do verbo prospicere, que significa “olhar para longe ou de longe, discernir alguma coisa que está à nossa frente” (GODET, 1993) e não pode ser confundida com “previsão”, aproximando-se mais da noção de “antecipar”. Em prospectiva há um postulado de liberdade face a futuros múltiplos e indeterminados, e não qualquer relação com o determinismo da futurologia (GODET, 1993). A “previsão constrói um futuro à imagem do passado, enquanto a prospetiva se vira para um futuro decididamente diferente do passado, pois os problemas mudam mais depressa do que se resolvem e prever essas mudanças é mais importante do que encontrar soluções que se apliquem a problemas do passado. A prospetiva não encara o futuro apenas como prolongamento do passado, pois o futuro está aberto às ações de múltiplos actores que agem hoje em função dos seus projectos para o futuro. O futuro não deve ser encarado como uma linha única e pré-determinada no prolongamento do passado (...), é múltiplo e indeterminado (...), não está escrito, está por fazer (...). Em boa medida, o que se sofrer no futuro resulta das ações do passado e o que se quis explica as ações do presente. Ou seja, não é apenas o passado que explica o futuro, mas também a imagem do futuro que se imprime no presente”, como defende GODET (1993). É com este espírito que no colocamos.

7 - É neste sentido que se manifesta a AEUEA (2011) considerando que “a A21L deve ser orientadora do planeamento territorial, procurando não só a conformidade com os restantes instrumentos de planeamento existentes, bem como o seu condicionamento, uma vez que a A21L é o instrumento de planeamento que durante deverá prevalecer e servir de enquadramento aos restantes”. A AEUEA (ob. cit.) reforça ainda a sua posição acrescentando “as Agendas 21 devem ser vistas como um processo de definição dos elementos conceptuais, metodológicos e instrumentais que vão servir de suporte a planificação estratégica das cidades”.

- 2 . elaborar um diagnóstico substantivo da realidade do concelho;
- 3 . sistematizar as oportunidades, ameaças, potencialidades e fragilidades do concelho;
- 4 . concretizar uma visão para o desenvolvimento sustentável do concelho a prazo;
- 5 . assumir uma missão e valores para o processo de desenvolvimento sustentável;
- 6 . clarificar o pano de fundo para uma política de desenvolvimento sustentável;
- 7 . apontar os grandes desafios (fatores críticos de decisão), com que o concelho se depara em relação à sustentabilidade;
- 8 . orientar caminhos de ação, através da clarificação de vetores estratégicos de desenvolvimento sustentável rumo ao desenvolvimento sustentável;
- 9 . propor medidas/projetos de ação para os desafios, focalizando os mais pertinentes;
- 10 . aproximar a população da decisão;
- 11 . lançar bases de cooperação entre os diversos atores do desenvolvimento territorial;
- 12 . motivar e alertar para o papel da comunidade no desenvolvimento do seu futuro;
- 13 . propor indicadores de monitorização do desenvolvimento sustentável;
- 14 . potenciar a criação de uma identidade territorial e o sentimento de pertença da população a Viana do Alentejo.

A A21L\_VA será pois, em convergência com a sua essência, uma estratégia de desenvolvimento rumo à sustentabilidade, lançando as bases deste processo no concelho.

### 3. Como elaboramos a Agenda 21 Local de Viana do Alentejo

#### 3.1. Orientação metodológica.

O ICLEI<sup>8</sup>, em 1995, constatava que apesar de haver um acordo muito generalizado sobre os princípios básicos da A21, havia pouca experiência prática sobre como começar (ICLEI, 1995). Desde então as experiências foram amadurecendo e ganhando forma nos diversos países da União Europeia (EU), em simultâneo com as sucessivas campanhas que se consubstanciaram nos diversos acordos internacionais rumo ao desenvolvimento sustentável.

Em Portugal a materialização da A21L foi também ganhando expressão embora, como assinala GUERRA e SCHMIDT (2009), essa “lógica de ação pressuposta pelas A21L foi, durante muito tempo, pouco mais que residual”, tendo o conceito permanecido “pouco preciso e refletido para a realidade portuguesa” (ob. cit.). Foi por ter sido sentida esta realidade que a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) fundamenta a elaboração do Manual para a implementação da Agenda 21 Local” (APA, 2007), considerando que se torna “pertinente estabelecer uma metodologia orientadora, na sua conceção e implementação (...) com o propósito de contribuir para uma maior mobilização e eficácia” do processo de elaboração/implementação da A21L.

Ainda assim, este contributo, complementar das orientações do ICLEI, não foi suficiente para consagrar uma metodologia única para elaborar uma A21L, reconhecendo aliás que “o caminho é longo e difícil. Não há prática e experiência que possam servir de guias ao percurso. Como quase tudo é novo, dos conceitos às metodologias, dos calendários à realidade, da participação à abstenção, da teoria à prática, surgem interrogações, a todos quantos assumem como missão a implementação” de uma A21L, como reconhecia a APA (ob. cit.). Esta entidade acrescenta ainda que “as dificuldades de implementação da Agenda 21 Local passam pela inexistência de uma metodologia, simples e objetiva, que proporcione as bases e pilares essenciais para

8 - International Council for Local Environmental Initiatives.



assegurar a qualificação das estratégias locais de sustentabilidade”. A A21L\_VA inspira-se assim em diversas experiências nacionais e internacionais e nos contributos e orientações das mais diversas entidades (e.g., ICLEI, APA, AEUEA).

Não obstante, é inquestionável:

1. que o fulcro da filosofia e dos princípios que orientam a elaboração de uma A21L, em resposta ao apelo do capítulo 28 da A21, reside:

- a. na “participação e cooperação” das autoridades locais na identificação dos problemas e das respostas face ao desafio do desenvolvimento sustentável;
- b. na participação das populações locais (atores locais, stakeholders) nesse processo.

Não se trata de pura e simples mecânica de participação. Neste desafio da sustentabilidade “mais do que o diálogo entre as múltiplas partes interessadas, é possível estabelecer e repartir responsabilidades, disseminar e implementar modelos de desenvolvimento e produção sustentáveis e mais legítimos”, como sublinha a APA (2007).

2. que a sustentabilidade assenta em 3 pilares fundamentais, nomeadamente: o desenvolvimento económico; o ambiente; e a coesão social (CMAD, 1987) (vd. figura 3.1). Considerando o fulcro da A21L, pode-se ainda assumir a governância<sup>9</sup> como um quarto pilar da sustentabilidade.



Figura 3.1 - Os três pilares da sustentabilidade.

3. que o caminho para a sustentabilidade se desenrola enquanto um processo materializado no terreno através de um ciclo com 6 fases essenciais (vd. figura 3.2) numa dinâmica de permanente avaliação da estratégia e da implementação<sup>10</sup>.

Do “diagnóstico” (fase 1) da situação de referência, que serve de enquadramento ao estabelecimento de uma visão estratégica (fase 2), à fase de elaboração do plano de ação (fase 3). A esta fase segue-se a implementação no terreno do plano de ação (fase 4), procedido da respetiva monitorização (fase 5), que pode

9 -Para explorar o conceito vd., DGOTDU (2009) ou UE/CCE (2001).

10 - Num modelo mais simplificado, a AEUEA (2011) aponta para um ciclo mais simplificado, constituído apenas por 3 fases, mas com a mesma lógica de processo. As fases são: Fase 1 “elaboração” que corresponde grosso modo às três primeiras fases do modelo da APA; Fase 2 “implementação”, correspondente à respetiva fase no modelo da APA; Fase 3 “avaliação”, que corresponderá às últimas duas fases do modelo da APA.

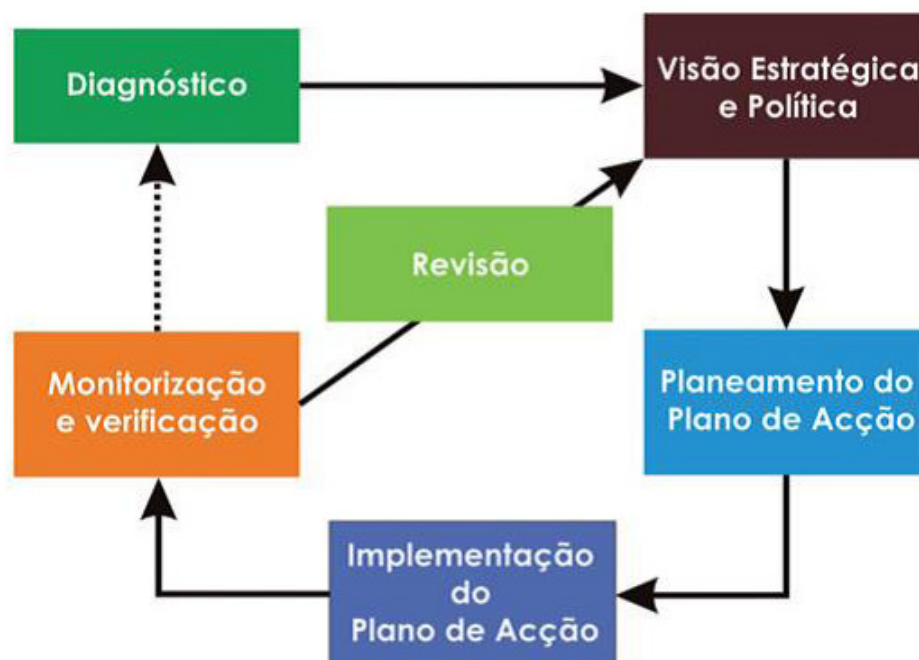


Figura 3.2 - Ciclo da sustentabilidade.

Fonte: adaptado de APA (2007)

determinar uma revisão (fase 6), com a respetiva avaliação global da “visão estratégica”.

A A21L de Viana do Alentejo:

- 1 . desenvolve-se no respeito pelos princípios resultantes do capítulo 28 da A21, refletindo o compromisso com os mesmos;
- 2 . atenta necessariamente aos pilares do desenvolvimento sustentável,
- 3 . e consubstancia-se no terreno através das diversas fases do ciclo da sustentabilidade.

Sobre o ciclo da sustentabilidade é de mencionar que o presente relatório, que materializa a A21L\_VA, compreende as primeiras 3 fases do ciclo proposto pela APA (2007) (“diagnóstico”, “estabelecimento de uma visão estratégica” e “planeamento do plano e ação”), ou a primeira fase (“elaboração”) do ciclo proposto pela AEU-EA (2011). Esta fase da A21L\_VA deverá ser sucedida no terreno com a fase de “implementação”.

Em relação à participação dos vários atores - incluindo indivíduos singulares e coletivos, empresas, ONG’s, associações locais, eleitos políticos, e outros - no processo de decisão rumo à sustentabilidade de Viana do Alentejo, é de referir que esta foi, desde logo, assumida como um princípio basilar do processo de elaboração da A21L\_VA.

Como se pode verificar na estrutura metodológica global da A21L\_VA (vd. figura 3.3), é um processo com 4 períodos distintos - “diagnóstico, definição da estratégia”, “concertação” e “conclusão”, orientado a 4 escalas (concelho, freguesia, bairro/lugar e cidadão) e materializado através de diversos instrumentos tendo em vista auscultar as sensibilidades, aspirações, anseios, desejos, bem como prioridades dos atores locais do concelho de VA (vd. parte III, capítulo 9).

De cada um destes instrumentos resultaram os respetivos relatórios de diagnóstico seletivo (em anexo ao presente relatório A21L\_VA), fundamentais para a posterior definição dos principais desafios que se colocam ao concelho e da estratégia global para o desenvolvimento sustentável materializada a partir na Parte IV da A21L\_VA.

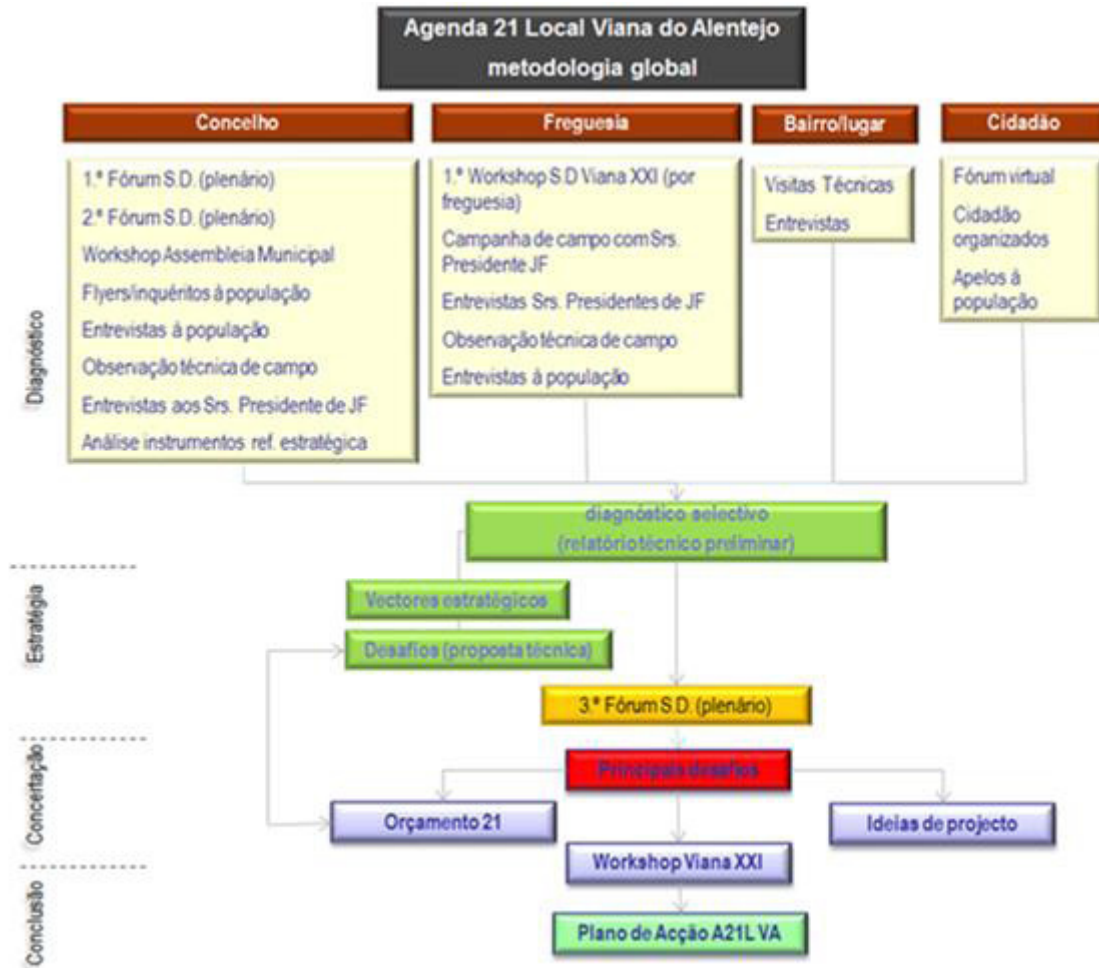


Figura 3.3 - Estrutura metodológica global do processo de elaboração da A21L\_VA.

### 3.2. Dos conteúdos e estrutura.

A A21\_VA é estruturada em quatro (4) partes, e um total de treze (13) capítulos, com os respetivos subcapítulos, em qualquer dos casos referidos sempre como capítulos.

A “PARTE I. AO ENCONTRO DA AGENDA 21 LOCAL DE VIANA DO ALENTEJO”, à qual pertence o presente capítulo, procura clarificar o âmbito em que é elaborada a A21L\_VA, a oportunidade da elaboração e objetivos a atingir. Apresenta-se igualmente: a metodologia utilizada na elaboração da A21L\_VA; a concretização do conceito de Agenda 21 Local, designadamente o da A21L\_VA; e a análise do quadro de referência estratégico deste instrumento;

A “PARTE II. UM OLHAR SOBRE O CONCELHO DE VIANA DO ALENTEJO”, como o título sugere, é dedicada ao desenvolvimento de uma breve caracterização do concelho, nas principais dimensões, nomeadamente: física (clima, morfologia, geologia, litologia, etc.), socioeconómica, povoamento e património, tendo como objetivo traçar uma imagem de relance sobre os principais aspetos que dão cunho e identidade ao concelho de Viana do Alentejo;

A “PARTE III. DA SENSIBILIDADE DOS ATORES LOCAIS A UM DIAGNÓSTICO PARA A ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL”, que aborda os principais contributos dos atores locais, e estabelece uma síntese entre aqueles e a caracterização elaborada, através de uma matriz SWOT. Assim, clarifica-se o pano de fundo para a definição de uma estratégia de desenvolvimento sustentável que é materializada através da análise das tendências pesadas do desenvolvimento (em que é que o concelho tem suportado o seu desenvolvimento) e do quadro balizador para a definição de uma estratégia de desenvolvimento atual, objetiva, real e pragmática mas, em simultâneo, suficientemente audaz de modo a questionar o status quo e promover a mudança no

território e na sociedade de Viana do Alentejo;

A “PARTE IV. UMA ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO CONCELHO DE VIANA DO ALENTEJO”, como se deduz, concretiza e assume uma estratégia para o desenvolvimento sustentável do concelho, através: da definição e clarificação de uma missão, visão e valores; da identificação dos grandes desafios que se colocam ao desenvolvimento e os domínios de ação e respetivos instrumentos para a sua operacionalização. Aqui são ainda apontados os projetos âncora para o desenvolvimento, assumidos pela equipa e apontados e votados pelos atores locais. Nesta parte, far-se-á a conclusão da A21L\_VA.

De anotar que o texto é acompanhado por figuras (mapas, fotos, gráficos) e quadros, numerados em qualquer dos casos com uma numeração própria (para figuras e quadros) sequencialmente dentro do capítulo onde se inserem de acordo com a ordem pela qual são referidos, antecedendo ao número de cada figura ou quadro o número do respetivo capítulo (e.g., a figura 5.1 corresponde à figura. 1 do capítulo 5; ou o quadro 5.1, correspondendo ao quadro 5 do capítulo 1).

## 4. A Agenda 21 Local de Viana do Alentejo. Do conceito ao quadro de referência estratégico

### 4.1. O que é a Agenda 21 Local de Viana do Alentejo?

A A21L tem origem no plano de ação global para o século XXI sobre ambiente e desenvolvimento sustentável, assumido no quadro da Conferência do Rio, em 1992, que instigou os países e autoridades locais participantes e assinantes, a desenvolverem a sua agenda para a sustentabilidade, ou seja, um plano de ação rumo ao desenvolvimento sustentável: uma A21L.

A A21L\_VA traduz pois esse compromisso assumido por Portugal, e com o qual o Município de Viana é solidário, constituindo assim um programa de ação local que visa promover o desenvolvimento sustentável no concelho de Viana do Alentejo, ancorado num processo alargado de consulta e concertação pública, envolvendo os mais diferentes atores locais (pessoas em nome individual, empresas, instituições e eleitos locais) na definição, concretização e assunção, no tempo e no espaço, de uma visão estratégica para o desenvolvimento sustentável.

Na prática afirma-se como um processo, fortemente participado através da reflexão em diversos momentos e com metodologias diferenciadas, sobre vulnerabilidades, potencialidades e desafios do território e sociedade de Viana do Alentejo. O objetivo fulcral, além de um diagnóstico de base, é o de formular e implementar medidas e ações convergentes com a A21 e posteriores acordos no mesmo sentido (da Carta de Aalborg aos “Desafios de Aalborg +10”), rumo ao desenvolvimento local sustentável, conciliando as dimensões económica, social, ambiental e de governância local – pilares da sustentabilidade.

### 4.2. De Portugal ao Alentejo. Quadro de Referência Estratégico.

Os limites administrativos do concelho de Viana do Alentejo não lhe conferem isolamento face a “regiões” e territórios, físicos e socioeconómicos, financeiros e políticos, mais vastos. Pelo contrário, Viana do Alentejo estabelece com essas relações de interdependência que, por tão próximas e permanentes, são quase esquecidas nas políticas e ações de desenvolvimento local. É um sistema imbricado de relações e (inter) dependências bidirecionais, necessariamente influenciadoras, nuns casos, e noutros, deterministas para o desenvolvimento local, nomeadamente, de Viana do Alentejo. Essa noção está bem patente na recente crise global, em

vários domínios (da economia, aos valores), mas é importante para o caso vertente realçá-la no postulado da Agenda 21, “pensar global e agir localmente”, mostrando que desígnios globais influenciam a ação local ou, de outro modo, que a ação local se repercute a nível global.

O desenvolvimento local acontece assim integrando muito mais do que a criatividade e inovação local. É preciso, num quadro de definição de uma estratégia para o desenvolvimento sustentável para um território e sociedade, ter igualmente presente o referencial estratégico enquadrador ou orientador, ainda que de uma forma dinâmica e relativa e não impositiva ou determinante. É esse o sentido que a AEUEA (2011) sustenta afirmando que “A A21L deve ser orientadora da planificação territorial, procurando não só a conformidade com os restantes instrumentos de planificação já existentes, bem como o seu condicionamento, uma vez que a A21L é o instrumento de planificação que doravante deverá prevalecer e servir de enquadramento aos restantes”.

A A21 e os posteriores acordos rumo ao desenvolvimento sustentável são o referencial internacional máximo ao nível da sustentabilidade e já enunciados. Resta pois, antes de mais, explorar os principais instrumentos da política de desenvolvimento de âmbito nacional e regional.

#### 4.2.1. O âmbito nacional.

Sem prejuízo de outros instrumentos delineadores da política de desenvolvimento nacional e transversal para uma política de desenvolvimento, nomeadamente decorrentes da “Estratégia de Lisboa” (CEL, 2000; CES, 2005), e.g., o Programa Nacional de Ação e Crescimento e Emprego 2005/2008 (PNACE) (PCM/GCNEL, 2006) e o Plano Tecnológico<sup>1</sup>, é importante destacar:

- 1 . pela transversalidade temática e alcance, a “ENDS 2015” e o respetivo “PIENDS”, bem como o “PNPOT” e o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN)<sup>2</sup>;
- 2 . pela especificidade, o Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural (PENDR) (MADRP, 2009).

#### Sobre a ENDS 2015

Com a RCM 112/2005, de 30 de Junho, foi relançado o processo que visava promover a elaboração da ENDS, considerado “um passo necessário para (...) Portugal ambicionar aproximar-se dos níveis de desenvolvimento dos países mais avançados da União Europeia, assegurando o adequado equilíbrio das dimensões económica, social e ambiental do desenvolvimento”, como se pode ler no preâmbulo. Acrescenta ainda que esta iniciativa decorre “tendo presente as posições e os compromissos assumidos por Portugal no âmbito dos principais fóruns e centros de decisão internacionais em defesa da sustentabilidade do desenvolvimento e da adoção de estratégias e planos que o consignem, designadamente os seus contributos e empenho no firmar de agendas e acordos no quadro das Nações Unidas e no processo de elaboração da Estratégia de Desenvolvimento Sustentável da União Europeia”. A ENDS e o respetivo PIENDS, aprovada dois anos mais tarde viria, deste modo, a materializar de forma definitiva a intenção de Portugal honrar os compromissos assumidos nos principais fora e centros de decisão internacionais para promover um processo de âmbito nacional rumo ao desenvolvimento sustentável (APA, 2007).

Neste sentido a ENDS propõe 7 “objetivos e linhas de orientação estratégica nacional de desenvolvimento sustentável<sup>3</sup>”:

- 1 . preparar Portugal para a “sociedade do conhecimento”;

1 - <http://www.planotecnologico.pt/>.

2 - Instituído pela Resolução do Conselho de Ministros 86/2007, de 3 de Julho.

3 - Para consultar o texto global consultar RCM n.º 109/2007, de 20 de Agosto, cap. III.

- 2 . crescimento sustentado, competitividade à escala global e eficiência energética;
- 3 . melhor ambiente e valorização do património natural;
- 4 . mais equidade, igualdade de oportunidades e coesão social;
- 5 . melhor conectividade internacional do país e valorização equilibrada do território;
- 6 . um papel ativo de Portugal na construção europeia e na cooperação internacional;
- 7 . uma administração pública mais eficiente e modernizada.

Com estes objetivos a ENDS estabelece como “metas globais”, colocar Portugal em 2015:

- 1 . num patamar de desenvolvimento económico mais próximo da média europeia;
- 2 . entre os primeiros vinte países do Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD;
- 3 . com um défice ecológico global inferior ao atual (10% em 2007, segundo a APA, 2007).

A ENDS pretende assim “operacionalizar o desenvolvimento sustentável”, constituindo a A21L neste objetivo “uma excelente ferramenta que pode traduzir, na dimensão local, os desígnios” aí expressos (APA, 2007). A A21L\_VA consubstancia e materializa ao nível local a opção e desígnio nacional que a ENDS sustenta, convergindo com os objetivos desta<sup>4</sup>.

### Sobre o PNPOT

Em consonância com a Lei de Bases de Política do Ordenamento do Território e Urbanismo (LB POTU)<sup>5</sup>, o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT)<sup>6</sup> consagra no *art. 26.º* que o PNPOT “estabelece as grandes opções com relevância para a organização do território nacional, consubstanciando o quadro de referência a considerar na elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial (...)”<sup>7</sup>. O PNPOT ocupa assim o topo da hierarquia dos instrumentos de gestão territorial devendo por isso convergir com este. A sua importância é pois determinante no quadro da definição de um modelo de desenvolvimento sustentável para um concelho, como seja Viana do Alentejo, o qual deverá servir de suporte à elaboração dos PMOT - do PDM de Viana do Alentejo ou outros.

Tendo como pano de fundo 24 problemas para o ordenamento do território nacional, o PNPOT para Portugal estabelece como ambição:

- 1 . um espaço sustentável e bem ordenado;
- 2 . uma economia competitiva, integrada e aberta;
- 3 . um território equitativo em desenvolvimento e bem-estar;
- 4 . uma sociedade criativa e com sentido de cidadania<sup>8</sup>.

Ao encontro da ambição, postula 6 objetivos estratégicos:

- 1 . conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar

4 - Referimo-nos aos pontos que e concretizam cada objetivo, do capítulo III.1 ao capítulo III.7 da RCM 109/2007, de 20 de Agosto.

5 - Lei 48/98, de 11 de Agosto

6 - DL 380/99, de 22 de Setembro, na redação atual conferida pelo DL 46/2009, de 20 de Fevereiro.

7 - Destacamos pela sua relevância no ordenamento e desenvolvimento do território os Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT), sobretudo, os Instrumentos de Planeamento Territorial, i.e., os Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT's) (n.º 2 do art.º 8. do RJIGT), particularmente, o Plano Diretor Municipal (PDM), além do Plano de Urbanização (PU) e Plano de Pormenor (PP), que estabelece de forma vinculativa “a estratégia de desenvolvimento territorial, a política municipal de ordenamento do território e de urbanismo e as demais políticas urbanas, integra e articula as orientações estabelecidas pelos instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional e regional e estabelece um modelo de organização espacial do território”, sendo ainda “um instrumento de referência para a elaboração dos demais planos municipais de ordenamento do território (...)”, como consagrado, respetivamente, pelos n.º 1 e 2 do art.º 84. do RJIGT.

8 - Não se traduz em orientações explícitas para o modelo territorial, mas encontra acolhimento particular no âmbito do sexto objetivo estratégico do Programa de Políticas.

de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos e prevenir e minimizar os riscos.

- 2 . reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu, atlântico e global.
- 3 . promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais.
- 4 . assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social.
- 5 . expandir as redes e infraestruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública.
- 6 . reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições.

Entre as “opções estratégicas territoriais” apontadas pelo PNPOT para o Alentejo, destacamos as que apresentam maior relevância no apoio da definição da estratégia de desenvolvimento sustentável para Viana do Alentejo:

- 1 . consolidar o corredor Lisboa-Évora-Badajoz e infraestruturar os corredores Algarve-Beja-Évora-Portalegre-Castelo Branco e Sines-Évora-Elvas/Badajoz, como elementos estruturantes de um sistema urbano regional policêntrico;
- 2 . valorizar e integrar os centros urbanos de menores dimensões, em particular as sedes de concelhos que asseguram funções fundamentais de integração dos espaços rurais e centralidades potenciais localizadas em pontos-chave das novas acessibilidades, desenvolvendo uma rede de polos com qualidade residencial e dotados de serviços estruturantes do povoamento rural;
- 3 . promover o eixo Vendas Novas-Montemor-Évora como um espaço de desconcentração industrial e logística da Área Metropolitana de Lisboa;
- 4 . incentivar o desenvolvimento das indústrias extrativas regionais e a gestão sustentável do seu ciclo de vida (...);
- 5 . assumir o papel estratégico da agricultura e apoiar os processos da sua transformação no contexto do desenvolvimento programado para a Região;
- 6 . incentivar e acompanhar o desenvolvimento sustentável das atividades turísticas de modo a compatibilizar a proteção e valorização do património natural com a afirmação de uma fileira de produtos turísticos diferenciados que aproveitem em pleno as especificidades e a qualidade ambiental, paisagística, patrimonial e cultural dos vários espaços do Alentejo;
- 7 . desenvolver uma estratégia de resposta integrada a situações de risco nos vários espaços do Alentejo, e em particular face às secas e tendo em conta as diversas capacidades de armazenamento estratégico de água;
- 8 . recuperar as áreas mineiras abandonadas e valorizá-las do ponto de vista ambiental, lúdico e cultural/educativo;
- 9 . proteger e valorizar os recursos territoriais (ambientais, paisagísticos e culturais) (...) salvaguardando o desenvolvimento sustentável (...), concretizar o potencial das energias renováveis e promover o uso silvo-pastoril ou florestal, dando especial atenção ao aproveitamento multifuncional do montado;
- 10 . necessidade de aumentar os recursos regionais de investigação e desenvolvimento tecnológico, apostar na cooperação transfronteiriça e, na área do desenvolvimento industrial, identificar as potencialidades do setor aeronáutico”.

A A21L\_VA tem assim presente e procura a convergência com as orientações do PNPOT para o âmbito nacional e regional.

## Sobre o QREN

O QREN é um documento estratégico para o período 2007-2013, que enquadra a concretização em Portugal de políticas de desenvolvimento económico, social e territorial através dos fundos estruturais e de coesão associados à política de coesão da União Europeia. Constitui uma resposta ao novo paradigma do desenvolvimento e assume como grande desígnio estratégico a qualificação dos Portugueses, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sociocultural e de qualificação territorial, num quadro de valorização da igualdade de oportunidades e do aumento da eficiência e qualidade das instituições públicas.

Sustenta 5 prioridades para Portugal:

- 1 . Promover a qualificação dos Portugueses: desenvolvendo e estimulando o conhecimento, a ciência, tecnologia, inovação, educação e a cultura como principal garantia do desenvolvimento do País e do aumento da competitividade;
- 2 . Promover o crescimento sustentado: através dos objetivos do aumento da competitividade dos territórios e das empresas, da redução dos custos públicos de contexto, incluindo os da administração, justiça, qualificação do emprego e da melhoria da produtividade e da atração e estímulo ao investimento empresarial qualificante;
- 3 . Garantir a coesão social atuando nos objetivos do aumento do emprego, reforço da empregabilidade e do empreendedorismo, da melhoria da qualificação escolar e profissional, do estímulo às dinâmicas culturais, e assegurando a inclusão social desenvolvendo o carácter inclusivo do mercado de trabalho, promovendo a igualdade de oportunidades para todos, bem como práticas de cidadania inclusiva, reabilitação e reinserção social, conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal e a valorização da saúde como fator de produtividade e de inclusão social;
- 4 . Assegurar a qualificação territorial/cidades traduzida nos objetivos de assegurar ganhos ambientais, promover um melhor ordenamento do território, estimular a descentralização regional da atividade científica e tecnológica, prevenir riscos naturais e tecnológicos e, ainda, melhorar a conectividade do território e consolidar o reforço do sistema urbano, tendo presente a redução das assimetrias regionais de desenvolvimento;
- 5 . Aumentar Eficiência da governação privilegiando os objetivos de modernizar as instituições públicas e a eficiência e qualidade dos grandes sistemas sociais e coletivos, com reforço da sociedade civil e melhoria da regulação.

A operacionalização das prioridades é feita através das seguintes agendas operacionais:

- 1 . agenda para o potencial humano: conjunto de intervenções para a promoção das qualificações escolares e profissionais, do emprego e inclusão social, bem como as condições para a valorização da igualdade e da cidadania. Assume 4 objetivos:
  - i. superar o défice estrutural de qualificações dos Portugueses: formação e via profissionalizante;
  - ii. promover o conhecimento científico, inovação e modernização do tecido produtivo;
  - iii. estímulo à criação e qualidade de emprego, destacando-se o empreendedorismo e os mecanismos de apoio à transição dos jovens para o mercado de trabalho;
  - iv. promoção de igualdade de oportunidades.
- 2 . agenda para os fatores e competitividade que inclui os estímulos à inovação e desenvolvimento científico e tecnológico, incentivos à modernização e internacionalização empresariais e à promoção da atratividade do investimento qualificante, os apoios à sociedade da informação e do conhecimento, entre outros, o que é concretizável através das seguintes vertentes de intervenção:
  - i. estímulos à produção do conhecimento tecnológico, e.g., com incorporação de I&D nas empresas;



- ii. incentivos à inovação e renovação do modelo empresarial e do padrão de especialização: qualificação, diferenciação, diversificação e inovação na produção de bens e serviços transacionáveis de grande valor acrescentado, nomeadamente, nas PME;
  - iii. fomento das redes de infraestruturas de apoio à competitividade regional onde se enquadram ações como áreas de acolhimento para a inovação empresarial, e.g., áreas de localização empresarial, parques tecnológicos, incubadoras, e disseminação da banda larga, etc.
  - iv. promoção de igualdade de oportunidades.
- 3 . agenda para a valorização territorial, concretizada através de 4 vetores principais:
- i. acessibilidades e mobilidade (transportes, redes de infraestruturas, etc.);
  - ii. proteção e valorização ambiental (recursos naturais, gestão de riscos naturais, etc.)
  - iii. política de cidades (revitalização e qualificação de espaços urbanos, promoção de relações complementaridade entre espaços para ganhar dimensão urbana através da cooperação de proximidade, criação de equipamentos e infraestruturas diferenciadoras em termos de inserção em redes nacionais e internacionais, a estruturação de redes para a valorização partilhada de recursos;
  - iv. redes, infraestruturas e equipamentos para a coesão territorial e social (redes de equipamentos e infraestruturas).

### Sobre o PENDR 2007-2013

O concelho de Viana do Alentejo constitui no essencial um espaço rural. É pois importante acolher as orientações de âmbito nacional para estas áreas, com características específicas no contexto nacional. Essas são substanciadas no Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural 2007-2013 (PENDR) (MADRP, 2009). Este instrumento assume como “pano de fundo”, à imagem do que tem ocorrido no resto da Europa, que o desenvolvimento rural sustentável tem consolidado o carácter multifuncional do setor agro-florestal, afirmando-se com uma “tripla valência: económica, produtora de bens de mercado; ambiental, produtora de serviços e gestora de recursos e territórios; e social, integradora de atividades e rendimentos” (MADRP, 2009). Simultaneamente afirma que os desafios da competitividade da economia Portuguesa passam necessariamente pelo reforço e otimização e potenciação dos recursos do mundo rural, e setor agro-florestal em particular.

O PENDR define assim como finalidade da estratégia nacional para a agricultura e o desenvolvimento rural a promoção da competitividade do setor agro-florestal e dos territórios rurais de forma sustentável. Para cumprir esta finalidade aponta:

- 1 . três objetivos estratégicos
  - a . aumentar a competitividade dos setores agrícola e florestal;
  - b . promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais;
  - c . revitalizar económica e socialmente as zonas rurais;
- 2 . dois objetivos transversais
  - a . reforçar a coesão territorial e social;
  - b . promover a eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos na gestão setorial e territorial.

A A21L\_VA atenderá necessariamente a estes grandes objetivos e respetivos sub-objetivos (vd. MADRP, 2009, p. 63-67)

### 4.2.2. O âmbito regional.

A esta escala (regional) há também importantes instrumentos orientadores da política de ordenamento do território e desenvolvimento que enquadram a A21L\_VA, destacam-se<sup>9</sup>:

- 1 . o Programa Operacional Regional do Alentejo 2007-2013 (PORA);
- 2 . o Programa Territorial de Desenvolvimento do Alentejo Central (PTDALC) (AMDE, 2008).
- 3 . o Plano regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROT-Alentejo);

#### Sobre o PORA

No texto do PORA pode ler-se que este se desenha sob um “quadro estratégico e normativo ajustado aos principais desafios da região”, apontando: o reforço da competitividade da economia regional, o aumento das qualificações dos recursos humanos e a sustentabilidade da coesão social e territorial. Nesse sentido traça três (3) eixos estratégicos de intervenção:

1. Desenvolvimento empresarial, criação de riqueza e emprego;
2. Abertura da economia, sociedade e território ao exterior;
3. Melhoria global da qualidade urbana, rural e ambiental.

Para o caso de Viana do Alentejo importa reter o eixo 1 e 3 atendendo às respetivas prioridades de intervenção, para as quais poderá contribuir de forma direta, nomeadamente, em convergência com esses:

- a . na dinamização e renovação das atividades económicas tradicionais;
- b . no apoio do perfil de especialização regional;
- c . na promoção de uma maior eficácia da administração pública;
- d . no reforço da competitividade e atratividade dos lugares (sedes de freguesia) e na complementaridade entre estes e o espaço rural propriamente dito;
- e . na promoção e fomento de elevados padrões de excelência ambiental.

#### Sobre o PTDALC

Focalizado nas questões de atratividade e competitividade territorial regional, o PTDALC enumera “múltiplas vertentes de atuação estratégicas”, das quais retemos para Viana do Alentejo:

- a . a promoção de um maior dinamismo e inovação empresariais, visando renovar as atividades tradicionais e diversificar o padrão de especialização;
- b . aposta nos recursos humanos mais qualificados e flexíveis à mudança;
- c . a consecução de um espaço territorialmente ordenado, dotado de equipamento e infraestruturas capazes de viabilizar um processo de desenvolvimento muito dependente de comunicação e qualidade de vida;
- d . a preservação e valorização dos recursos naturais e ambientais;
- e . a articulação entre o desenvolvimento das cidades (espaços urbanos) e os espaços rurais;
- f . potenciação da cooperação regional (e local) para promoção de redes empresariais e de conhecimento, ganhos de escala, transferência de saber e boas práticas e ainda gestão conjunta de recursos;
- g . a viabilização da eficiência da administração pública, facilitadora do desenvolvimento económico e social.

<sup>9</sup> - Há diversos instrumentos de referência para o Alentejo além os três em destaque, mas muito em linha com estes, e.g., PRIA (CCDR-Alentejo, 2005;

Considerando estas vertentes de atuação, o PTDALC aponta 4 eixos estratégicos de ação:

- 1 . promover um ambiente empresarial competitivo e inovador, aberto ao exterior
- 2 . adaptar e valorizar conhecimentos e competências
- 3 . qualificar o ambiente e potenciar o espaço rural
- 4 . assegurar um modelo territorial e social coeso

A A21L\_VA deverá pois contribuir para potenciar estas múltiplas vertentes de atuação e os eixos estratégicos de ação.

### **Sobre o PROT-ALENTEJO**

Enquanto instrumentos de desenvolvimento territorial à escala regional, os PROT constituem um quadro de referência para a elaboração dos PMOT (al. b), n.º 1 do art.º 9, da LBOTU). Por conseguinte, o PROTA é um instrumento que a A21L\_VA deverá atender.

O PROTA assume como desafios para o Alentejo:

- 1 . crescimento económico e emprego;
- 2 . demografia, população e recursos humanos;
- 3 . reforço dos principais centros urbanos e nova relação urbano-rural;
- 4 . criar escala e reforçar as relações com o exterior;
- 5 . implementar um modelo de turismo sustentável;
- 6 . garantir adequados níveis de coesão territorial interna;
- 7 . preservar e valorizar o património natural e cultural;
- 8 . potenciar as grandes infraestruturas;
- 9 . combater processos de desertificação.

Para responder a estes desafios, propõe 4 eixos estratégicos de ação:

- 1 . integração territorial e abertura ao exterior;
- 2 . conservação e valorização do ambiente e do património natural;
- 3 . diversificação e qualificação da base económica regional;
- 4 . afirmação do policentrismo e do desenvolvimento rural.





*PARTE II*  
*UM OLHAR SOBRE O CONCELHO DE VIANA DO ALENTEJO*

## 5. Posição e enquadramento territorial

O território da vila de Viana do Alentejo, com foral de 1321, integrava a “província” de Entre-Tejo-e-Odiana (como consta na primeira descrição do Reino de Portugal, de 1416), cujos contornos se mantiveram estáveis (tal como os das restantes províncias, à exceção da Estremadura) até ao século XIX, em função sobretudo da adoção dos elementos físicos que os delimitavam (rios, serranias...). Em 1836, com a criação dos distritos – figura administrativa que esvazia por completo a figura de província e que, com exceção do período compreendido entre os anos de 1936 e 1959, se viria a manter até aos nossos dias –, o concelho de Viana é integrado no distrito de Évora.

Com a criação das regiões no Continente, sem no entanto a autonomia das regiões insulares, o concelho de Viana do Alentejo veio, naturalmente, a ser integrado na Região Alentejo e na sub-Região (NUT III) do Alentejo Central. Como se pode ver na figura 5.1, tem uma forma, grosso modo, alongada, desenvolvendo-se no sentido longitudinal, com uma orientação WNW-ESSE. Compreende uma área total de 393 km<sup>2</sup> e uma população residente a rondar os 6000 habitantes, sendo composto, em termos administrativos, por três (3) freguesias: a nascente, Viana do Alentejo (vila sede de concelho) e Aguiar; e a poente, Alcáçovas.

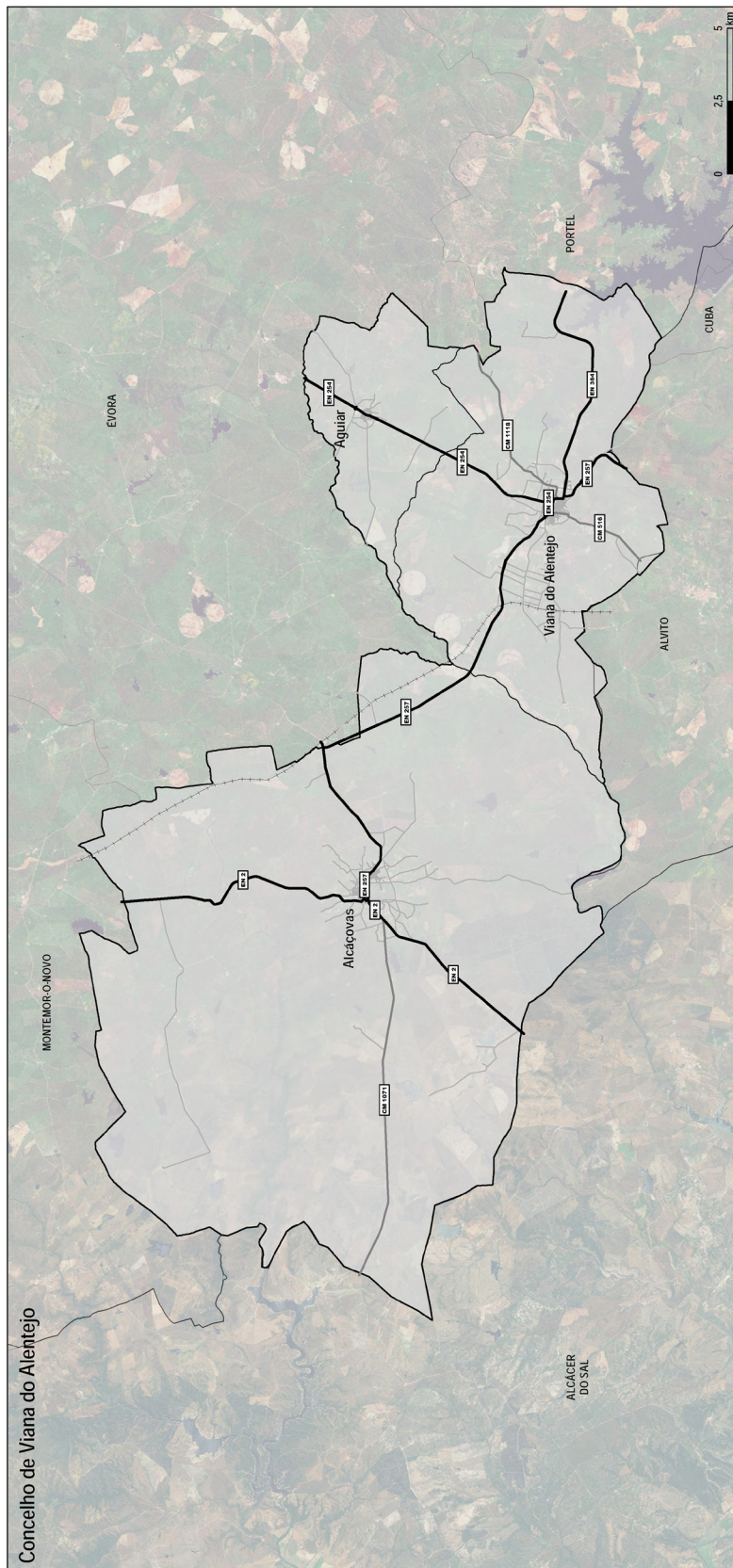
Pertencente à sub-região do Alentejo Central (NUT III), confronta com os concelhos de:

- a . Évora a Nordeste;
- b . Montemor a Noroeste;
- c . Alcácer do Sal a Oeste;
- d . Alvito e Cuba a Sul;
- e . Portel a Este.

No essencial trata-se de um concelho vincadamente rural, marcado pelo tipo de povoamento concentrado definido pelas sedes de freguesia/concelho, envolvidas pela paisagem agro-silvo-pastoril, mas também com áreas incultas. A população ainda apresenta uma forte ligação à terra, com um modo de vida não citadino, não marcado pela correria dos transportes públicos, das filas de trânsito, do fast food, e onde a cultura e os costumes tradicionais e as relações de vizinhança fortes ainda se mantêm, mesmo na sede de concelho (a mais “urbana”) com maior dinamismo económico, social, cultural e oferta de funções, equipamentos e serviços à população.

A sede de concelho e freguesias estão ligadas entre si por uma rede rodoviária principal, em relativo bom estado de conservação, sendo que a ligação entre Viana do Alentejo e Alcáçovas pela EM 257, numa distância de cerca de 13km, e ligando-se a Aguiar pela EM 254, numa distância aproximada de 8 km.

Não obstante a posição e enquadramento geográfico, relativamente próximo de Lisboa (cerca de 1,5 horas ou 163km), de Évora (cerca de 18km) ou de Beja (cerca de 50km ou menos de 1hora de automóvel) lhe conferirem uma assinalável centralidade, trata-se mesmo, assim, de um concelho periférico.



Município de Viana do Alentejo

- Limite do Concelho de Viana do Alentejo
- Freguesias
- Estrada Nacional
- Caminho Municipal
- Outras Estradas
- Rede Ferroviária

Folha 1/1  
A1  
Data: 16/02/2012

Fonte: Cartografia do IGN, 2001; CADP 2011, 2011.

Sistema de Coordenadas: Datum = 73 Metros Portugueses  
Projecção: Transverso - Mercator

RTGEO

Figura 5.1. - Enquadramento territorial do concelho de Viana do Alentejo.

## 6. Uma aproximação ao território físico

Independentemente da escala que abordemos o território, é fácil constatar que a sua dimensão e singularidade advém da inter-relação de diversos fenómenos que se manifestam com particularidades em cada local. Esses fenómenos apresentam assim uma dimensão territorial, como seja, os de natureza física nos quais se integra o clima, a morfologia do relevo, a litologia, ocupação do solo, características hidrológicas e outros, muitas vezes apreendidos empiricamente ou de forma não integrada. Outras vezes são simplesmente esquecidos ou assumidos per si, negligenciando-se que se inserem num sistema e que são eles que dão identidade a um território, conferindo-lhe características específicas, potencialidades, condicionalismos ou impondo limiares de tolerância e necessidades de adaptação ao desenvolvimento do território (FERREIRA, 2005; SIRGADO, 1993).

Parece pois elementar defender o conhecimento destes fenómenos e a forma como tomam lugar num determinado espaço geográfico, sendo nesse caso maiores as possibilidades de garantir a sustentabilidade do desenvolvimento do território. Será, deste modo, mais fácil procurar compatibilizar os “princípios de conservação da natureza, com as necessidades humanas e as exigências económicas” (SADLER, 1994), que traduzem os pilares do desenvolvimento sustentável.

A A21L\_VA, comprometida com o desenvolvimento sustentável não pode assim deixar de relevar, mesmo que em jeito de síntese, os principais fenómenos físicos que dão estrutura e, sem determinismo geográfico, singularidade a Viana do Alentejo.

### 6.1. Os grandes traços do clima regional e local.

#### 6.1.1. Sobre o estudo do clima. Breve nota.

Apesar de Portugal constituir uma pequena faixa territorial limitada a Oeste e a Sul pelo Atlântico e numa abordagem de pequena escala aparentar uma certa homogeneidade, nomeadamente, climática, quando nos detemos em pormenor, verificamos que isso está longe da verdade. A sua heterogeneidade de paisagens e regiões climáticas, de Norte a Sul, de Este para Oeste, é aliás apontada pelo Prof. Orlando Ribeiro (RIBEIRO, 1991) como um dos fatores determinantes da sua singularidade e unicidade. Por isso, acrescenta a Prof.<sup>a</sup> Denise B. Ferreira (FERREIRA, 2005) que “se não há confusão possível entre o ambiente climático do Minho e do Algarve, as nuances existentes em cada região climática do País não são simples de descrever e de explicar; e, no entanto, o ambiente climático nestas escalas mais finas é um fator físico importante na organização do espaço”. Nesse sentido PEIXOTO (1987) referia que a caracterização climática de um dado país, região ou lugar prende-se com a importância deste elemento na distribuição da população e atividades e também de fenómenos direta ou indiretamente dependentes deste, como a vegetação, a disponibilidade de água, etc.. É por isso fundamental, ainda que de relance, visitar as principais características e fatores do clima local. Para o efeito recorreu-se a bibliografia de referência e a informação climática relativa aos elementos do clima<sup>1</sup> para duas estações climatológicas e dez postos udométricos localizados no concelho ou na sua proximidade.

1 - A informação recolhida reporta-se às estações climáticas de Viana do Alentejo, Évora e de Alcácer do Sal, para as quais foi possível analisar os seguintes elementos: temperatura média mensal, precipitação média mensal e máxima mensal diária, humidade relativa e rumo e velocidade do vento. Para os 10 postos udométricos a informação disponível é apenas a precipitação média mensal e máxima mensal diária, reportando-se os dados à normal 1951-1980 do Instituto de Meteorologia (INMG, 1991).



### 6.1.2. O clima de Viana do Alentejo.

Logo à partida é de constatar que o clima de um determinado local depende, além da latitude, que determina zonalmente a quantidade de radiação solar recebida à superfície da Terra devido à inclinação do seu eixo à circulação geral da atmosfera, a altitude, a morfologia e morfometria do relevo, a exposição<sup>2</sup> e a proximidade do oceano.

De acordo com o que é possível aferir da leitura de pequena escala da classificação climática de Köppen<sup>3</sup>(TREWARTHA, 1954), corroborado pela definição climática de PEIXOTO (1987), VA integra-se numa zona de clima mediterrâneo, do tipo Csa. É um “clima mesotérmico” (PEIXOTO, 1987), i.e., com temperaturas médias anuais na ordem dos 15-17°C, sendo o Inverno tépido (RIBEIRO et. al., 1994) e o Verão quente e seco, com a média do ar no mês mais quente sempre superior a 22°C, e com máximos que podem ultrapassar os 35°C (MABBERLY e PLACITO, 1993).

Em pormenor, contudo, há variações locais na distribuição dos diversos elementos do clima, atendendo aos diversos fatores que os influenciam, nomeadamente, o enquadramento morfológico regional e relativa proximidade ao oceano.

Com efeito, no que respeita à precipitação média mensal verificam-se grandes discrepâncias entre as estações/postos em análise, que podem ser na ordem dos 200 mm (e.g., entre Cuba com 546,0 mm e Viana do Alentejo com 726,8 mm, ou entre Alcácer do Sal com 574,5 mm e Alcáçovas com 775,0 mm, para o mesmo período de análise) (vd. quadros 6.1 e 6.2).

Quadro 6.1. - Precipitação média mensal e anual (mm) - estações climatológicas (1951-1980).

	Alcácer do Sal	Évora	Viana Alentejo
JAN	85,0	94,4	107,5
FEV	79,7	84,6	101,9
MAR	76,7	82,9	95,2
ABR	43,6	48,7	57,2
MAI	33,8	39,1	43,7
JUN	18,5	26,6	24,2
JUL	3,8	6,2	7,3
AGO	2,8	3,0	5,2
SET	19,5	25,0	26,2
OUT	53,4	66,7	75,8
NOV	69,5	78,7	86,3
DEZ	88,2	86,5	96,3
<b>Ano</b>	<b>574,5</b>	<b>642,6</b>	<b>726,8</b>

Fonte: INMG (1992)

2 - Como refere FERREIRA (2005), a “hierarquização da intervenção destes (e outros) fatores na definição do clima de um sítio particular, conduz à utilização de um sistema de escalas imbricadas no espaço, desde a escala planetária (latitude), à escala regional (distância ao oceano) e local (influência do relevo), até à escala micro-climática características físicas da superfície terrestre”, sendo que, a cada uma dessas escalas se podem atribuir dimensões características. “Na descrição do clima de um lugar procura-se definir a natureza dos fatores que intervêm em cada uma dessas escalas” (FERREIRA, 2005). É como se procederá, simplificando e atendendo ao alcance da abordagem da A21L\_VA.

3 - Considera o Prof. J.P. Peixoto (PEIXOTO, 1987) a classificação climática mais perfeita disponível e bem adaptada à paisagem geográfica e aos aspetos do revestimento vegetal da superfície do Globo, sendo baseada nos valores médios da temperatura do ar e da quantidade de precipitação, e na distribuição correlacionada destes dois elementos pelos meses do ano (PEIXOTO, 1987).

## Parte II . Um olhar sobre o concelho de Viana do Alentejo

Quadro 6.2. - Precipitação média mensal e anual (mm), postos udométricos (1951-1980).

	Alcáçovas	Alvito	Barr. P. Altar	Cuba	Mt. Outeiro	Odivelas	Portel	Torrão Alentejo	Vidigueira
JAN	128,5	92,8	93,5	74,3	90,9	86,1	102,9	87,8	87,7
FEV	112,6	91,3	88,8	78,6	136,8	77,5	99,5	82,1	88,1
MAR	100,6	80,4	85,2	69,2	96,7	70,5	95,3	78,8	79,8
ABR	57,3	50,1	48,2	45,2	46,4	46,0	51,9	46,1	48,9
MAI	43,5	39,9	35,2	31,4	37,4	40,2	41,7	32,6	37,0
JUN	24,8	23,6	20,3	19,9	24,4	19,8	24,0	20,0	22,2
JUL	3,8	2,5	3,9	1,2	0,5	2,5	4,7	6,6	4,5
AGO	2,8	2,7	3,1	1,6	1,2	2,0	2,0	2,8	3,4
SET	25,8	17,3	25,2	17,4	23,4	20,3	23,8	20,1	18,0
OUT	75,3	68,4	65,5	65,3	95,8	62,2	67,8	63,2	64,7
NOV	98,0	78,4	79,0	71,1	98,6	69,2	83,8	71,3	80,2
DEZ	101,6	88,5	89,8	70,8	80,8	74,7	92,0	84,1	82,4
<b>Ano</b>	<b>774,7</b>	<b>635,9</b>	<b>637,7</b>	<b>546,0</b>	<b>732,9</b>	<b>571,0</b>	<b>689,4</b>	<b>595,5</b>	<b>619,9</b>

Fonte: INMG (1992)

Da observação da figura 6.1 (estações) e dos quadros 6.1 e 6.2, verifica-se que as estações do concelho registam os valores mais elevados de precipitação média mensal e anual, superiores a 700 mm. A posição do concelho, elevado relativamente à escarpa de falha Vidigueira a SE e à bacia do Sado a W e SW, apresenta-se como o principal fator destes quantitativos de precipitação média mensal superiores aos das estações mais próximas, já que a escarpa da Vidigueira funciona como barreira à progressão das massas de ar, forçando-as a ascender e a condensar, potenciando a ocorrência de precipitação<sup>4</sup>. Justificam-se também, deste modo, os valores mais baixo registados nos postos de Cuba em plena peneplanície (546,0 mm), de Vidigueira (619,9 mm) localizados na base da escarpa, e de Portel (689,4 mm) localizados em plena serra de Portel. A Norte localiza-se a Serra de Monfurado (424 m), elevando-se entre 150 e 200 metros da área envolvente, é a principal unidade de relevo da região influenciando, naturalmente, os quantitativos de precipitação na área setentrional do concelho (Escoural regista 860 mm)

A Oeste, a bacia do Tejo e do Sado, numa posição mais baixa, separada da peneplanície do Alto Alentejo pelo degrau do Torrão, reforça a ideia de que a posição elevada contribui para o aumento dos quantitativos de precipitação, funcionando este acidente também como barreira de condensação das massas de ar provenientes de Oeste (ar marítimo). Os valores revelam uma progressão crescente, com aumento significativo da precipitação de Oeste para Este – Alcácer do Sal (574,5 mm), Barragem do Pego do Altar (637,7 mm) e Alcáçovas (775,0 mm) (vd. figura. 6.1)

Pela observação dos gráficos verificamos que o regime pluviométrico é mediterrâneo, com a estação seca a coincidir com o verão (vd. figura 6.2.). Os valores mais elevados de precipitação ocorrem entre dezembro e fevereiro (vd. quadros 6.1 e 6.2) quando a circulação zonal de Oeste atinge o seu máximo e os mínimos registam-se por norma em agosto, podendo também ocorrer em julho, sendo em regra inferiores a 3 mm (vd. quadros 6.1 e 6.2).

A precipitação máxima mensal diária, não se destaca muito dos valores médios mensais de precipitação, sendo pontualmente mais elevados (vd. figura 6.2.). No entanto, salientam-se os valores registados na estação de Viana do Alentejo em fevereiro (227,9 mm), março (139,1 mm) e em novembro (121,0 mm) (vd. figura 6.2) muito elevados relativamente aos valores médios mensais, talvez por força de episódios de precipitação convectiva associada a situações de bloqueio, já que correspondem a valores diários.

4 - Embora este degrau não tenha mais que 200 m de desnível face ao bloco levantado, onde se localiza Portel, tem capacidade para gerar os movimentos ascendentes e a condensação das massas de ar vindas do quadrante Sul.

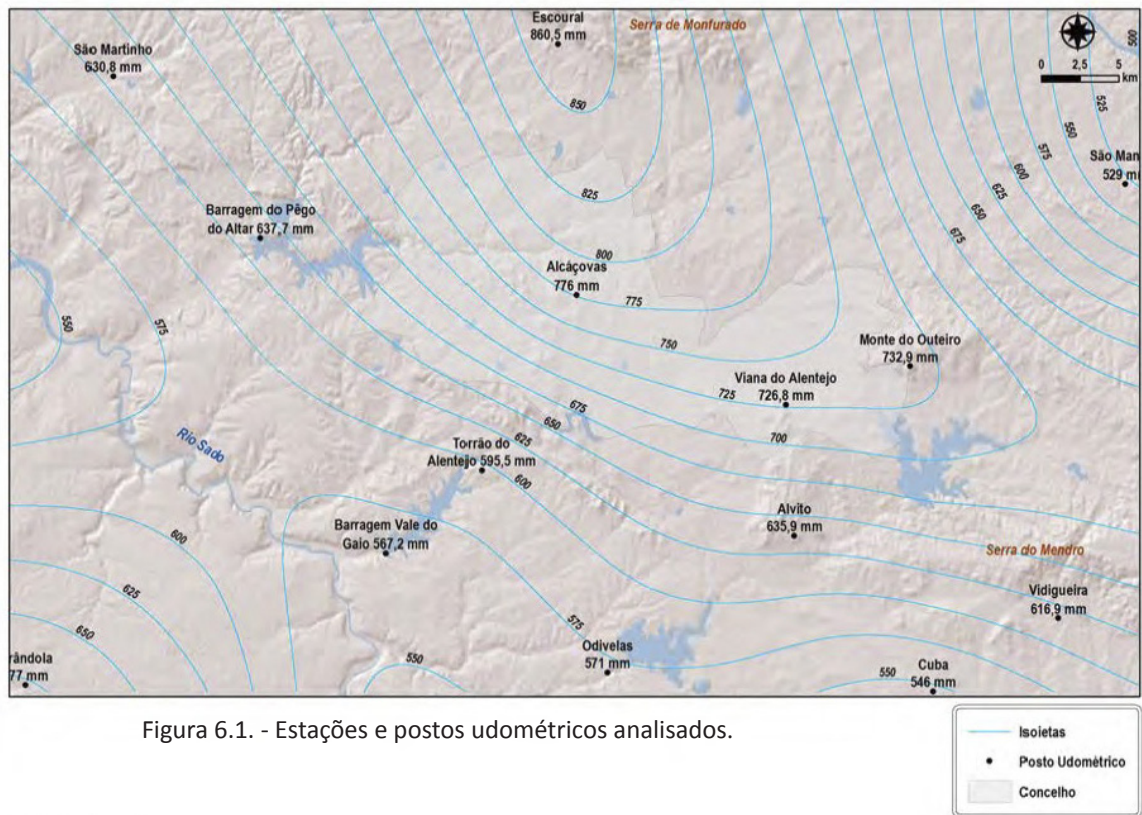


Figura 6.1. - Estações e postos udométricos analisados.

Ainda relativamente à precipitação máxima mensal diária de referir os valores dos postos de Torráo do Alentejo e de Vidigueira, que no mês de julho registaram precipitação na ordem dos 70 mm (vd. figura 6.2), talvez relacionados com a ocorrência de depressões térmicas, geradoras de grande instabilidade atmosférica (com desenvolvimento de trovoadas) e de potencial ocorrência de precipitação muito intensa, mas também em consequência da morfologia destas áreas.

No que respeita à temperatura média mensal, existem apenas dados referentes às estações climatológicas, sendo que os valores registados são muito semelhantes: Évora registou uma média de 15,4°C, Alcácer do Sal 16,3°C e Viana do Alentejo 15,9°C (vd. figura 6.3), com a temperatura média máxima a atingir, também aí, os valores mais elevados, na ordem dos 23°C (vd. figura 6.3). Relativamente à temperatura média mínima, janeiro foi o mês mais frio nas três estações, com valores inferiores a 10°C em Viana do Alentejo e Évora e superiores a 10°C em Alcácer do Sal. Na estação de Évora registaram-se três meses com temperatura inferior a 10°C, entre dezembro e fevereiro (figura 6.3). Em Viana do Alentejo apenas dois meses registaram temperatura média inferior a 10°C, dezembro e janeiro, sendo a temperatura mínima 9,4°C. A estação de Alcácer do Sal revela muito ligeiramente a tendência amenizadora dada pela proximidade ao oceano, uma vez que a temperatura média nunca desce abaixo dos 10°C, sendo o mês mais frio janeiro, com 10,3°C.

Outro elemento do clima em análise é a humidade relativa (%) que, à semelhança da temperatura média mensal, apenas apresenta dados para as estações climatológicas. Neste domínio as diferenças entre estações são muito ténues, registando-se valores médios na ordem dos 80% em Alcácer do Sal, Évora e Viana do Alentejo (vd. figura 6.4).

As estações de Viana do Alentejo e de Alcácer do Sal atingem um máximo de humidade relativa em janeiro e fevereiro, com 90% e valores inferiores a 70% em junho, julho e agosto (vd. figura 6.4). A estação de Évora, cujos valores se reportam às 6h, apresenta diferenças significativas na análise. No entanto essas diferenças seriam esbatidas caso o período de recolha de informação fosse coincidente com os das outras estações.

Relativamente ao vento a figura 6.5 permite verificar os rumos dominantes (frequência) por estação e a velocidade média do vento em km/h, podendo-se constatar que na estação de Évora o rumo mais frequente é

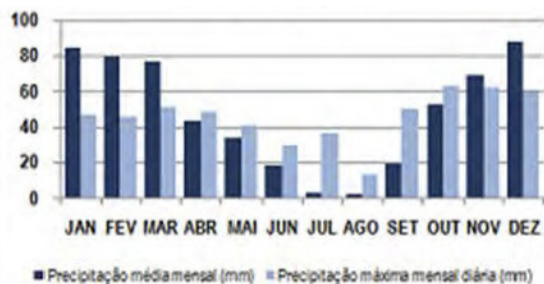
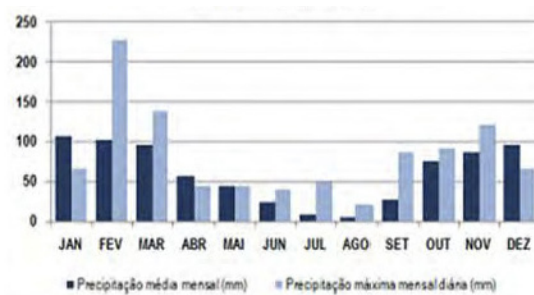
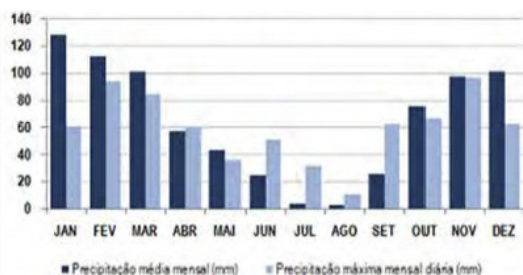
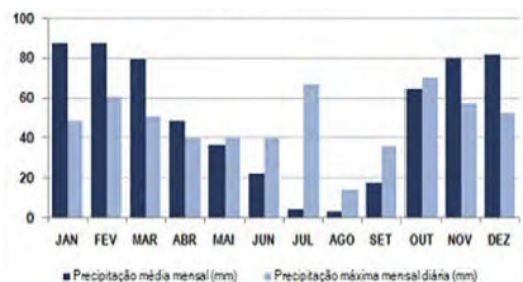
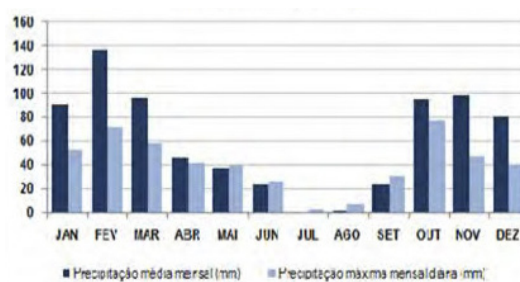
Precipitação média mensal e máxima mensal diária (mm)  
Alcácer do Sal (1951-1980)Precipitação média mensal e máxima mensal diária (mm)  
Viana do Alentejo (1951-1980)Precipitação média mensal e máxima mensal diária (mm)  
Alcáçovas (1951-1980)Precipitação média mensal e máxima mensal diária (mm)  
Ferreira do Alentejo (1951-1980)Precipitação média mensal e máxima mensal diária (mm)  
Vidigueira (1951-1980)Precipitação média mensal e máxima mensal diária (mm)  
Monte do Outeiro (1951-1980)

Figura 6.2. - Precipitação média mensal e máxima mensal diária (Alcácer do Sal, Viana, Alcáçovas, Torrão, Vidigueira, Monte do Outeiro).

Fonte: INMG (1992)

NW com 27,9% das ocorrências, seguido do rumo SW, com 14,5% de frequência de ocorrência (vd. figura 6.5). O rumo NW é também o que apresenta a maior velocidade, com 18,4km/h, um valor relativamente elevado quando comparado com os dos outros rumos, embora a velocidade seja sempre superior a 12km/h nesta estação (vd. figura 6.5).

A estação de Alcácer do Sal registou os rumos de W e NW como os mais frequentes, com 19,6% e 23,3% das ocorrências, respetivamente. A velocidade do vento nesta estação é mais moderada que na estação de Évora, sendo que a velocidade máxima atingida é de 9,9km/h para o rumo SW (vd. figura 6.5). Os rumos do quadrante W são mesmo os mais frequentes e os que atingem maior velocidade, talvez devido à localização da estação (vd. figura 6.5).

A estação de Viana do Alentejo apresenta uma predominância de rumos de vento do quadrante Norte, também com um máximo de frequência de ocorrência no rumo NW, que registou 23,2% das ocorrências, seguindo-se os rumos NE com 18,6% e N com 13,6% (vd. figura 6.5). Não obstante a dominância de rumos do quadrante Norte, os rumos de S e SE apresentam uma frequência assinalável durante os meses de inverno, o que, associado às velocidades médias, pode reforçar a justificação dos quantitativos de precipitação no concelho de Viana, como enunciado.

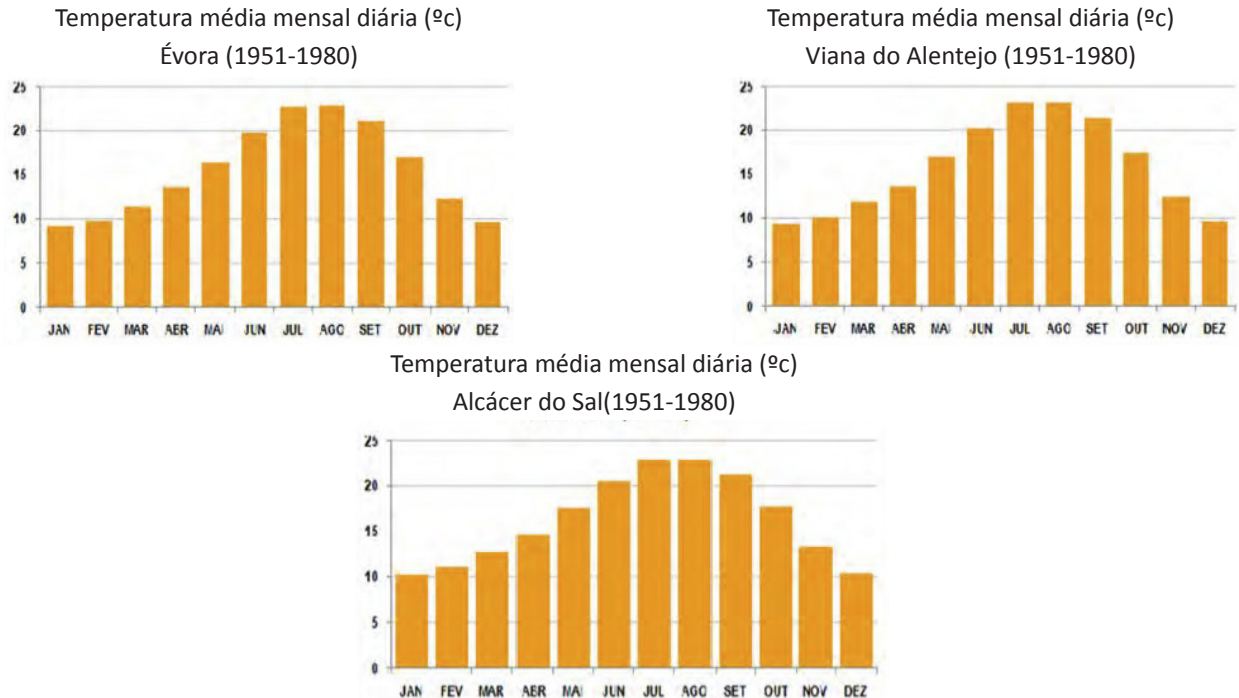


Figura 6.3. - Temperatura média mensal diária (°C) (Évora, Viana, Alcácer do Sal).

Fonte: INMG (1992)

Em síntese, o clima no concelho de Viana do Alentejo é mediterrâneo, sendo que de acordo com a classificação de Köppen é do tipo Csa, com verões quentes e secos, com temperatura média na ordem dos 23°C no mês mais quente e 10°C no mês mais frio, o que torna os invernos frescos. A precipitação média anual na ordem dos 700 mm é relativamente mais elevada que nas áreas circundantes, o que poderá estar relacionado com a morfologia muito particular desta área, e que poderá contribuir em grande medida para a reposição das reservas de água nos solos e nos reservatórios superficiais e subterrâneos.

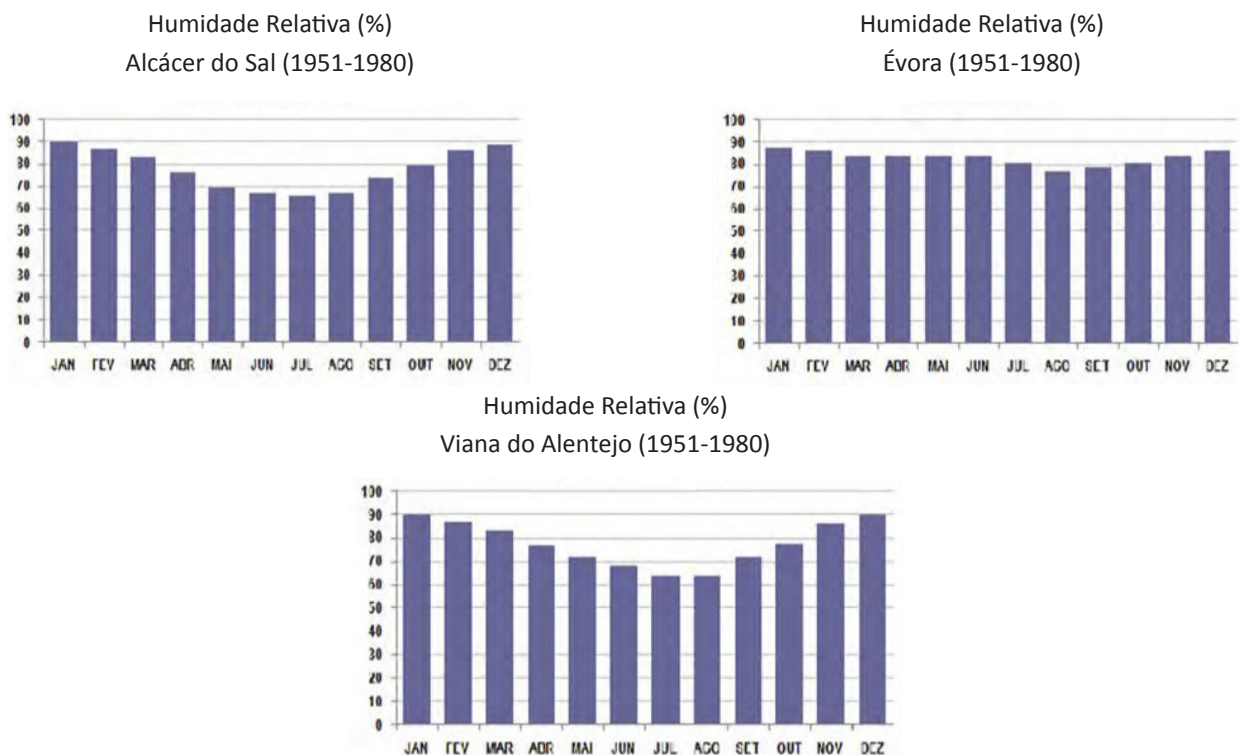
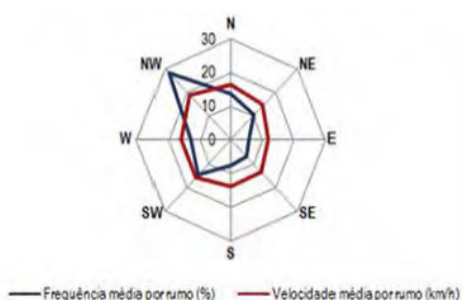


Figura 6.4. - Humidade relativa diária (%) (Alcácer do Sal, Évora, Viana).

Fonte: INMG (1992)

Frequência (%) e velocidade (Km/h) médias do vento, por rumo, Évora (1951-1980)



Frequência (%) e velocidade (Km/h) médias do vento, por rumo, Alcáçacer do Sal (1951-1980)



Frequência (%) e velocidade (Km/h) médias do vento, por rumo, Viana do Alentejo (1951-1980)

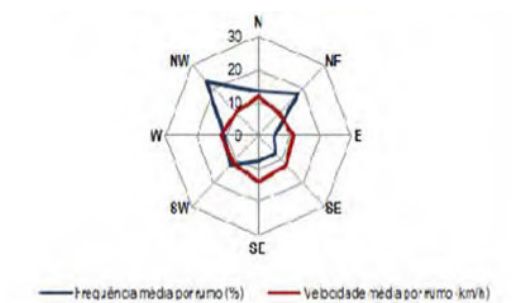


Figura 6.5 - Frequência (%) e velocidade (km/h) médias do vento, por rumo (Évora, Alcáçacer do Sal, Viana).


## 6.2. O relevo.

O concelho de Viana do Alentejo espelha do ponto de vista morfológico a imagem tradicional que normalmente é apontada ao relevo do Alentejo. O relevo é, com efeito, pouco movimentado e sem fortes contrastes, sendo marcado no essencial por um relevo ondulado e sem contrastes morfológicos acentuados.

Contudo numa abordagem mais atenta e de pormenor constata-se que a amplitude altimétrica superior a 350 m denuncia uma relativa dinâmica do relevo que o mapa hipsométrico (figura 6.6) reflete. Pode-se aí verificar que da vasta superfície grosso modo plana (atente-se também ao mapa de declives, figura 6.7) sobressaem dois setores fundamentais onde relevos positivos se impõem na paisagem, nomeadamente:

- 1 . próximo de Viana do Alentejo, onde se desenvolve monte, localmente conhecido por “Serra de Viana”, onde são atingidas as maiores altitudes do concelho (S. Vicente, 374 m e Covão, 368 m), de vertentes convexo-retilíneas expostas a NE e retilíneas (ou retilíneo côncavas) no quadrante oposto (SW) (veja-se mapa de exposições, figura 6.8), de declives relativamente acentuados (vd. figura 6.7) e com comandos máximos na ordem dos 100m. É na vertente exposta a norte deste monte (vd. mapa de exposições de vertentes, figura 6.8) onde parte da vila de Viana está instalada;
- 2 . a Oeste de Alcáçovas, com o relevo de Outeiro da Cruz (257 m) e especialmente com o alinhamento de relevos adjacente, de orientação grosso modo NW-SE (Senhora da Esperança-Vale de Nogueira). A altitude ainda que mais modesta que na “Serra de Viana”, aproxima-se dos 300 m no monte “Sra. da Esperança” (282 m) e atinge os 277 m no monte de “Vale de Nogueira” (vd. figura 6.6). Em ambos os casos as vertentes expostas a NE ou SW apresentam um perfil geral retilíneo ou retilíneo-côncavo, sendo especialmente declivosas e com comando assinalável no contexto do concelho que pode atingir os 80 m (vertente exposta a NE no monte “Senhora da Esperança”) (vd. figuras 6.7 e 6.8).

De Alcáçovas até ao limite do concelho o relevo diminui progressivamente de altitude apresentando-se genericamente aplanado nessa direção, embora recortado mais ou menos em dois blocos pela Ribeira de Alcáçovas que se desenvolve nesse sentido, instalada num vale simétrico bem definido em “V”, cujos interflúvios encimam vertentes retilíneas, com um comando relativamente elevado e de declive muito forte (vd. figuras 6.6 e 6.7).



Município de Viana do Alentejo

**Hipsometria (m)**

34 - 100
110 - 150
160 - 170
180 - 200
210 - 230
240 - 270
280 - 370

**Rede Viária**

- Estradas Principais
- Outras Estradas
- Linhas de Água
- Limite do Concelho

Fonte: Cartografia N.º 106/02, 2002, Carta 1:50.000

Escala: 1:50.000

Proj. UTM

Elaboração e Correção: Dama 73, M. B. F. e P. Fernandes

RTGEO

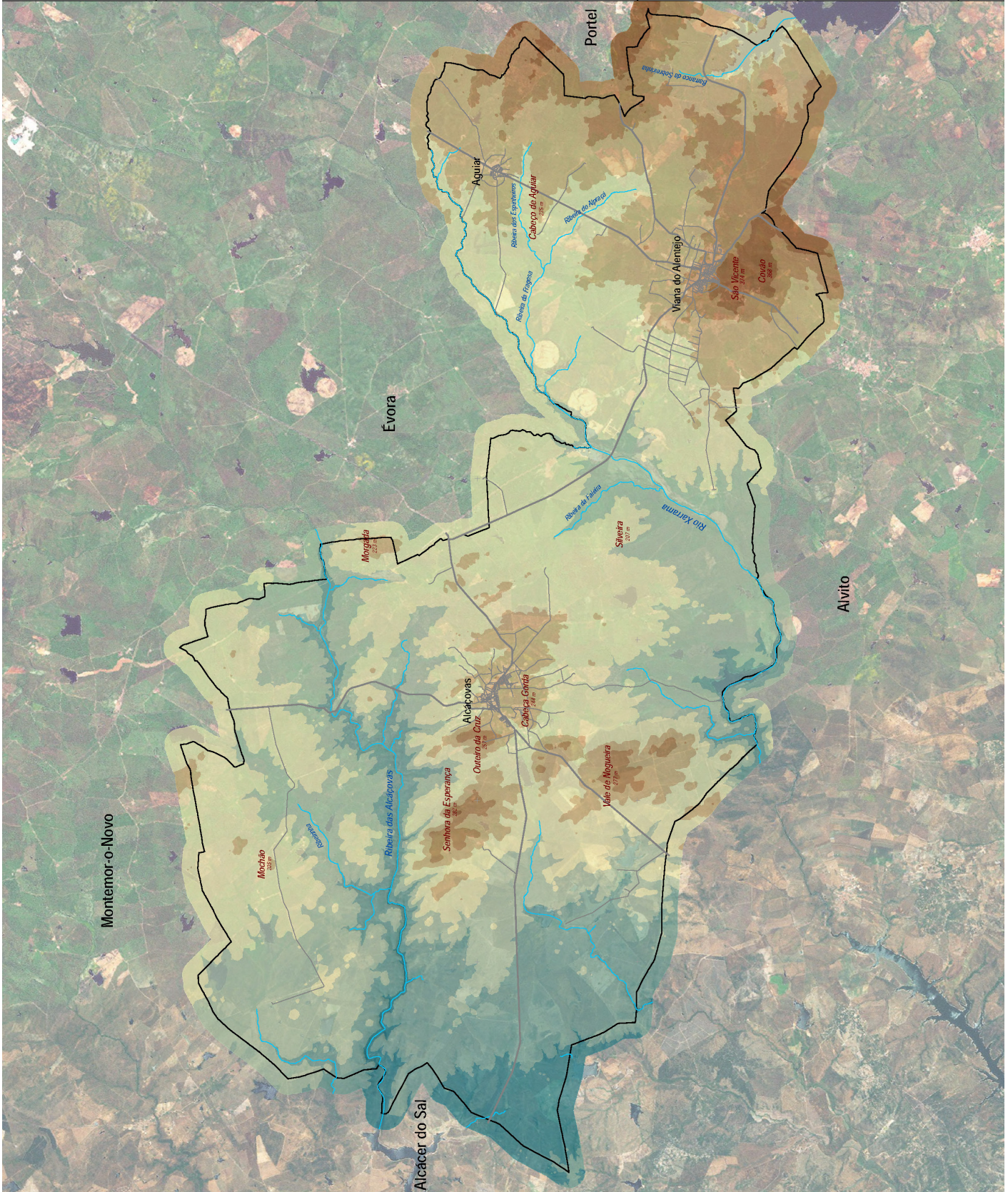



Figura 6.6 - Hipsometria.





Município de Évora do Alentejo

Declive (%)
< 5
5 - 10
11 - 20
21 - 30
> 31

- Rede Viária
- Estradas Principais
- Outras Estradas
- Linhas de Água
- Limite do Concelho

Escala: 1:10000  
 Data: 14/12/2012  
 PTGEO  
 Base de Dados: Open JTS Modeller PostgreSQL

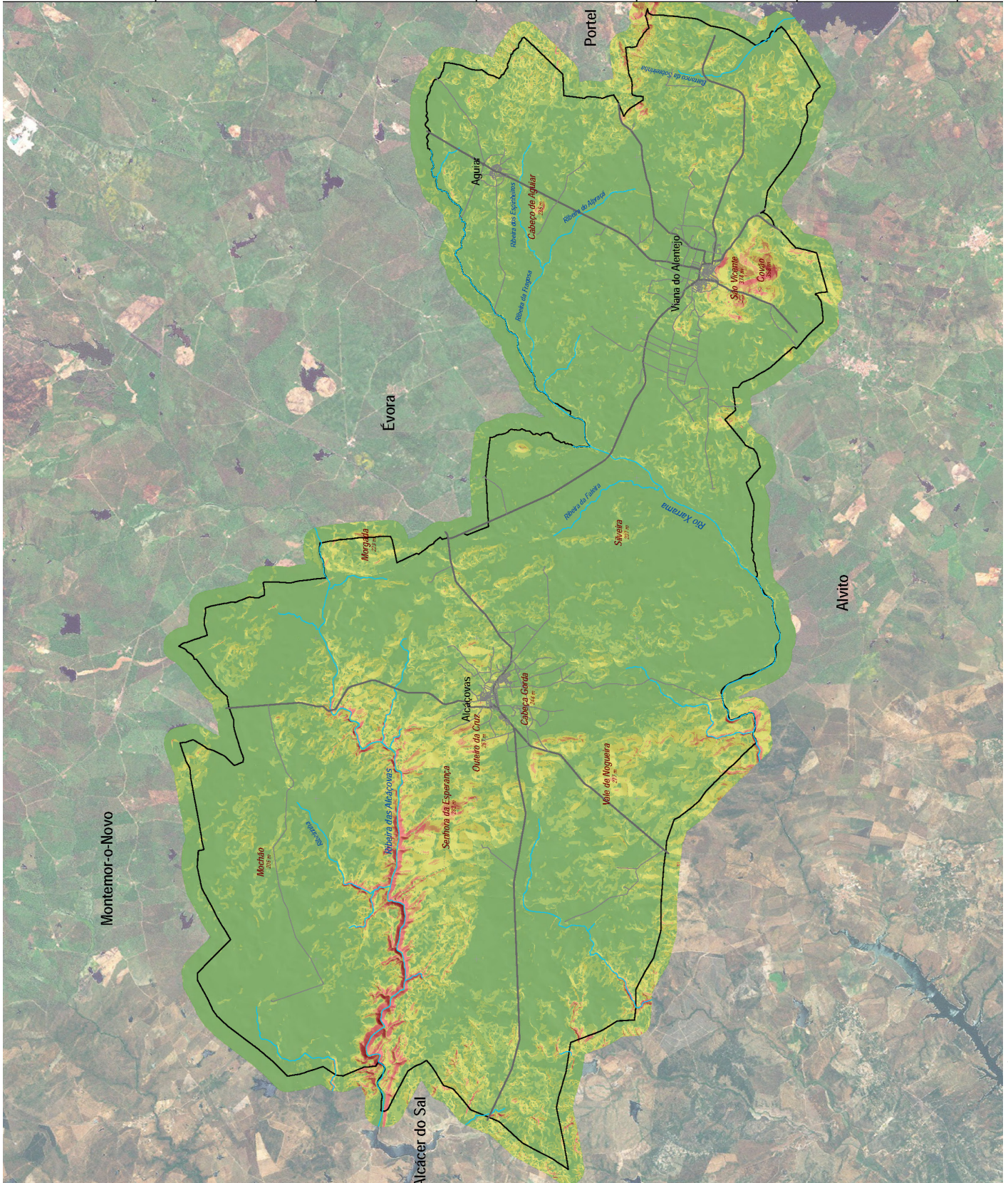


Figura 6.7 - Declives.



—	Roads Viana
—	Main Roads
—	Other Roads
—	Municipality Boundary



Fonte: Cartografia do INIA (1997) e IGN (1985)

Folha 115  
AI  
Data: 16/12/2012

**RT GEO**  
Sistema de Informação Geográfica  
Sistemas de Informação Geográfica

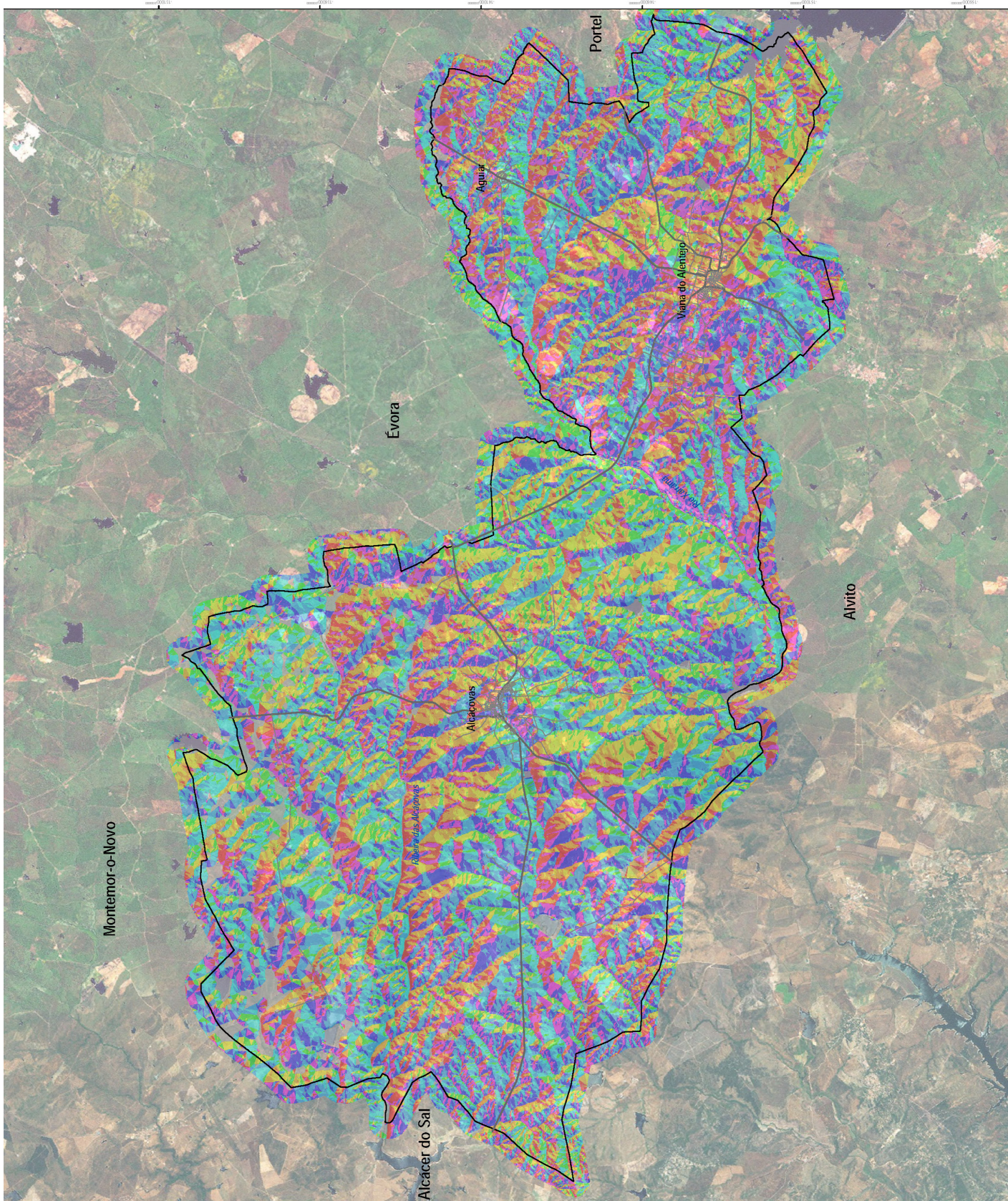


Figura 6.8 - Exposição de vertentes.

### 6.3. Morfoestrutura.

O enquadramento morfoestrutural permite caracterizar o relevo, a estrutura e a génese morfológica: elementos de base do território. A nível nacional desenvolvem-se três unidades morfoestruturais, distintas entre si, de idades e características muito díspares: o maciço antigo, as orlas mesocenozóicas<sup>1</sup> ocidental e meridional e as bacias do Tejo e Sado.

O maciço antigo é a unidade mais extensa, ocupando 7/10 do território continental (MEDEIROS, 2000), sendo constituído por rochas de idade Paleozóica (na sua maioria), dominando as rochas de natureza plutónica e/ou metamórfica.

No concelho de Viana do Alentejo desenvolvem-se duas das três unidades morfoestruturais do país: o maciço antigo, que se estende por 9/10 da área total e a bacia do Sado na restante, localizada no extremo ocidental. A localização geográfica coloca o concelho na área de transição entre as duas unidades morfoestruturais mas também na área de transição entre a peneplanície do Alto e do Baixo Alentejo (vd. figura 6.9), sendo que a tectónica desempenha nestas unidades um papel primordial. Numa primeira observação à figura 6.9 verificamos que se destacam duas grandes áreas, uma mais aplanada, que se desenvolve sensivelmente até Alcáçovas e outra no setor de Alcáçovas e daí em direção a Oeste, mais movimentada.

Um dos elementos de base para a caracterização é a serra de Portel, um compartimento levantado, marginado por falhas, com diferentes níveis internos e cujos limites norte e oeste têm desenvolvimento na área do concelho. Duas cadeias caracterizam a metade ocidental da serra: a norte, o alinhamento S. Bartolomeu – S. Pedro e a Sul o alinhamento Vila Ruiva – Vila Alva (vd. figura 6.9). Entre as duas cadeias desenvolve-se um nível de erosão (FEIO, 1952), no qual se localiza Viana do Alentejo (vd. figura 6.9) que contacta a Norte desta localidade com a peneplanície de Évora (FEIO, 1952).

O setor ocidental da serra consiste numa escarpa de falha, com orientação aproximada N-S, “situada defronte de Vila Nova da Baronia” (FEIO, 1952) e que se prolonga até junto de Viana (terminando sensivelmente no relevo isolado S. Vicente (374m), localizado imediatamente a sul da sede de concelho (vd. figura 6.9). Este relevo é constituído por calcários cristalinos<sup>2</sup> (mármore), e, de acordo com FEIO (1952), é mais antigo que a escarpa de Vila Nova da Baronia (os mármore datam do Câmbrio), sendo mesmo anterior ao alinhamento estrutural S. Bartolomeu – S. Pedro, pelo que a sua configuração atual se deve a erosão diferencial (vd. figura 6.9).

No setor ocidental do concelho, na área de Alcáçovas, a tectónica volta a ser preponderante na definição das unidades morfoestruturais. A peneplanície desce gradualmente desde Évora até esta localidade, que se desenvolve num compartimento levantado – bloco da Sr.ª da Esperança, marginado a sul por uma escarpa de falha (vd. figura 6.9). A sul de Alcáçovas um outro degrau com orientação grosso modo E-W marca o limite Norte de outro compartimento levantado, com desenvolvimento para S e SSE, sendo que entre os dois degraus escoia a Rib.ª das Banhas. O degrau a sul da Rib.ª das Banhas inflete para sul até à barragem de S. Brissos (Rio Xarrama), prolongando-se para SE já fora da área do concelho, o “degrau” de Alcáçovas (vd. figura 5.1).

A este do degrau de Alcáçovas a peneplanície encontra-se cerca de 100m mais baixa que o compartimento levantado, decrescendo em direção ao Rio Xarrama (FEIO e MARTINS, 1993).

1 - As orlas mesocenozóicas ocidental e meridional são constituídas por rochas sedimentares (calcários e arenitos, entre outros) mas também por rochas eruptivas datadas das Eras Secundária e Terciária. As bacias do Tejo e Sado constituem pedaços de crosta que subsidiram sob o peso dos sedimentos provenientes das áreas circundantes e continuam atualmente em evolução (sedimentação), sendo constituídas por materiais datados do Terciário e Quaternário (calcários, areias de praia ou aluviões). De acordo com MEDEIROS (2000), o termo mais coreto para designar esta unidade seria bacia cenozoica.

2 - O relevo S. Vicente constitui o setor Norte do aquífero Viana do Alentejo–Alvito, sendo que a falha marca o seu limite Oeste.

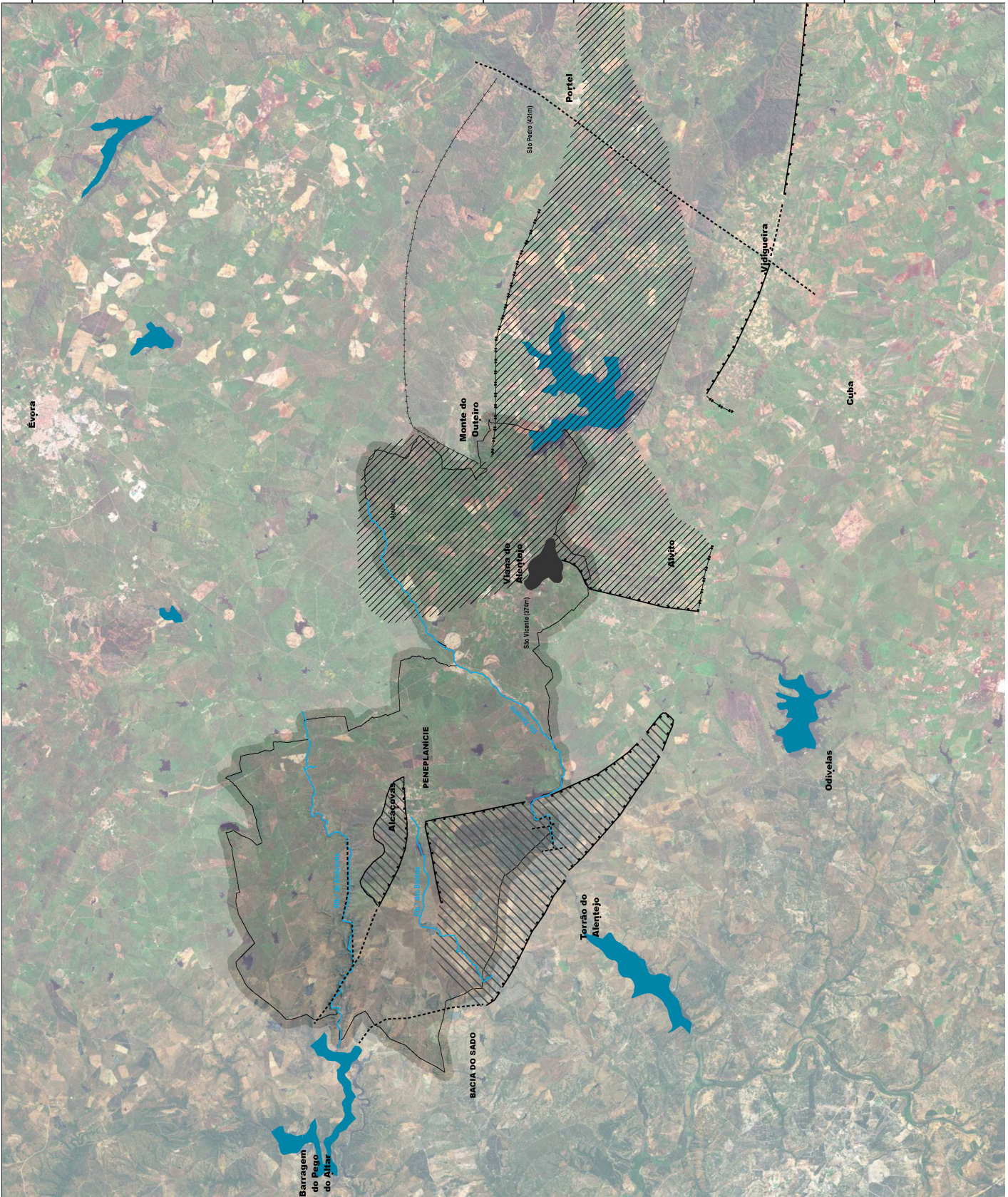
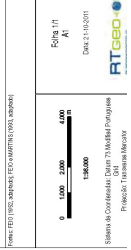
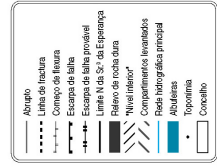


Figura 6.9 - Esboço Morfoestrutural.

No bloco levantado a altitude é superior em Alcáçovas, decrescendo para Oeste, em direção ao degrau do Torrão, que marca a transição do maciço antigo para a Bacia do Sado, localizada a W e SW (vd. figura 6.9), embora na área do concelho o degrau seja pouco expressivo em termos altimétricos por se encontrar muito dissecado (FEIO e MARTINS, 1993). O setor onde se desenvolve a bacia do Sado é assim muito reduzido na área do concelho, embora se identifique claramente no mapa litológico (vd. figura 6.11) e na cartografia morfoestrutural (figura 6.9).

O caráter tectónico do concelho é acentuado pelo traçado dos principais cursos de água que auxiliam na interpretação da morfoestrutura. De acordo com FEIO e MARTINS, (1993), o traçado do Rio Xarrama no limite do concelho deve-se a um dispositivo de antecedência – o curso de água tinha o seu percurso definido antes das movimentações tectónicas e manteve-o posteriormente. Constata-se, assim, na figura 6.9, que os cursos de água atravessam o bloco levantado, num troço meandriforme, aproveitando as áreas de fraqueza das fraturas. A Rib.<sup>ª</sup> das Banhas, que corre a sul do compartimento da Sr.<sup>ª</sup> da Esperança, atravessa o degrau do Torrão a SW. Também a Rib.<sup>ª</sup> de Alcáçovas escoia alinhada com uma fratura de orientação E-W, localizada a N do compartimento levantado da Sr.<sup>ª</sup> da Esperança, verificando-se que o traçado no limite do concelho é também condicionado estruturalmente por uma falha que parece prolongar o degrau que margina este bloco a sul (vd. figura 6.9).

Assim, de um modo geral o concelho apresenta duas unidades distintas, a peneplanície e os compartimentos levantados, fundamentalmente na área de Alcáçovas. A Bacia do Sado ocupa uma área extremamente reduzida. São as unidades morfoestruturais que afetam claramente a forma como se processa a organização e drenagem da rede hidrográfica (vd. Cap. 4.) ou o ritmo climático e a sucessão de estados de tempo e naturalmente outros fatores como a distribuição da vegetação e de recursos hídricos.

#### 6.4. Geologia e litologia.

Integrado no maciço antigo, o concelho de Viana do Alentejo partilha necessariamente das suas vicissitudes e características em termos geológicos e litológicos. Ao contrário do que uma primeira perceção poderá induzir, não se trata de uma área homogénea do ponto de vista geológico ou mesmo litológico. Pode-se assim constatar, atentando para o mapa geológico, a presença de materiais datados desde o período pré-câmbrico ( $\pm 600$  MA) ao quaternário ( $< 2$  MA) que, muito embora por vezes apresentem características litológicas semelhantes, pode-se afirmar da existência de uma grande heterogeneidade de materiais.

Os mais antigos, i.e., datados do pré-câmbrico e câmbrico encontram-se a sul de Viana do Alentejo, sendo que no caso dos primeiros encontram-se em pequenas faixas alongadas sensivelmente com orientação N-S, e os segundos numa mancha de dimensão significativa imediatamente a sul de Viana. Em qualquer dos casos são, em termos litológicos, materiais de natureza metamórfica que correspondem, respetivamente, a xistos luzentes e a calcários cristalinos (mármore). Estes últimos constituem a estrutura fundamental do monte de S. Vicente (o “monte” de Viana), em cuja vertente exposta a N está instalada parte da vila de Viana. Há ainda uma importante mancha de materiais de natureza cristalina (plutónica) e metamórfica datados do período câmbrico no extremo SE do concelho (área de Quinta Nova-Horta da Tapadinha), correspondendo os primeiros a “rochas quartzo-feldspáticas”, como sejam gnaisses, e os segundos a xistos e quartzitos negros, segundo a carta geológica (figura 6.10 e 6.11).



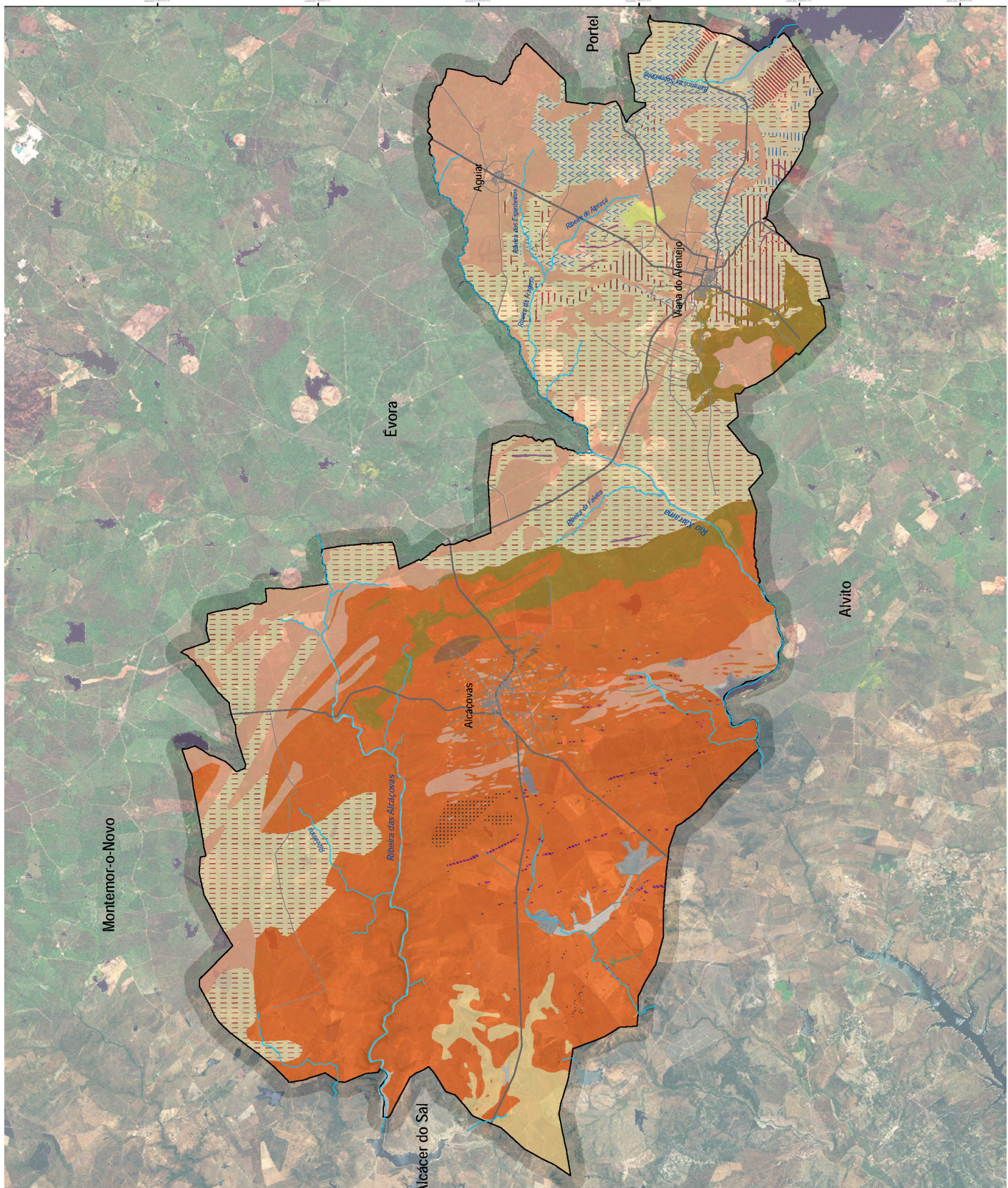
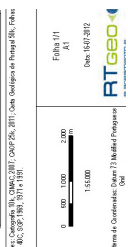
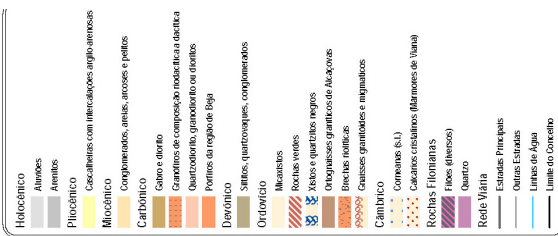


Figura 6.11 - Litologia.

Um pouco mais recente, ou seja, na idade pré-hercínica, encontra-se uma importante área ocupada por corneanas (figura 6.10) que denunciam uma antiga auréola de metamorfismo que contorna a vila de Viana pelo setor nascente.

Atentando à figura 6.10 pode-se ainda constatar uma importante mancha de materiais pré-hercínicos de natureza metamórfica, que ocupa uma área substancial do setor central do concelho, representadas litologicamente por gnaisses e migmatitos (figura 6.11).

Os materiais de idade hercínica ( $\pm 350$  MA), têm especial expressão no setor oeste do concelho já que o ocupam quase totalmente. Do ponto de vista litológico são essencialmente materiais ígneos, nomeadamente, riolitos (quartzo pórfiro, correspondente extrusiva do granito e por isso semelhante a este na sua composição), como se pode ver na figura 6.11. Materiais do período hercínico ocupam ainda uma importante área no setor NE do setor Este do concelho, correspondendo do ponto de vista litológico a quartzodioritos e granodioritos (rochas plutónicas).

Acusando uma lacuna estratigráfica constata-se que além dos materiais da base do Miocénico, (figura 6.10) que correspondem à formação de Vale de Guizo representada litologicamente por conglomerados, areias, pelitos e calcários, no extremos ocidental do concelho, os materiais mais recentes são datados do Plistocénico (figura 6.10), correspondentes a aluviões ao longo dos principais cursos de água (figura 6.11).

## 6.5. Hidrogeologia.

A análise hidrogeológica centra-se no sistema aquífero Viana do Alentejo/Alvito, integrante nos sistemas aquíferos do maciço antigo. Com uma área de 18,4 km<sup>2</sup> o aquífero desenvolve-se entre Viana do Alentejo (relevo de S. Vicente) e Alvito, com uma orientação N-S, é constituído pela formação de mármore impuros de Alvito/Viana do Alentejo, datados do Câmbrio inferior e cujos principais tipos litológicos são calcários, dolomitos, gnaisses, xistos e quartzitos (ALMEIDA et. al., 2000).

As características litológicas conferem-lhe a classificação de aquífero cársico<sup>1</sup> e fissurado, com intercalações de rochas e depósitos de cobertura pouco permeáveis (terra rossa) que o tornam confinado nalguns locais, embora seja considerado livre noutros (ALMEIDA et. al., 2000).

A produtividade média varia entre 15,6 l/s e 30,3 l/s, sendo que a recarga calculada para uma precipitação média anual de 650mm é de 1,7 hm<sup>3</sup>/ano, para a área de afloramento da formação carbonatada (ALMEIDA, et. al., 2000). Estes dados mostram a importância da recarga dos reservatórios subterrâneos de extrema importância se atendermos que este recurso é utilizado para abastecimento público, privado e para rega, embora ALMEIDA et. al. (2000) considere que o sistema é excedentário.

## 6.6. Hidrografia.

A análise hidrográfica é fundamental em ordenamento do território e desenvolvimento já que associado a esta estão diversas restrições de utilização pública (domínio hídrico<sup>2</sup> ou REN<sup>3</sup>) ou mesmo fenómenos perigosos, nomeadamente cheias e inundações<sup>4</sup>, além de questões ligadas à qualidade e quantidade de água disponível. Daí uma breve análise à hidrografia do concelho de VA.

Este, pela sua localização quase exclusiva no maciço antigo apresenta uma rede hidrográfica bem desenvolvida,


1 - Embora se atribua a classificação de aquífero cársico, por se tratar de uma formação metamórfica (mármore), preferimos a denominação de aquífero fissurado.

2 - L 54/2005, de 15 de Novembro, que estabelece a titularidade dos recursos hídricos.

3 - DL 166/2006, de 22 de Agosto, que estabelece o Regime Jurídico da Reserva ecológica Nacional.

4 - DL 364/98, de 21 de Novembro, que estabelece a obrigatoriedade de elaboração de carta de zonas inundáveis nos municípios com aglomerados urbanos atingidos por cheias.





Município de Viana do Alentejo

**Ordem de Strahler**


1	Verde
2	Amarelo
3	Laranja
4	Verde Escuro
5	Azul Claro
6	Azul Escuro
7	Verde Escuro

■ Albufeiras ou Charcas  
— Rede Viana  
— Estradas Principais  
— Outros Estradas  
— Limite do Concelho

Folha 111  
A1  
Data: 18/02/2022

**RTGeo**  
Sistema de Coordenadas: UTM 17 (Meridiano Portugal)  
WGS 1984

Nome: Carta nº: 1002021001 (50075) 1011



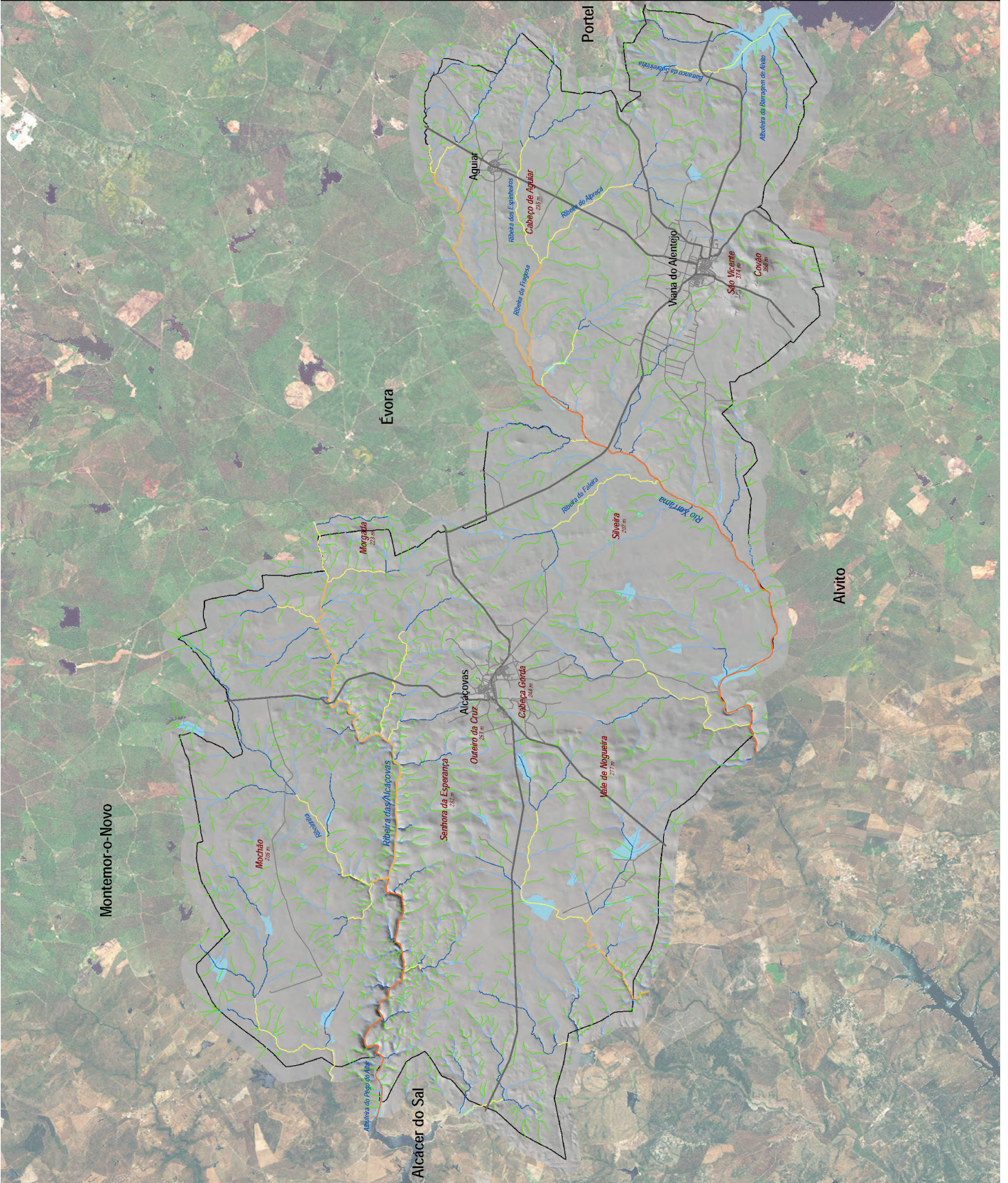


Figura 6.12 - Hierarquia da Rede Hidrográfica (ordem de Strahler).

muito ramificada, fundamentalmente do tipo dendrítico, com particular destaque para a ribeira de Alcáçovas (vd. figura 6.12). Não obstante o padrão dominante, a tectónica marca de forma muito evidente algumas seções dos cursos de água, denunciando o controlo estrutural que lhes está subjacente, como ocorre no traçado do Rio Xarrama, da Rib.<sup>a</sup> de Alcáçovas e da Rib.<sup>a</sup> das Banhas, adicionando um carácter retangular ao padrão de escoamento dominante (vd. figura 6.12).

De acordo com a classificação hierárquica de Strahler o número de ordem máximo é 6 atingido no Rio Xarrama e na Rib.<sup>a</sup> de Alcáçovas, seguindo-se a Rib.<sup>a</sup> das Banhas com número de ordem 5 (vd. figura 6.12), sendo os três cursos de água afluentes diretos do Rio Sado.

A hierarquia de Strahler é construída considerando que os cursos de água sem afluentes têm número de ordem 1 e sempre que dois cursos de água com o mesmo número de ordem se intersectam dão lugar a um novo número de ordem (superior). Embora a atribuição de número de ordem seja contínua, a quantidade de água escoada não é proporcional; assim, um curso de água de ordem 6 não tem apenas seis vezes mais capacidade de escoamento que um curso de água com número de ordem 1.

Verificamos deste modo que o concelho de Viana do Alentejo tem uma rede de drenagem bem organizada e os cursos de água boa capacidade de escoamento.

## 6.7. Tipo de solos e capacidade de uso do solo.

### Sobre o tipo de solos

A litologia constitui um fator condicionador fundamental dos tipos de solos, havendo assim uma estreita relação entre ambos. Deste modo, observando para a figura 6.13, constata-se a dominância em todo o território de nove (9) grandes grupos de tipos de solos.

O grupo dominante, que ocupa quase 64% da área do concelho (figura 6.13), corresponde aos solos argiluviosos pouco insaturados, de materiais não calcários, de dioritos ou quartzodioritos ou de rochas microfaneríticas ou cristalofílicas afins (tipo específico tipo “Pm”), ou por vezes de rochas de rochas microfílicas (pórfiros) como os riolitos e afins (com menor expressão), do tipo “Ppm”. Neste grupo de solos enquadram-se também os solos “Pa” (e.g., subtipo “Pag”), solos mediterrâneos, pardos, de materiais não calcários, normais, de depósitos argiláceos não consolidados. A sua distribuição é relativamente contida, ocorrendo principalmente junto ao limite oeste e no setor centro-sul do concelho (em torno do lugar “Quinta do Duque”).

Com uma expressão territorial significativa, já que ocupam mais de 25% do território do concelho, estão os solos litólicos “Pg” (Solos Litólicos, Não Húmicos Pouco Insaturados, Normais, de granitos) intercalando-se com o grupo de solos do tipo “Pm” no setor central ou oeste do concelho, e ainda com uma expressão assinalável no extremo NE deste.

Com cerca de 6% de ocupação da área do concelho estão os solos incipientes, de aluviosolos modernos, podendo ser ou não de calcários, relacionados, como sugere a designação, com os depósitos aluvionares ao longo do leito dos cursos de água (baixas aluvionares).

Nestas áreas ocorrem também de uma forma generalizada os solos hidromórficos, que ocupam 3,5% da área do concelho, aparecendo com menor representatividade os solos podzolizados, que ocupam 0,03% da área do concelho, ocorrendo apenas junto do Rio Xarrama a NW de Monte do Pego, e os solos calcários (0,05% da área do concelho), numa pequena mancha a WSW de Canelas no setor oeste do concelho de Viana, próximo dos limites do concelho de Alcácer.

## Sobre a capacidade de uso do solo

A capacidade de uso do solo está particularmente relacionada com o tipo de solos, embora não haja uma correspondência direta entre ambos (as diversas subclasses de tipo de solo integrada num grupo podem corresponder a capacidades de uso distintas).

Os solos com menor capacidade de uso para a prática agrícola em Viana do Alentejo, são do tipo “E” (e respectivas subclasses) (IHERA, 1999), i.e., são solos com limitações muito severas para a prática agrícola, considerados não suscetíveis de utilização agrícola e com severas a muito severas limitações para pastagens, matos e exploração florestal ou servindo apenas para vegetação natural, floresta de proteção ou de recuperação (IHERA, 1999). Como se pode ver na figura 6.14 têm particular expressão territorial (embora não exclusiva) no setor oeste do concelho, estando mais em evidência ao longo da Rib.<sup>a</sup> das Alcáçovas e em pequenos tributários (vales e valeiros sazonais), onde o declive é especialmente acentuado (vd. figura 6.7) e, por essa razão (embora não exclusiva), ocorrem importantes afloramentos rochosos.

Os solos com capacidade de uso qualitativamente menos restritiva que aqueles são os solos com capacidade de uso do tipo “D” (com as suas subclasses), i.e., solos com limitações severas à prática agrícola, ou mesmo não suscetíveis a esta prática a não ser em casos excecionais (ou devidamente trabalhados), mas importantes e com poucas ou moderadas limitações para pastagens, exploração de matos e exploração florestal, devido à sua suscetibilidade elevada ou muito elevada à erosão. Ocorrem em particular no extremo poente do concelho onde têm maior expressão territorial, embora de forma menos significativa apresentem alguma representatividade no setor oriental do concelho, especialmente no extremo NE (vd. figura 6.14).

Os solos de capacidade de uso tipo “C”, com as respetivas subclasses (Ce, Cs, Ch), ou seja, solos com limitações relativamente acentuadas para a prática agrícola, conferindo-lhe uma capacidade de utilização pouco intensiva, já que apresentam riscos de erosão no máximo elevados (IHERA, 1999), são os que predominam no concelho. Estes solos ocorrem por todo o concelho, embora de forma mais modesta, sensivelmente a partir do meridiano de Eira do Fusil até ao limite Oeste do concelho (cfr. apontado no tipo de solos) (vd. figura 6.14).

Os melhores solos para a prática agrícola são, por ordem qualitativa, os solos com capacidade de uso do tipo “A” e “B”.

Os primeiros, i.e., os solos de capacidade de uso “A”, correspondem a solos com poucas ou nenhuma limitações à prática agrícola e por isso suscetíveis de utilização agrícola intensiva, não estando sujeitos a fenómenos de erosão ou essa suscetibilidade é fraca. Ocorrem numa mancha com franca expressão territorial imediatamente a Norte de Viana do Alentejo, ou ainda em pequenas manchas mais ou menos lineares que correspondem a troços de áreas aluvionares, nomeadamente, ao longo do Ribeiro das Banhas, a SW de Alcáçovas, entre outros, normalmente coincidentes com baixas aluvionares (vd. figura 6.14).



Município de Viana do Alentejo

- Áreas Sociais
- Solos Incipientes
- Afloramento Rochoso
- Barros Castanho-Avermelhados
- Solos Hidromórficos
- Solos Argilados Pouco Infiltrados
- Solos Litólicos
- Solos Calcários
- Solos Podzolizados
- Rede Viária
- Estradas Principais
- Outras Estradas
- Linhas de Água
- Limite do Concelho

Escala: 1:100.000

Data: 14.12.2012

Folha: 111  
AI

Sistema de Coordenadas: UTM - 17N (Datum: Portugal 25, Elipsoid: Spheroid)

Tipo de Solos	Área (ha)	%
Solos Argilados Pouco Infiltrados	29495	63,72
Solos Litólicos	10188	25,90
Solos Incipientes	2324	5,82
Solos Hidromórficos	1269	3,15
Áreas Sociais	625	1,31
Afloramento Rochoso	136	0,34
Barros Castanho-Avermelhados	32	0,08
Solos Calcários	19	0,05
Solos Podzolizados	11	0,03
<b>Total Geral</b>	<b>39948</b>	<b>100,00</b>

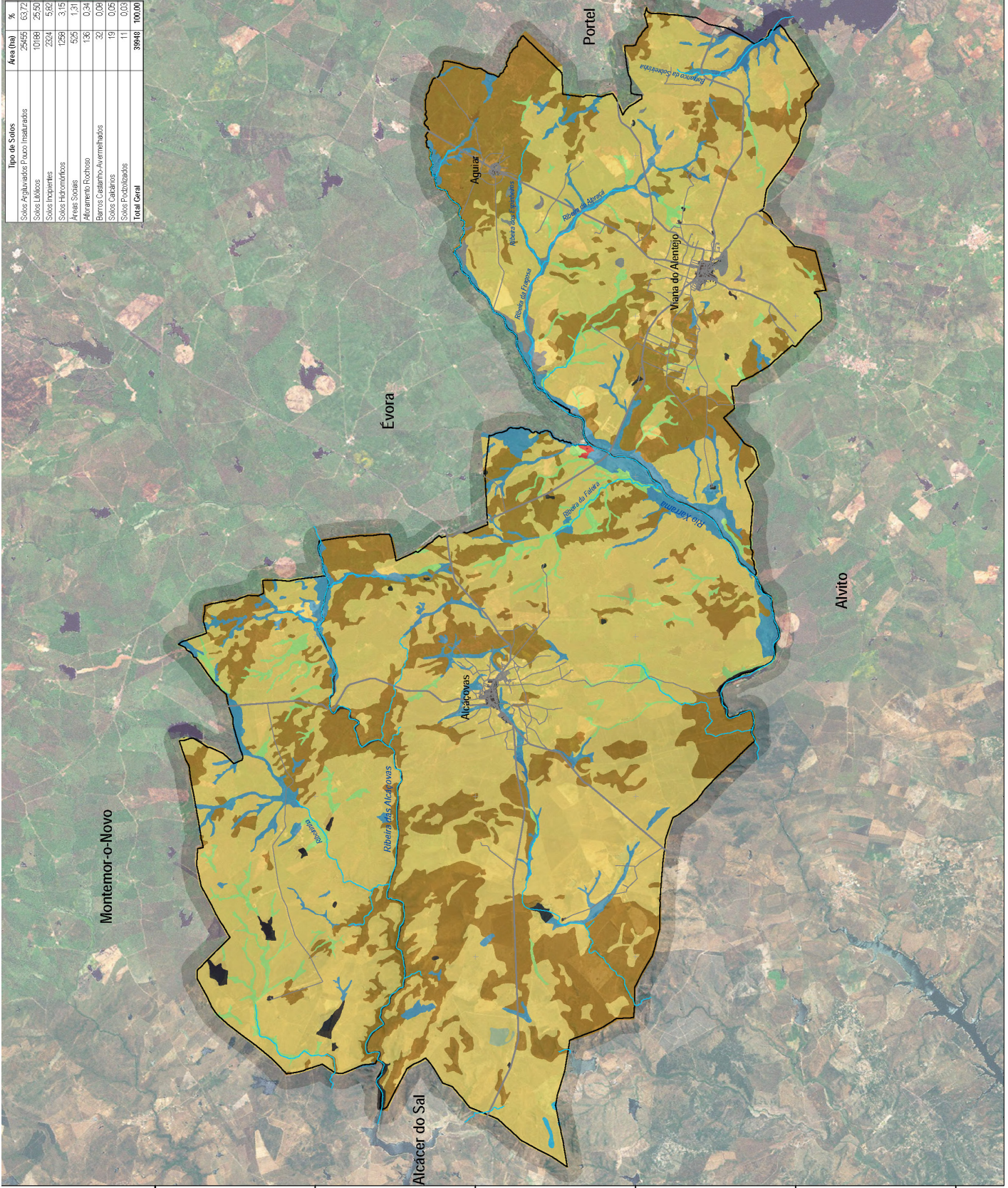
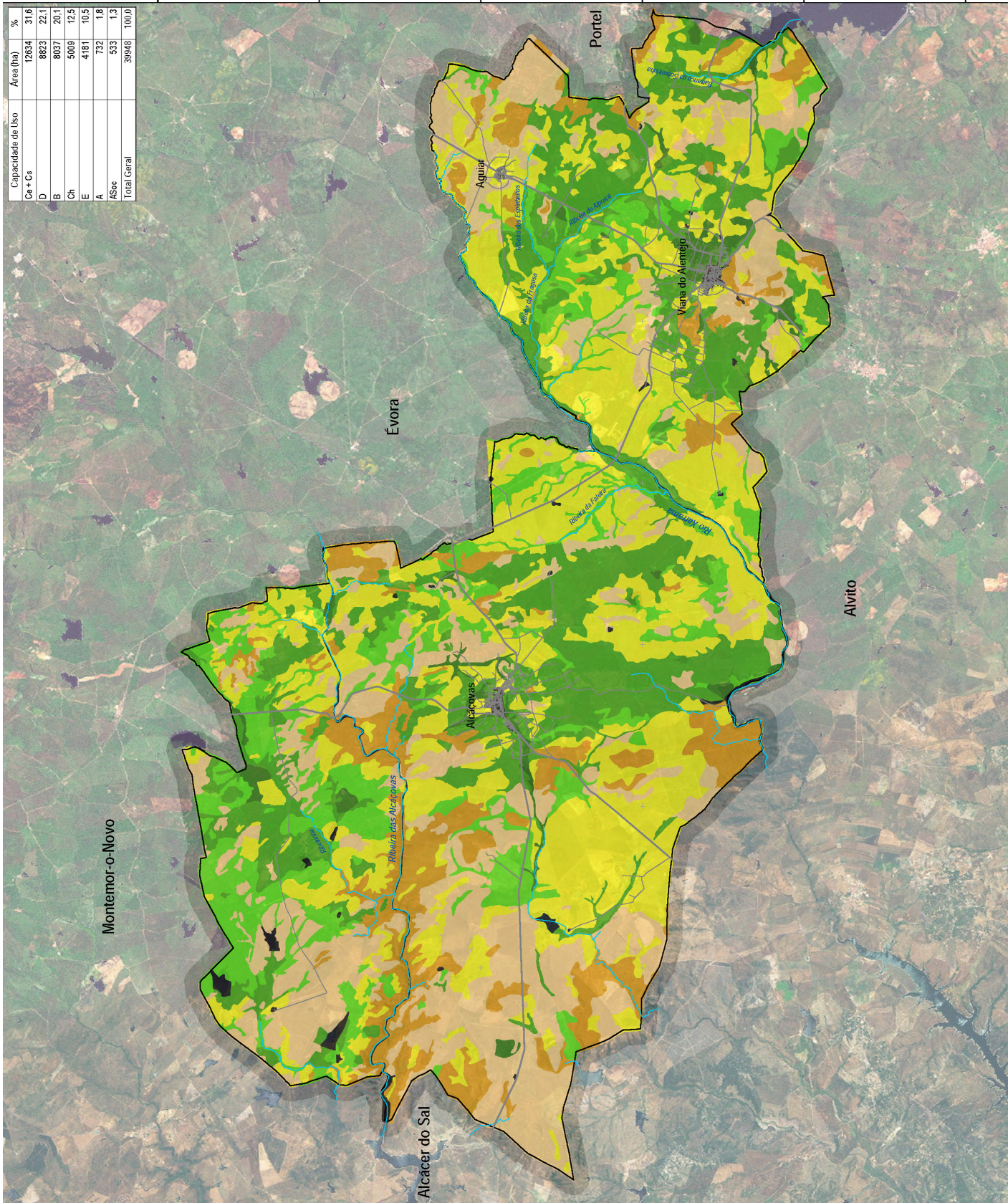


Figura 6.13 - Tipos de solos.

Capacidade de Uso		
Ce + Cs	Area (ha)	%
D	12624	31,6
B	8823	22,1
Ch	8037	20,1
E	5009	12,5
A	4181	10,5
ASoc	732	1,8
Total Geral	39948	100,0



Município de Viana do Alentejo

**Áreas Sociais**

- A
- B
- Ch
- Ce+Cs
- D
- E

**Rede Viária**

- Estradas Principais
- Outras Estradas
- Limite do Concelho

Escala 1:11  
Data: 04/02/2002

Sistema de Coordenadas: Datum 73 Modulo Portugues

Figura 6.14 - Capacidade de uso do solo.

Os solos com capacidade de uso do tipo “B”, i.e., solos com franca capacidade de uso e aptidão agrícola, apenas com “limitações moderadas e suscetíveis de utilização agrícola moderadamente intensiva”, como refere o IHERA (1999), apresentam uma significativa expressão territorial no concelho de Viana no sentido este-oeste, grosso modo até Alcáçovas. Localizam-se especialmente em áreas planas ou aplanadas de declive fraco ou muito fraco (vd. mapa de declives, figura 6.7) e ao longo dos principais cursos de água e respetivos tributários, estando, assim, bem representados na área envolvente a Viana do Alentejo, ao longo do Rio Xarrama, Ribeira de Fragosa, Ribeira do Alpraça ou Ribeira dos Espinheiros, a sul e este de Aguiar, a Norte da Albufeira da Barragem do Alvito, no sector SE do concelho, ou ainda numa importante mancha larga e alongada desde Alcáçovas (Sul e SW) até ao limite sul do concelho. Em torno de Alcáçovas os solos são igualmente de capacidade de uso “B”, que têm também uma importante expressão a norte desta sede de freguesia, na área de Água d’Elvira, no setor montante de um afluente (com leito pouco pronunciado) da Ribeira de Alcáçovas (vd. figura 6.14).

Conclui-se, deste modo, que o concelho de Viana do Alentejo, apesar de apresentar uma mancha com boa expressão de solos do tipo “E”, ou mesmo “D”, que não conferem ao território boa aptidão e capacidade de uso para a prática agrícola, de um modo geral, considerando o somatório dos solos de capacidade de uso “A”, “B” e “C”, o concelho apresenta características relativamente boas para a prática agrícola. Ainda mais considerando a disponibilidade de água existente, já que todo o concelho é marcado por pontos de águas (barragens e charcas) e os quantitativos médios de precipitação anual permitem a prática agrícola com desafogo.

É, pois, premente potenciar a atividade agrícola no concelho (agricultura e/ou agro-pecuária), baseada na policultura intensiva, já que os recursos fundamentais estão disponíveis e o mercado existe. É certamente uma forma de potenciar o crescimento e desenvolvimento local de Viana do Alentejo de forma sustentável e fazendo uso dos recursos locais.

## 6.8. Uso do solo.

O carácter rural do concelho nota-se, mesmo numa abordagem descomprometida, atentando para a figura 6.15. Com efeito, 47,5% da área do concelho, i.e., 18 738 ha é ocupada com áreas essencialmente agrícolas, ainda que sem uso intensivo e muitas em estado inculto - o que demonstra bem o relativo abandono das terras e da atividade agrícola nas últimas décadas. Estas ocorrem por todo o território mas especialmente a norte de Viana e numa importante mancha no extremo SW e NW do concelho.

Com a segunda maior área destaca-se o montado com 33,9%, constituindo a mancha grande uma coroa a norte de Alcáçovas, e com importante representatividade a sul e sudeste desta sede de freguesia, e de forma não contínua no quadrante sul de Viana. Estas duas classes de uso do solo ocupam assim mais de 80% da área do concelho.

O olival apresenta igualmente uma expressão relevante (cerca de 5% da área do concelho), bem como o regadio (4,5%), praticado normalmente em pequenas parcelas, que se traduzem numa agricultura de subsistência ou orientada para o mercado local, e o eucalipto que ocupa 3,2% da área do concelho.

As áreas construídas, por sua vez, definidas pelas sedes de freguesia e pequenas localidades (Bairro dos Barrancões, Quinta Santa Maria e Nossa Senhora D’Aires), além de algumas construções dispersas residuais, constituem apenas 0,7% da área do concelho, o que demonstra a baixa densidade “urbana” deste território

Trata-se assim de um concelho, onde apesar da diversidade, a paisagem é relativamente homogénea, fazendo jus à tradicional imagem que se construiu do território alentejano.

Município de Évora de Alentejo

Áreas Construídas
Áreas Agrícolas/Pastagens
Áreas de Regadio
Olivais
Eucalipto
Montado de Sobre e Azinho
Reflorestado
Mato
Pedreira
Plano de Água
Rede Viária
Estradas Principais
Outras Estradas
Linhas de Água
Limite do Concelho

Fonte: Cartografia INE, IGNAC (2007), Geop (2007), UTM de 48, UTM de 49, UTM de 50, UTM de 51, UTM de 52, UTM de 53, UTM de 54, UTM de 55, UTM de 56, UTM de 57, UTM de 58, UTM de 59, UTM de 60, UTM de 61, UTM de 62, UTM de 63, UTM de 64, UTM de 65, UTM de 66, UTM de 67, UTM de 68, UTM de 69, UTM de 70, UTM de 71, UTM de 72, UTM de 73, UTM de 74, UTM de 75, UTM de 76, UTM de 77, UTM de 78, UTM de 79, UTM de 80, UTM de 81, UTM de 82, UTM de 83, UTM de 84, UTM de 85, UTM de 86, UTM de 87, UTM de 88, UTM de 89, UTM de 90, UTM de 91, UTM de 92, UTM de 93, UTM de 94, UTM de 95, UTM de 96, UTM de 97, UTM de 98, UTM de 99, UTM de 100.

1: 0 500 1000 1500 2000 2500 3000 3500 4000 4500 5000 5500 6000 6500 7000 7500 8000 8500 9000 9500 10000

Folha 1/1  
A1  
Data: 16/02/2012

PTGEO  
Sistema de Informação Geográfica

Uso do Solo	Área (ha)	%
Áreas Agrícolas/Pastagens	18739	47,5
Montado	13349	33,9
Olivais	1942	4,9
Regadio	1769	4,5
Eucalipto	1287	3,3
Reflorestado	804	2,0
Água	633	1,6
Mato	605	1,5
Áreas Construídas	261	0,7
Pedreira	15	0,0
<b>Total Geral</b>	<b>39428</b>	<b>100</b>

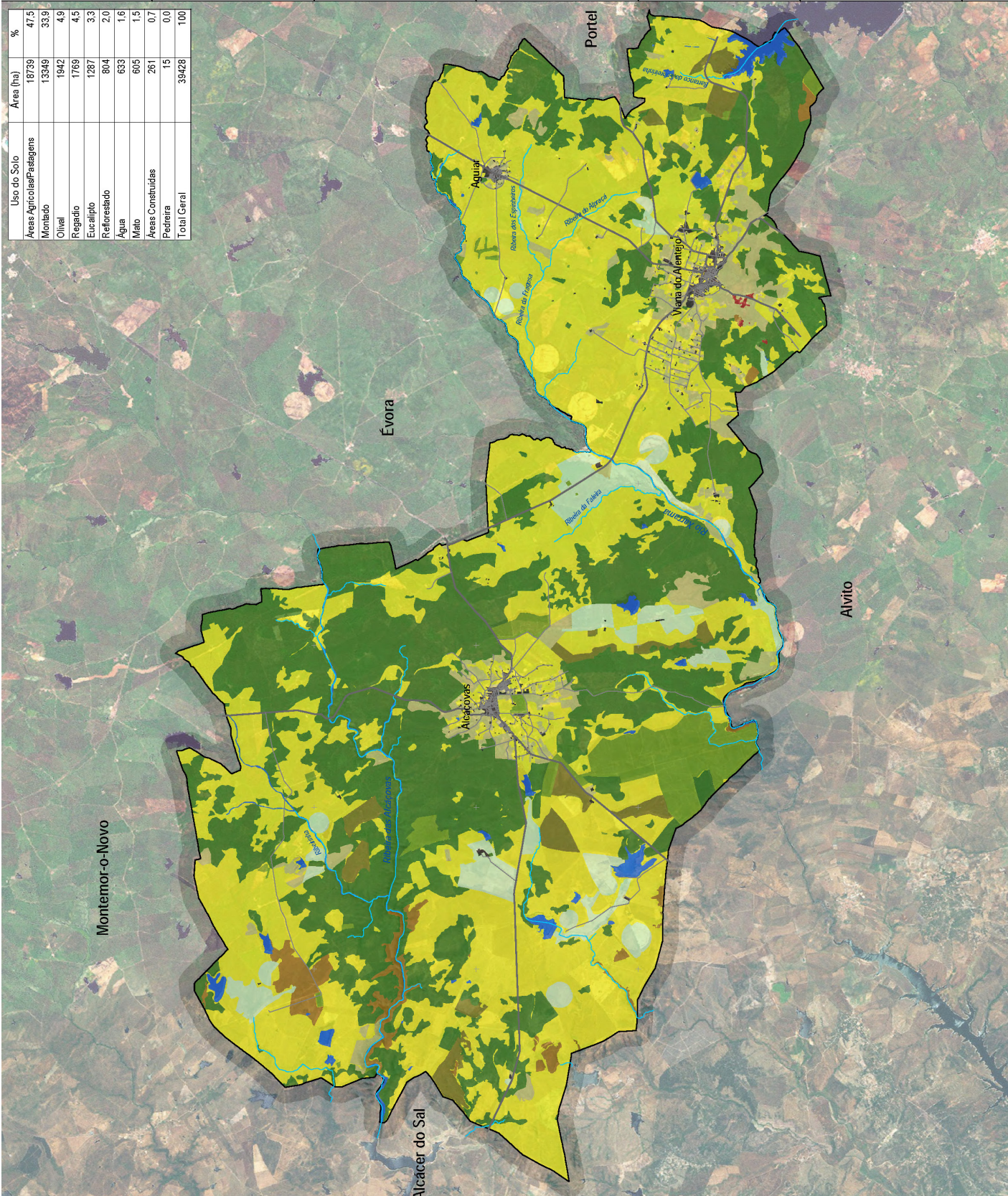


Figura 6.15 - Uso do solo.

## 7. Ao encontro das pessoas, da economia e do povoamento

### 7.1. População: estrutura e dinâmica.

Apreender a realidade do território passa em grande medida por conhecer a dinâmica populacional e respetivas estruturas demográficas. Esta abordagem, embora necessariamente sintética, fornece uma primeira imagem do “espaço vivido” e releva os principais indicadores que, direta ou indiretamente, nos remetem para a base social, dinâmica e estrutura económica, potencial de atratividade, fragilidades e potencialidades territoriais, etc. Aliás, as pessoas são parte essencial de um território, e é com e para as pessoas que o território vive, é planeado e se desenvolve. Como tal, a A21L\_VA, enquanto instrumento de natureza estratégica que visa, em primeira análise, o desenvolvimento económico, social e ambiental - os pilares do desenvolvimento sustentável – refletido na melhoria das condições de vida da população e sustentabilidade do território, não poderá pois negligenciar o seu motor e a sua essência viva, refletida na demografia.

Mais, tendo presente que o território e a paisagem são, no nosso território e em particular no concelho de Viana, o produto da ação milenar e de um processo de contínua modelação por parte dos efetivos populacionais e das respetivas atividades, considera-se também necessário, para uma estratégia de desenvolvimento sustentável que a A21L\_VA procura responder, não apenas conhecer mais em pormenor os aspetos fundamentais da população que habita este território, mas também entender as relações com as populações e as áreas envolventes.

Deste modo, em termos gerais, sobre os principais aspetos relativos à população, à sua evolução e distribuição no concelho de Viana do Alentejo, pode-se constatar que:

- 1 . de acordo com os resultados preliminares dos Censos de 2011 (quadro 7.1 e figura 7.1), a população do concelho de Viana do Alentejo aumentou 2,3% relativamente aos censos de 2001. Nos últimos 10 anos, a população do concelho cresceu de 5.615 para 5.746 habitantes, crescimento este suportado sobretudo pela freguesia de Aguiar;
- 2 . em termos absolutos, o crescimento é pouco relevante (somente 131 residentes). Contudo, relativizando os valores à escala regional ou sub-regional, destaque-se que dos 14 municípios da NUTIII Alentejo Central, o município de Viana do Alentejo, para além de ser um dos três municípios com crescimento positivo, é aquele onde este crescimento é mais acentuado (Vendas Novas apresenta um crescimento de 1,9% e Évora somente 1,0%).
- 3 . se considerarmos neste quadro igualmente os concelhos vizinhos de Alcácer do Sal e Grândola (da NUT III Alentejo Litoral), com os quais o concelho de Viana tem estreitas relações( e com potencial para um maior aprofundamento num futuro próximo), verificamos que o crescimento populacional de Viana é ainda mais representativo (quadro 7.1), uma vez que supera o crescimento (negativo) destes dois concelhos litorais.

Estes valores, inquestionavelmente baixos, em termos absolutos e relativos, merecem, no entanto, uma análise diferenciada. A localização geográfica dos concelhos com crescimentos populacionais positivos na última década (2001/2011) não é, de forma alguma, aleatória.

Pelo contrário, num quadro territorial sub-regional e regional, verifica-se a ocorrência de um padrão na localização dos municípios com crescimentos populacionais positivos:

- 1 . de um lado, a capital regional (Évora) que, pela dinâmica própria de centros urbanos desta hierarquia, apresenta um normal crescimento populacional (embora de apenas 1,0%);
- 2 . de outro lado, e este aspeto é particularmente importante no caso de Viana do Alentejo, parece desenhar-



-se um eixo com algum dinamismo em termos populacionais nos concelhos para Oeste de Évora, ou melhor, nos concelhos contíguos com as sub-regiões (NUTS III) do litoral.

Quadro 7.1 - Evolução da população nos concelhos do Alentejo Central (2001 / 2011).

	População Residente		Var. %
	2001	2011	2011 - 2001
<b>Alentejo Central</b>	173.646	167.528	- 3,5
Alandroal	6.585	5.928	- 10,0
Arraiolos	7.616	7.352	- 3,5
Borba	7.782	7.406	- 4,8
Estremoz	15.672	14.328	- 8,6
Évora	56.519	57.073	1,0
Montemor-o-Novo	18.578	17.409	- 6,3
Mourão	3.230	2.666	- 17,5
Portel	7.109	6.420	- 9,7
Redondo	7.288	7.031	- 3,5
Reguengos de Monsaraz	11.382	10.936	- 3,9
Sousel	5.780	5.103	- 11,7
Vendas Novas	11.619	11.837	1,9
Viana do Alentejo	5.615	5.746	2,3
Vila Viçosa	8.871	8.293	- 6,5
<b>Alcácer do Sal (Alentejo Litoral)</b>	14.287	12.980	- 9,1
<b>Grândola (Alentejo Litoral)</b>	14.901	14.854	- 0,3

Esta valorização estratégica do território poderá ser ainda muito embrionária, e terá no futuro que incluir necessariamente o concelho de Montemor-o-Novo, mas não é de excluir a dinamização populacional, e assim económica, dos concelhos situados no território de ligação com as áreas mais dinâmicas de Sines, Setúbal e Lisboa. A conclusão do IC33 irá, certamente, reforçar, esta tendência e, dada a proximidade de Viana do Alentejo a Évora – já responsável em grande parte pelo crescimento populacional da freguesia de Aguiar –, estas duas componentes poderão significar uma nova dinâmica do concelho num futuro próximo.

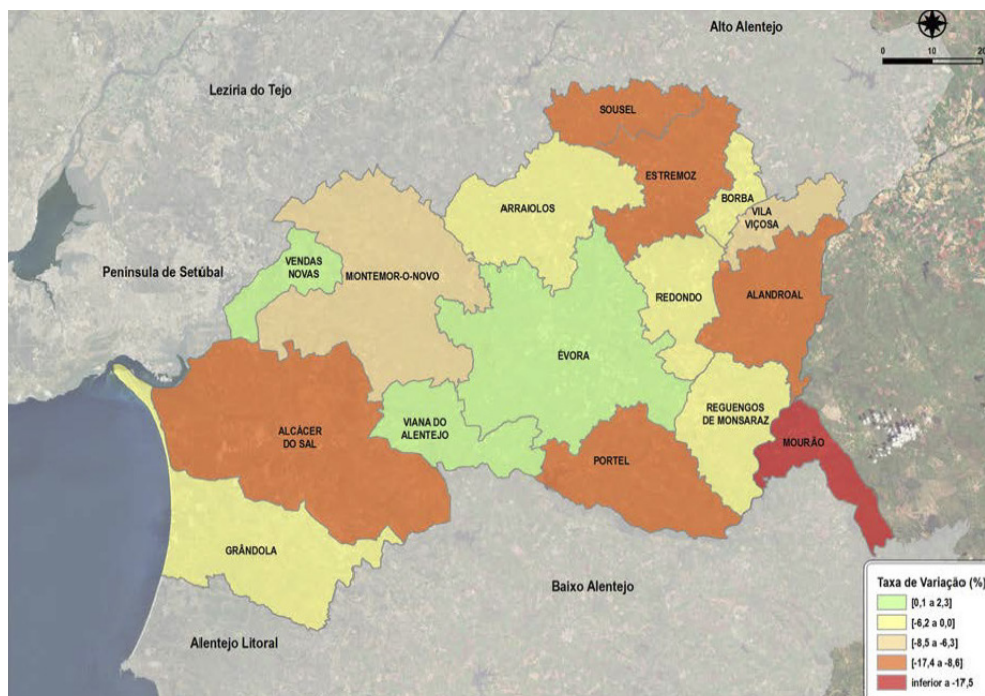


Figura 7.1 - Variação da População Residente no Alentejo Central (2001-2009).

Uma breve análise da evolução populacional no concelho nas últimas quatro décadas (quadros 7.2 e 7.3) revela-nos que apesar de algumas oscilações no sentido do crescimento, o valor da população para 2011 é o maior desde o Recenseamento de 1970. Ou seja, o quantitativo populacional para 2011 é superior ao dos três Censos anteriores (2001, 1991 e 1981), o que de certa forma demonstra um sentido de retoma que não pode ser descurado, e poderá, igualmente, querer demonstrar que a situação estratégica do concelho no quadro regional – uma maior integração na área de influência de Évora – e no corredor Évora-Litoral estará já a trazer dividendos.

Quadro 7.2 - Evolução da população no concelho e freguesias (1970 a 2001).

	1970	1981	1991	2001	2011
Freguesia de Alcáçovas	2.651	2.225	2.329	2.088	2.111
Freguesia de Viana do Alentejo	3.354	2.399	2.698	2.828	2.744
Freguesia de Aguiar	423	740	693	699	891
Concelho	6.005	5.364	5.720	5.615	5.746

Quadro 7.3 - Taxa de variação populacional (%), no concelho e freguesias (por década).

	1970/1981	1981/1991	1991/2001	2001/2011	1970/2011
Freguesia de Alcáçovas	-16,1	4,7	-10,3	1,1	-20,4
Freguesia de Viana do Alentejo	-28,5	12,5	4,8	-3,0	-18,2
Freguesia de Aguiar	74,9	-6,4	0,9	27,5	110,6
Concelho	-10,7	6,6	-1,8	2,3	-4,3

Atentando ainda para os quadros 7.2 e 7.3, verifica-se que o comportamento das três freguesias do concelho, quanto ao crescimento populacional, é profundamente díspar. No que respeita apenas à última década, constata-se que apenas a freguesia que acolhe a sede de concelho – Viana do Alentejo – regista um (ligeiro) decréscimo populacional, enquanto Alcáçovas e Aguiar registaram acréscimos de 1,1% e 27,5%, respetivamente.

Esta ocorrência não é muito usual, mas poderemos entendê-la especialmente como um sinal de relativa vitalidade do concelho. Ou seja, contrariando um padrão normal visível na grande maioria dos municípios, caracterizado por ligeiros acréscimos populacionais apenas na sede de concelho – por razões óbvias relacionadas com uma maior oferta de emprego, de funções e serviços – que acabam por resultar numa drenagem da população das restantes freguesias para a sede do município, em Viana do Alentejo tal não sucede.

Um cenário ideal pautar-se-ia, naturalmente, por todas as freguesias apresentarem acréscimos populacionais. Todavia, o facto de apenas a sede de concelho registar perdas, e as restantes um aumento expressivo da população (o caso de Aguiar), poderá levar-nos a encarar com algum otimismo os aspetos relativos à evolução populacional e respeitantes à sua distribuição.

Com efeito, a distribuição da população pelas três freguesias do concelho (quadro 7.4) é precisamente uma das variáveis que maior alteração sofreu desde a década de 70 (séc. XX). Neste período, cfr. referido, não se assistiu a uma concentração da população na sede de concelho, e um conseqüente esvaziamento das outras duas freguesias, mas uma distribuição mais equitativa da população pelas três freguesias: entre 1970 e 2011, as freguesias de Viana e Alcáçovas perdem peso relativo nas suas quotas de população concelhia (de 55,9 para 47,8%, e de 44,1 para 36,7%, respetivamente), enquanto a freguesia de Aguiar, que detinha em 1970 somente 7,0% da população detém, em 2011, 15,5% da população do concelho.

Face ao exposto, e considerando a indisponibilidade de dados atuais para traçar as principais características das estruturas demográficas e da sua evolução recente (aguarda-se pela publicação dos resultados definitivos dos Censos 2011), merece ser referido, embora com cautelas que só os resultados definitivos poderão dissipar, que a estrutura etária da população do concelho, em 2009, reflete uma população simultaneamente

mais envelhecida e menos jovem do que o contexto nacional. Com efeito (quadro 7.5), a percentagem de população com idade igual ou superior a 65 anos em Viana do Alentejo era de 25,0% (17,9% no total nacional), enquanto a percentagem de população com idade igual ou inferior a 14 anos era de 14,2% (15,2% no total nacional).

Sendo inequivocamente uma população envelhecida e que sofre do processo de duplo envelhecimento (me-

Quadro 7.4 - Concentração (%) da população do concelho, por freguesias (1970 a 2001).

	1970	1981	1991	2001	2011
Freguesia de Alcáçovas	44,1	41,5	40,7	37,2	36,7
Freguesia de Viana do Alentejo	55,9	44,7	47,2	50,4	47,8
Freguesia de Aguiar	7,0	13,8	12,1	12,4	15,5
Concelho	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

nos nascimentos e prolongamento da esperança média de vida), é de assinalar que dos 16 concelhos da sub-região, incluindo ainda os concelhos de Alcácer do Sal e de Grândola:

a . o concelho de Viana do Alentejo apenas tem uma percentagem de jovens inferior à dos concelhos de Évora, com 14,7%, e Mourão, com 14,6%;

b . o concelho de Viana do Alentejo tem uma percentagem de idosos que é inferior à de oito (metade) dos 16 concelhos.

Ou seja, num quadro regional mais alargado, a situação do concelho de Viana do Alentejo, quanto à estrutura etária, é francamente melhor que a da maioria dos restantes concelhos. Esta análise da estrutura etária da população do concelho permite-nos concluir, embora ainda não se disponha de informação estatística atualizada que o demonstre, que o crescimento natural negativo – visível nos valores (para 2009) de 7,4 0/00 para a Taxa de Natalidade e de 14,9 0/00 para a Taxa de Mortalidade – foi compensado por um saldo migratório superior em valor que, para além de ter impedido que o quantitativo populacional tivesse diminuído, foi a única força que provocou um aumento populacional no período 2001/2011.

Quadro 7.5 - Percentagem da população, segundo os grandes grupos etários, por concelho (2009).

	Grandes grupos etários		
	0-14 anos	15-64 anos	> 65 anos
Portugal	15,2	66,9	17,9
Alentejo Central	13,3	63,0	23,7
Alandroal	11,2	58,8	30,0
Arraiolos	12,0	61,2	26,8
Borba	11,8	62,7	25,6
Estremoz	12,1	59,9	28,0
Évora	14,7	65,9	19,3
Montemor-o-Novo	11,6	61,0	27,3
Mourão	14,6	64,6	20,8
Portel	12,6	62,1	25,4
Redondo	13,1	62,1	24,8
Reguengos de Monsaraz	13,3	62,5	24,1
Sousel	12,7	58,2	29,2
Vendas Novas	13,4	62,1	24,4
Viana do Alentejo	14,2	60,8	25,0
Vila Viçosa	12,5	66,0	21,5
Alcácer do Sal (Alentejo Litoral)	12,2	63,8	24,0
Grândola (Alentejo Litoral)	12,9	61,0	26,1

Não obstante o concelho de Viana do Alentejo apresentar, quanto à estrutura etária da sua população, uma situação melhor do que a da maioria dos concelhos da região envolvente, é no entanto incontornável que relativamente a momentos censitários anteriores, o peso dos idosos aumentou e o peso dos jovens diminuiu:

- a . o índice de envelhecimento<sup>1</sup> aumentou, entre 1991 e 2009, de 120,0 para 176,7 – ou seja, existem quase 177 idosos por cada 100 jovens;
- b . o índice de juventude<sup>2</sup> diminuiu, entre 1991 e 2009, de 78,0 para 56,6 – i.e., existem cerca de 57 jovens para cada 100 idosos.

Quanto aos índices de dependência (quadro 7.6) a situação não é tão negativa uma vez que o peso da população com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos tem vindo a aumentar. O saldo migratório (francamente) positivo que explicou o aumento populacional entre 2001 e 2011 explica também que o índice de dependência de jovens<sup>3</sup> tenha diminuído, entre 1991 e 2009, de 25,0 para 23,3; e que o índice de dependência de idosos<sup>4</sup> só tenha aumentado de 36,0 para 41,2 (quadro 7.6).

Quadro 7.6 - Indicadores de População (2009).

	Índice de Juventude	Índice de Envelhecimento	Índice de Dependência de Jovens	Índice de Dependência de Idosos	Índice de Dependência Total
Portugal	85,0	117,6	22,7	26,7	49,4
Alentejo	57,7	173,2	20,9	36,2	57,2
Alentejo Central	55,8	179,1	21,0	37,7	58,7
Viana do Alentejo	56,6	176,7	23,3	41,2	64,5

1 - Índice de Envelhecimento: População > 65 anos / População 0-14 anos x 100.

2 - Índice de Juventude: População 0-14 anos / População > 65 anos x 100.

3 - Índice de Dependência de Jovens: População 0-14 anos / População 15-64 anos x 100.

4 - Índice de Dependência de Idosos: População > 65 anos / População 15-64 anos x 100.

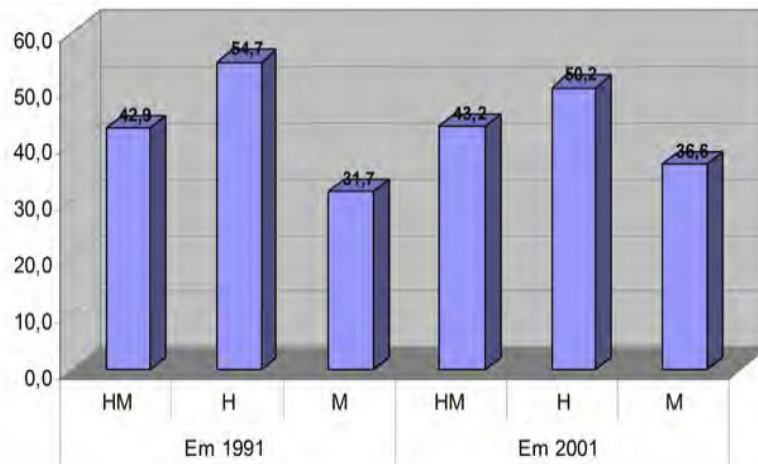
## 7.2. Atividades e base económica local

### Da terciarização do mercado emprego.

O concelho de Viana do Alentejo apresenta um tecido económico com fraco dinamismo e reduzida capacidade empreendedora e de iniciativa. Subsistem fortes debilidades e uma reduzida diversificação e inovação nos processos de produção, onde escasseiam empresas e empresários com lógicas de investimento extra-locais. Para além disso, o tecido empresarial assenta num modelo de crescimento no qual:

- a . as dinâmicas demográficas apontam para a progressiva degradação da relação ativos/inativos, num contexto de envelhecimento demográfico;
- b . a base produtiva assenta em setores de baixa produtividade e tradicionalmente pouco exigentes em qualificação.

As características demográficas anteriormente apontadas, nomeadamente uma fraca dinâmica de crescimento populacional e o envelhecimento da população residente, têm natural expressão na estrutura de emprego, condicionando até certo ponto, e.g., a capacidade de atrair e fixar empresas e atividades de fora do concelho. O aumento da taxa de atividade no concelho (figura 7.2), já observada entre 1991 e 2001 (de 42,9% para 43,2%), conhecerá por certo novo aumento em 2011 – decorrente e expectável do aumento da população com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos – poderá amenizar aquela debilidade estrutural do concelho. A fixação de novos residentes e a progressiva inserção da mulher no mercado de trabalho virão porventura dotar o concelho de alguma competitividade em termos de mercado de trabalho.



Fonte: INE. Recenseamento Geral da População de 1991 e 2001 (tratamento próprio).

Figura 7.2 - Evolução da taxa de atividade no concelho de Viana do Alentejo, entre 1991 e 2001.

A perda progressiva de importância do emprego nas atividades do setor primário, que passa de 29,6% (em 1991) para os 15,5% (em 2001) da população residente com atividade económica –, é compensada pelo enorme crescimento do peso (absoluto) e relativo dos serviços, que no mesmo período, cresce de 35,1 para 55,5% (de 1.277 para 2.300 indivíduos). Os resultados definitivos dos Censos 2011 irão eventualmente corroborar as descidas nos setores primário e secundário, e o aumento da concentração no setor do comércio e serviços.

Se atentarmos para os últimos dados disponíveis (figura 7.4), mais de metade da população ativa no concelho está empregada no setor terciário. Neste, a atividade comercial (comércio a retalho), de restauração e alojamento possuem um peso bastante significativo na estrutura de emprego. Os 666 residentes a laborar no setor secundário concentram-se sobretudo nas indústrias agroalimentares e metalúrgicas de pequena dimensão.

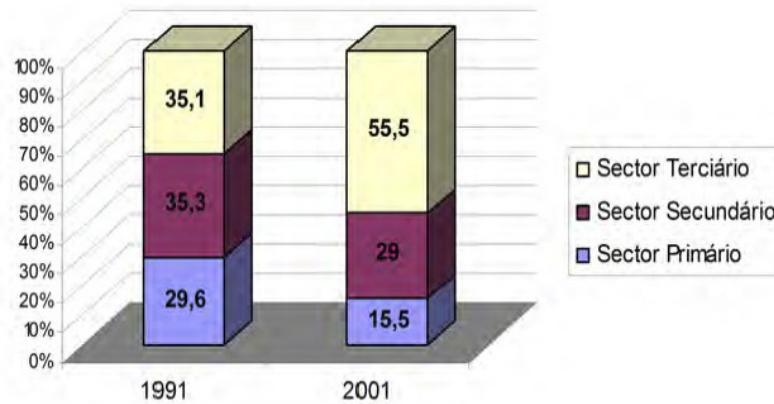


Figura 7.3 - Distribuição da população por setor de atividade (2001).

Fonte: INE. Recenseamento Geral da População de 2001 (tratamento próprio)

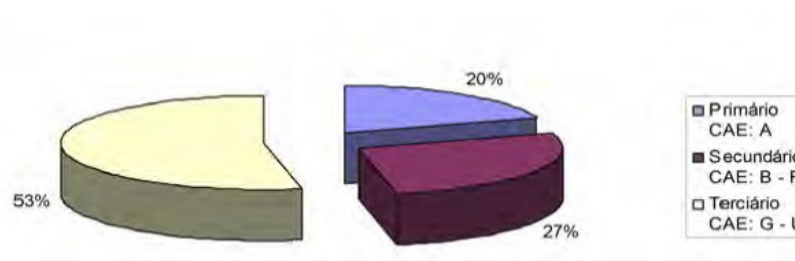


Figura 7.4 - Trabalhadores por conta de outrem, segundo o setor de atividade (2008).

Fonte: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Quadros de Pessoal. Anuário Estatístico da Região Alentejo (2009)

O emprego na indústria extrativa – a extração e transformação dos mármore verdes da faixa de Viana do Alentejo-Alvito, conhecidos e com procura nacional e internacional –, tem vindo gradualmente a perder a importância assumida noutros tempos. Atualmente, não existem empresas a operar no concelho. No setor primário, têm especial importância a bovinicultura e da ovinicultura.

Em termos gerais, quase 95% das 498 empresas do concelho de Viana possui menos de 10 trabalhadores, empregando 348 trabalhadores por conta de outrem (quadro 7.7). Assim, o número médio de pessoas ao serviço por empresa é bastante reduzido (somente 2,8). Cerca de 27% dos trabalhadores possui apenas o 1º ciclo do ensino básico (figura 7.5), auferindo (em 2008), em média 741 euros (quadro 7.8).

Quadro 7.7 - Trabalhadores por conta de outrem, segundo o escalão de pessoal da empresa (2008).

	Total	Escalão de pessoal						
		1 - 9	10 - 19	20 - 49	50 - 99	100 - 249	250 - 499	500 e mais
Portugal	2.267.915	556.946	282.028	363.102	241.431	268.063	142.995	413.350
Alentejo	133.101	41.722	17.063	21.043	12.914	14.120	6.037	20.202
Alentejo Central	29.925	10.356	4.058	4.685	3.035	2.405	1.293	4.093
Viana do Alentejo	675	348	91	87	134	0	0	15

Fonte: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Quadros de Pessoal. Anuário Estatístico da Região Alentejo (2009).

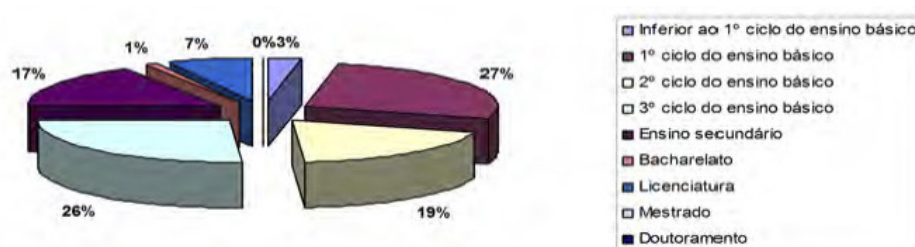


Figura 7.5 - Trabalhadores por conta de outrem, segundo o nível de habilitações (2008).

Fonte: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Quadros de Pessoal. Anuário Estatístico da Região Alentejo (2009)

Quadro 7.8 - Indicadores do mercado de trabalho (2008).

	Taxa de TCO em estabelecimentos com < 10 trabalhadores	Taxa de TCO em estabelecimentos com > 250 trabalhadores	Ganho médio mensal	Disparidade no ganho médio mensal por sexo	Disparidade no ganho médio mensal por escalão de empresa	Disparidade no ganho médio mensal por sector de atividade	Disparidade no ganho médio mensal por nível de habilitações
	%		€	%			
Portugal	24,6	24,5	1.008,0	11,8	24,2	8,1	40,1
Alentejo	31,3	19,7	897,8	14,3	23,6	9,0	29,4
Alentejo Central	34,6	18,0	861,0	11,4	20,4	5,4	29,0
Viana do Alentejo	51,6	2,2	741,4	10,6	26,2	9,9	21,6

Fonte: INE. Anuário Estatístico da Região Alentejo (2009).

Relativamente ao emprego e desemprego, flagelo preocupante e com tendência para se agudizar no contexto de crise económico-financeira nacional e internacional, Viana apresenta um quadro relativamente estável nos últimos anos, invertendo a situação registada na década de 90 (figura 7.6). Segundo os últimos dados do IEFP, em junho de 2011, a taxa de desemprego no concelho cifrava-se nos 7,6%, assumindo-se como um dos concelhos com menor taxa de desemprego no Alentejo.

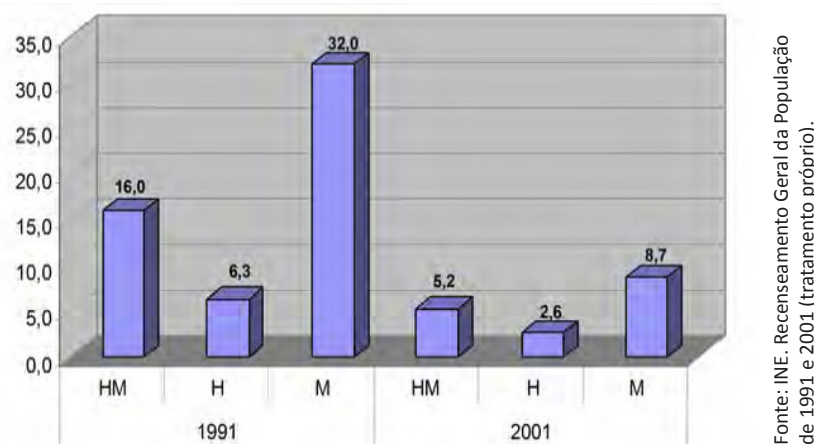


Figura 7.6 - Taxa de desemprego da população residente (evolução 1991-2001).

Quadro 7.9 - Beneficiários de subsídios de desemprego da segurança social, segundo o sexo e a idade (2009).

	Total	Sexo				Idade					
		H		M		Menos de 25 anos	25-29 anos	30-39 anos	40-49 anos	50-54 anos	55 e mais anos
		Total	Novos beneficiários	Total	Novos beneficiários						
Portugal	547.455	264.578	141.607	282.877	132.715	46.603	70.330	146.281	120.786	60.479	102.976
Alentejo	43.529	21.329	10.972	22.200	9.566	3.669	5.373	11.166	9.808	4.802	8.711
Alentejo Central	9.244	4.466	2.264	4.778	2.025	887	1.227	2.539	2.075	918	1.598
Viana do Alentejo	282	128	78	154	62	31	34	77	67	25	48

Fonte: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Instituto de Informática, I.P.

Dos 282 beneficiários de subsídio de desemprego da Segurança Social, em 2009, 54,6% eram mulheres (quadro 7.9), e 51% tinham entre 30 e 49 anos. Constata-se pois que a estrutura empresarial do concelho se revela débil e pouco diversificada, apresentando dificuldades de geração e atração de novas iniciativas, nomeadamente dada a:

- falta de tradição e de ambiente empresarial propício ao desenvolvimento económico fora dos setores/ produtos tradicionais (chocalhos, cerâmica/olaria, pasta de pimentão) e empresas com dimensão muito reduzida;
- quebra de rendimento nas atividades agrícolas mais penalizadas pelo impacto da crise deste setor (difi-

culdade de escoamento da produção), acarreta consequências negativas a diversos níveis, nomeadamente sobre o comércio retalhista local;

c . reduzida expressão dos serviços às empresas e dificuldades de implantação de empresas que prestem a outras empresas serviços com maior valor acrescentado e com incorporação de inovação.

O concelho possui algumas infraestruturas de apoio ao desenvolvimento da atividade económica, nomeadamente duas zonas industriais – Alcáçovas e Viana do Alentejo –, a primeira praticamente esgotada mas a segunda ainda subaproveitada.

Em função das novas acessibilidades e de um reposicionamento favorável do concelho no quadro das redes rodoviárias e ferroviária, proporcionado pela conclusão do IC33 (Sines-Évora) e pela proximidade ao nó de Évora, do novo e importante eixo ferroviário (TGV Lisboa-Madrid), e particularmente, pelo impacto da instalação da Embraer a escassos minutos das sedes de freguesia, será fundamental que aquelas duas áreas de acolhimento empresarial - concebidas essencialmente para a realocação de atividades e empresas inseridas em meio urbano e como instrumentos de potenciação económica do concelho – sejam repensadas e projetadas para âmbitos mais vastos e ambiciosos. Colocam-se como hipóteses para futura discussão:

- a . o seu redimensionamento, nomeadamente, em sede dos PMOT;
- b . a criação de um regulamento que assegure uma gestão do tipo condominial das áreas, tendo em perspetiva a manutenção das infraestruturas e dos serviços comuns;
- c . a criação de modelos de gestão;
- d . a redefinição dos modelos de gestão de ambas;
- e . o lançamento de campanhas de promoção destas áreas, colocando enfoque nas vantagens da (re)localização de empresas para aqueles espaços;
- f . a atração de empresas e de atividades que utilizem e exponenciem os recursos locais e que, assim, contribuam para a alavancagem da base económica local;
- g . em simultâneo, a abertura a novas atividades e setores que, não tendo necessariamente expressão ou tradição no concelho, possam com aquelas criar sinergias e novas frentes de produção;
- h . eventualmente, a criação de mais áreas junto aos nós do IC33.

A Zona Industrial de Viana do Alentejo (ZIVA), aprovada a 10 de abril de 1996, possui uma área total de 97.860 m<sup>2</sup>, 50 lotes (1.068 m<sup>2</sup> de área média/lote). Predominam as atividades de comércio (alimentar, pneus, móveis, matéria elétrica, óleos, ...), carpintaria, oficinas automóveis/bate-chapas, transformação de mármore. A Zona Industrial de Alcáçovas (1997), que “teve como principal objetivo agrupar a atividade industrial que existia no tecido urbano da vila e que se encontrava em condições deficientes de laboração, chegando mesmo a alargar as suas áreas à ocupação da via pública, com todos os inconvenientes que daí advêm”, disponibiliza 16 lotes, com uma área média de 800 m<sup>2</sup> (área total da Zona Industrial – 32,800 m<sup>2</sup>). A ocupação centra-se no comércio (artigos publicitários, mobílias, ...) e na indústria agroalimentar (de panificação, enchidos, pimentão, queijo de ovelha...).

A olaria é uma das atividades produtivas com maior expressão no concelho, embora tenha paulatinamente perdido a relevância de outrora. A loiça utilitária e decorativa, bem como a cerâmica com aplicação de desenho, são produtos que continuam a marcar o quotidiano de fabrico de algumas unidades locais. Concomitantemente, a produção de chocalhos, uma das imagens de marca/identitárias do concelho, também persiste com alguma dinâmica, empregando alguns artífices desta arte (sublinhe-se a presença do Museu do Chocalho, em Alcáçovas, velha oficina - de João Penetra - reconvertida em espaço museológico). Neste quadro, pode afirmar-se que a esmagadora maioria dos artesãos concelhios se encontra afeto à fabricação de chocalhos e de cerâmica.

O alargamento do complexo de atividades em torno do turismo e lazer assume um papel relevante nas dinâ-



micas na região alentejana, assumindo-se o turismo como um dos vetores principais nas linhas de orientação estratégica preconizadas para o desenvolvimento da região, no seu conjunto, e, em particular, das diversas partes que a compõem (concelhos, freguesias, ...). A atividade turística, assumindo-se como uma das apostas que marcam a agenda das atuais estratégias de desenvolvimento local, possui neste concelho um enorme potencial de afirmação, face à presença de singularidades e recursos (patrimoniais, culturais, paisagísticos, gastronómicos, ...) de grande relevância e notoriedade nacional. Neste quadro, uma diversificada e qualificada oferta hoteleira deverá assumir progressivamente um especial significado no quadro regional, embora no concelho os 7 alojamentos turísticos existentes “apenas” disponibilizam 42 quartos. É, assim, um domínio a carecer de uma resposta mais especializada/qualificada, orientada para as necessidades/exigências da procura e ancorada no património arquitetónico, cultural e na religião, além da importância que os produtos locais poderão ter neste domínio.

A promoção da diversificação da oferta turística, valorizando as especificidades do concelho e dos seus lugares, num quadro de complementaridade e de genuinidade, deve assim assumir um carácter prioritário para a afirmação e consolidação da atividade económica no concelho e na geração de novos e qualificados empregos.

Por outro lado, as tendências verificadas nos últimos decénios, para o aumento generalizado das taxas de motorização e de incremento da mobilidade tiveram impacto na divulgação de novos padrões geográficos do quotidiano e do lazer. O potencial da localização do concelho, nomeadamente a sua proximidade a Évora – cujo centro histórico foi classificado pela UNESCO, em 1986, como património mundial – deverá ser explorado e potenciado através de novos circuitos de visita, por forma a atrair um crescente número de turistas e de visitantes.

Atualmente, o concelho está integrado na Rota dos Frescos (iniciativa da AMCAL - Associação de Municípios do Alentejo Central), que consiste na criação de um sistemas de visitas a uma seleção de exemplares de pintura mural das capelas, ermidas e igrejas. No caso da Rota do Fresco de Viana do Alentejo, esse circuito integra o Santuário de Nossa Senhora D’Aires (visita a um oleiro), a Ermida de S. Geraldo (Alcáçovas) e a Ermida de S. Pedro dos Sequeiras (Alcáçovas), com a visita a um estabelecimento de doçaria. O concelho tem vindo, gradualmente, a consolidar a sua posição à escala regional, mas poderá e deverá dar um relevante salto qualitativo e quantitativo.

É neste plano que poderá e deverá posicionar-se Viana do Alentejo, i.e., preservando e assegurando a sua identidade e genuinidade, e potenciando as mais-valias que possui, de modo a diversificar a base económica e estancar o progressivo êxodo e envelhecimento da população.

A privilegiada localização estratégica, relativamente próxima dos principais eixos rodoviários, a reduzida distância-tempo a percorrer até Évora, a riqueza e diversidade de patrimónios que possui e que poderão e deverão ser consolidados em produtos turísticos relevantes, que possibilitem o aumento do tempo médio de estadia de visitantes e turistas, auguram perspectivas de afirmação e consolidação da atividade turística e de lazer na base económica local e regional.

### **7.3. Condições educacionais e de saúde.**

#### **Da melhoria dos níveis de ensino**

A taxa de analfabetismo, em 2001, apesar de bastante elevada (18,9%), demonstra uma acentuada recuperação relativamente à década anterior (em 1991, cifrava-se nos 25%). Contudo, continua a ser no sexo feminino que atinge os maiores valores (atente-se ao quadro 7.10).

Apesar de não se atingirem ainda as médias regionais, verificou-se no período 91/01 um acréscimo assinalável na proporção de indivíduos que completou cada um dos níveis de ensino. Este fenómeno foi particularmente visível no que diz respeito ao terceiro ciclo, ou seja, com o término do “ensino obrigatório”. Registe-se o enorme salto qualitativo dado nos níveis superiores, originado que, em 2001, 666 residentes já possuísse o 12º ano de escolaridade e 281 residentes um curso superior (quadro 7.10).

Quadro 7.10 - População residente, segundo o grau de ensino concluído (2001).

	Nenhum		Básico						Secundário		Superior	
	HM	H	1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo		HM	H	HM	H
			HM	H	HM	H	HM	H				
<b>Alentejo</b>	153.440	64.523	281.229	139.643	87.212	48.363	79.455	43.709	110.510	55.863	60.890	25.197
<b>Alentejo Central</b>	32.704	14.084	62.209	30.094	19.086	10.514	17.294	9.384	25.722	13.110	15.621	6.548
<b>Viana do Alentejo</b>	1.283	577	2.033	989	697	371	641	372	666	308	281	104

Fonte: INE. Recenseamento Geral da População de 2001.

Segundo os últimos dados estatísticos disponibilizados, no ano letivo de 2008/2009, o concelho apresentava elevadas taxas de pré-escolarização e taxas brutas de escolarização, traduzindo a aposta forte e consistente do município no domínio da educação, nomeadamente, na quantidade e qualidade da oferta disponibilizada pelo parque escolar, permitindo, inclusive, receber alunos de concelhos vizinhos. Pela negativa, assinalam-se as elevadas taxas de retenção e desistência, particularmente no 2º ciclo, e o número relativamente reduzido da taxa de transição/conclusão no ensino secundário, quando comparado com outras realidades geográficas (vd. quadro 7.11).

Quadro 7.11 - Indicadores de educação (2008/2009).

	Taxa de pré-escolarização	Taxa bruta de escolarização		Taxa de retenção e desistência no ensino básico				Taxa de transição/conclusão no ensino secundário		
		Ensino básico	Ensino secundário	Total	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Total	Cursos gerais/científico-humanísticos	Cursos tecnológicos
<b>Portugal</b>	83,4	130,6	146,7	7,8	3,6	7,6	14,0	80,9	78,6	84,9
<b>Alentejo</b>	95,5	139,5	166,6	8,6	4,1	9,2	15,0	81,4	78,5	85,6
<b>Alentejo Central</b>	91,1	139,7	184,3	7,4	3,7	8,4	12,2	82,1	78,6	88,2
<b>Viana do Alentejo</b>	106,6	162,3	204,6	8,9	5,1	12,7	11,4	68,8	69,2	67

Fonte: Ministério da Educação - Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação.

## Os serviços de saúde

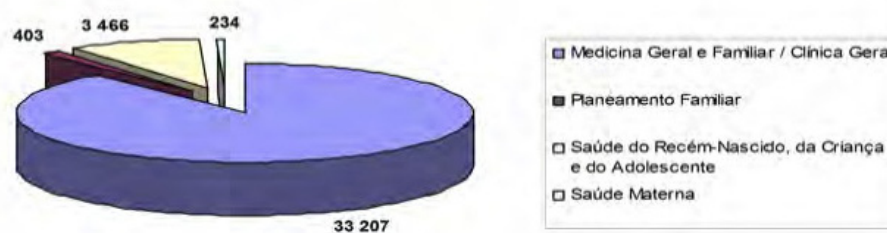
Sendo um direito básico dos cidadãos, consagrado na Constituição Portuguesa, o acesso a cuidados de saúde tem sido assegurado no concelho, sobretudo, através do Centro de Saúde. Não obstante, os diversos indicadores de saúde registados demonstram as enormes carências e fragilidades neste domínio, sendo de destacar à partida a qualidade dos serviços prestados (horários, atendimento, disponibilidade de técnicos de saúde) no Centro de Saúde de Viana, segundo os diversos fóruns elaborados onde genericamente sobressaia esta preocupação. Mas podemos igualmente perceber o estado dos serviços de saúde no concelho através de uma análise comparativa com outras realidades geográficas. Com efeito, tendo apenas 0,9 médicos por 1.000 habitantes e 2,1 enfermeiros, o concelho apresenta valores bastante aquém dos observados no país, na Região e sub-região (vd. quadro 7.12). Em sentido inverso, surgem as consultas por habitante e as farmácias e postos farmacêuticos móveis.

Sublinhe-se que o Centro de Saúde disponibiliza um número muito reduzido de serviços e consultas de especialidade, destacando-se, com quase 90%, as consultas de medicina geral e familiar/clínica geral (figura 7.7).

Quadro 7.12 - Indicadores de saúde (2008 e 2009).

	Enfermeiros por 1000 habitantes	Médicos por 1000 habitantes	Farmácias e postos farmacêuticos móveis por 1000 habitantes	Consultas por habitante
	2009			2008
Portugal	5,6	3,8	0,3	4,5
Alentejo	4,7	2,0	0,5	4,3
Alentejo Central	5,4	2,3	0,5	...
Viana do Alentejo	2,1	0,9	0,7	6,5

Fonte: INE. Estatísticas do Pessoal de Saúde, Estatísticas das Farmácias, Estatísticas dos Estabelecimentos de Saúde.



Fonte: INE.  
Inquérito aos Centros de Saúde

Figura 7.7 - Consultas médicas no centro de saúde segundo a especialidade (2008).

## 7.4. Sistema de povoamento e rede urbana.

Dos tipos clássicos de povoamento, aquele que melhor ilustra a realidade do concelho é o tipo de povoamento concentrado, à imagem do que acontece na grande “região” do Alentejo. Trata-se de um povoamento, como sugere a designação, marcado pela existência de aglomerados com razoáveis dimensões e relativamente bem distantes uns dos outros. Regra geral são bem compactados e preenchidos, com uma malha de padrão normalmente ortogonal, no caso das sedes de freguesia do concelho, e atravessadas por uma via principal, com função de distribuição interna ou para tráfego de atravessamento. No caso do concelho de Viana do Alentejo as sedes de freguesia distam da sede de concelho cerca de 18km e 7km, respetivamente, de Alcáçovas e Aguiar. Devido às suas dimensões relativas, sobretudo em termos populacionais, e também pelo afastamento entre si, estes aglomerados são dotados de funções e serviços que, no essencial, satisfazem as necessidades das populações, estando as funções mais raras na sede de concelho, na sede de distrito ou num outro aglomerado polarizador. No caso do concelho de Viana do Alentejo, são as cidades de Évora e Lisboa que polarizam este território.

No quadro sub-regional mais vasto – que compreende a NUT III, a que Viana pertence (o Alentejo Central), e os territórios dos concelhos mais próximos do Alentejo Litoral – a expressão deste povoamento concentrado é conferida pelas sedes de concelho, intercaladas aqui e ali por algumas sedes de freguesia com dimensões, em termos de mancha urbana e de população, que por vezes se aproximam das sedes de concelho com menores dimensões.

Constata-se que a rede urbana apresenta uma estrutura relativamente hierarquizada, visível pela existência de centros com dimensões populacionais e funcionais bem diferenciadas (quadro 7.13 e figura 7.8), à cabeça da qual está a cidade de Évora, capital regional, com 35.491 habitantes (em 2001). Num segundo nível hierárquico, os centros com a população compreendida entre os 5.900 e os 9.485 habitantes podem ser agrupados (Vendas Novas, Montemor-o-Novo, Estremoz, Reguengos de Monsaraz, Alcácer do Sal e Grândola). Viana do Alentejo surge num terceiro nível, juntamente com Vila Viçosa, Redondo, Borba e Portel.

Quadro 7.13 - População dos centros urbanos regionais (2001).

Lugar	População residente
Évora	35.491
Vendas Novas	9.485
Montemor-o-Novo	8.298
Estremoz	7.682
Reguengos de Monsaraz	5.900
Vila Viçosa	4.276
Redondo	3.796
Borba	3.052
Portel	2.713
Viana do Alentejo	2.585
Alcácer do Sal (Alentejo Litoral)	6.602
Grândola (Alentejo Litoral)	6.026

Fonte: INE. Recenseamento Geral da População de 2001 (tratamento próprio)

Naturalmente, também a rede urbana concelhia se encontra hierarquizada, sobressaindo claramente o aglomerado sede de concelho, com cerca de 2.600 habitantes, em 2001, seguido por Alcáçovas (cerca de 1.800 habitantes) e por Aguiar (cerca de 700 habitantes). No entanto, uma vez que estes valores se reportam a 2001 (quadro 7.6), e não são ainda conhecidos os valores dos aglomerados para 2011, os resultados preliminares dos últimos Censos (2011) deixam transparecer um quadro urbano relativo semelhante. Não obstante Viana e Alcáçovas constituírem os aglomerados mais populosos e também por isso mais dinâmicos do ponto de vista social e económico e com maior oferta de equipamentos, serviços e funções, Aguiar (freguesia) veio a afirmar-se nos últimos Censos, denotando a proximidade a Évora e a capacidade que há em atrair residentes. É certamente uma oportunidade a explorar no quadro da instalação da Embraer a cerca de 20km de Aguiar (cerca de 20 minutos de automóvel).

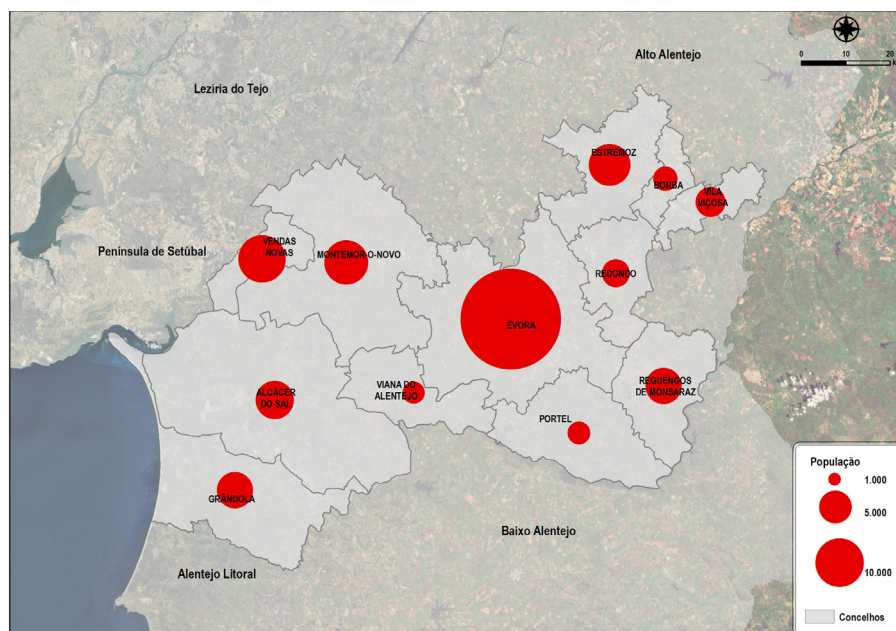


Figura 7.8 - População dos Centros Urbanos Regionais.

Fonte: INE.  
Recenseamento Geral da População de 2001 (tratamento próprio)

Contudo, a dominância do povoamento concentrado não significa necessariamente a inexistência de pequenos lugares e de alguma edificação dispersa. Com efeito, no território concelhio, para além da existência de alguns pequenos aglomerados, subsiste ainda que de uma forma ténue o fenómeno de edificação dispersa que em 2001 concentrava cerca de 7,3% do total da população do concelho (vd. quadro 7.14 e figura 7.9). Porém, tem-se o entendimento que esta proporção deverá ter baixado de forma significativa durante a última década, o que os resultados definitivos dos Censos 2011 eventualmente confirmarão.

Quadro 7.14 - Hierarquia da rede urbana concelhia (2001).

Freguesia	Lugar	População residente
Viana do Alentejo	Viana do Alentejo	2.585
Alcáçovas	Alcáçovas	1.828
Aguiar	Aguiar	692
Alcáçovas	Bairro dos Barrancões	58
Viana do Alentejo	Quinta Santa Maria	29
Viana do Alentejo	Nossa Senhora d'Aires	12
Alcáçovas	Residual	202
Viana do Alentejo	Residual	202
Aguiar	Residual	7

Fonte: INE. Recenseamento Geral da População de 2001 (tratamento próprio)

A explicação para a diminuição da população residente na edificação dispersa em territórios com estas características, tem certamente uma estreita relação com o envelhecimento da população e com a estrutura fundiária. Em matérias como o planeamento, a instalação e a manutenção das grandes infraestruturas no território, assim como na prestação de serviços básicos às populações, a diminuição da população nas áreas dispersas trará certamente um contributo positivo em termos das despesas municipais. Contudo, grande atenção terá que ser prestada a este processo, uma vez que terá a todo o custo que se evitar que esse esvaziamento populacional das áreas não-urbanas signifique o abandono destas áreas em termos produtivos ou de gestão.

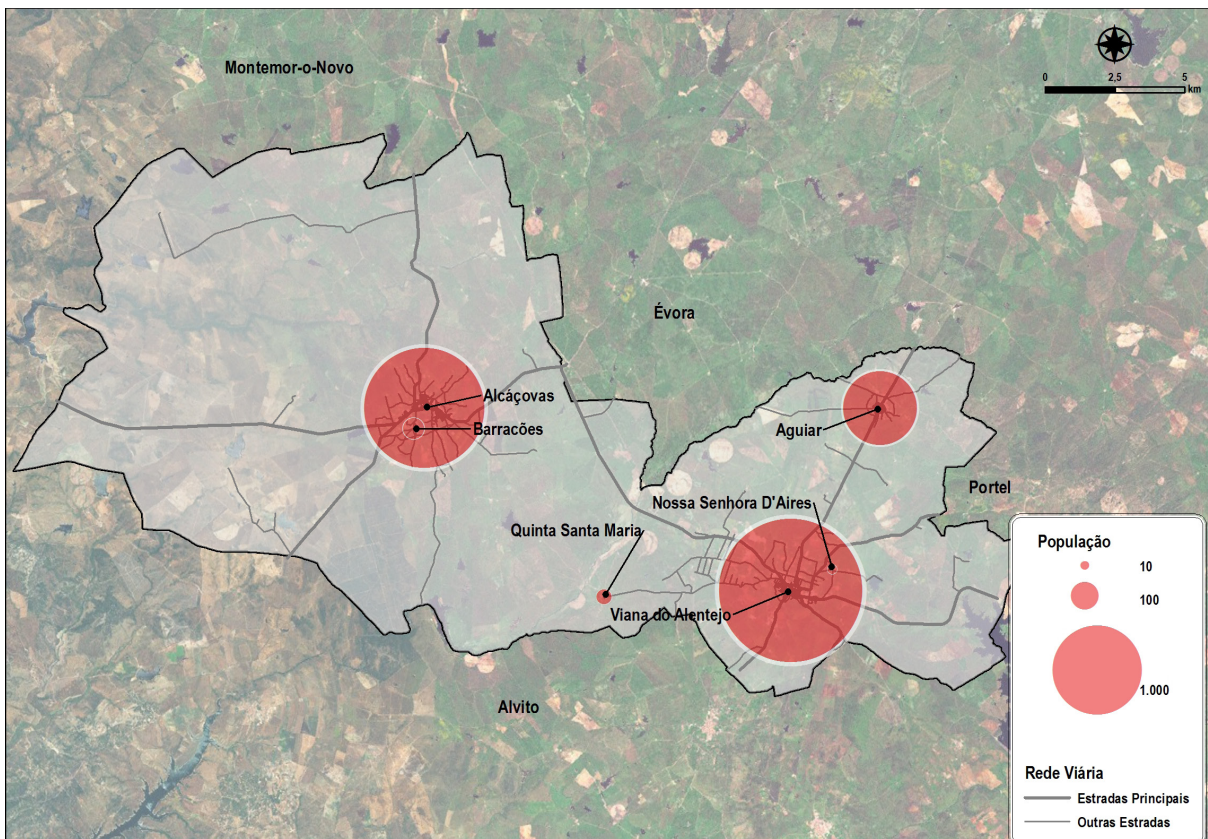


Figura 7.9 - Hierarquia da rede urbana no concelho de Viana do Alentejo.

Fonte: INE.  
Recenseamento Geral da População de 2001 (tratamento próprio)

## 8. O património de relance

O património, no conceito mais amplo que aqui colocamos, sem a veleidade de entrar na discussão sobre o tema, representa para nós o conjunto de elementos contidos no concelho de Viana do Alentejo e que pelas suas características lhe conferem singularidade, cunho e identidade próprias, confundindo-se a sua existência com a história e a alma dos diversos lugares. Não se encerra assim apenas às “estruturas edificadas, correntes ou monumentais” (PARDAL et al., 2000), alargando-se à paisagem e a elementos culturais e históricos simbólicos.

Assim, podem-se destacar (5) cinco grandes grupos de elementos patrimoniais no concelho (vd. figura 8.1), do tipo material ou imaterial, conforme a classificação de base da Lei de Bases do Património, que totalizam 47 elementos específicos fundamentais.



Figura 8.1 - Grupos-tipo de património.

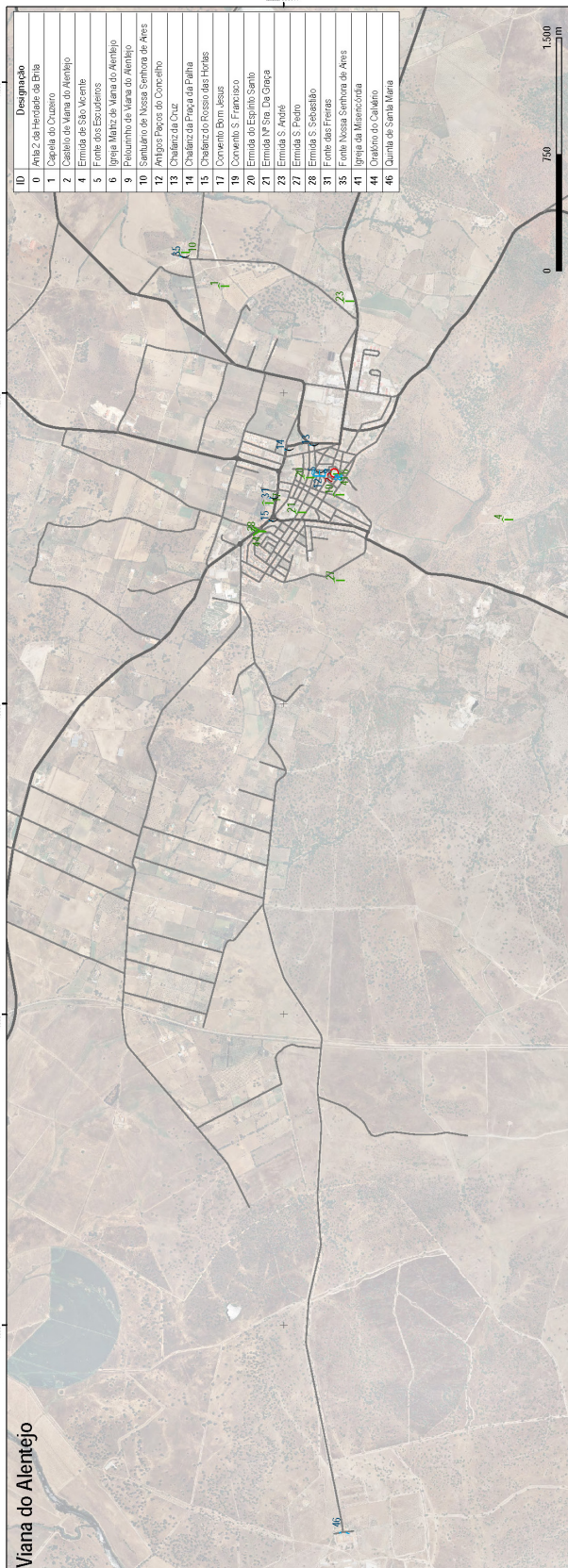
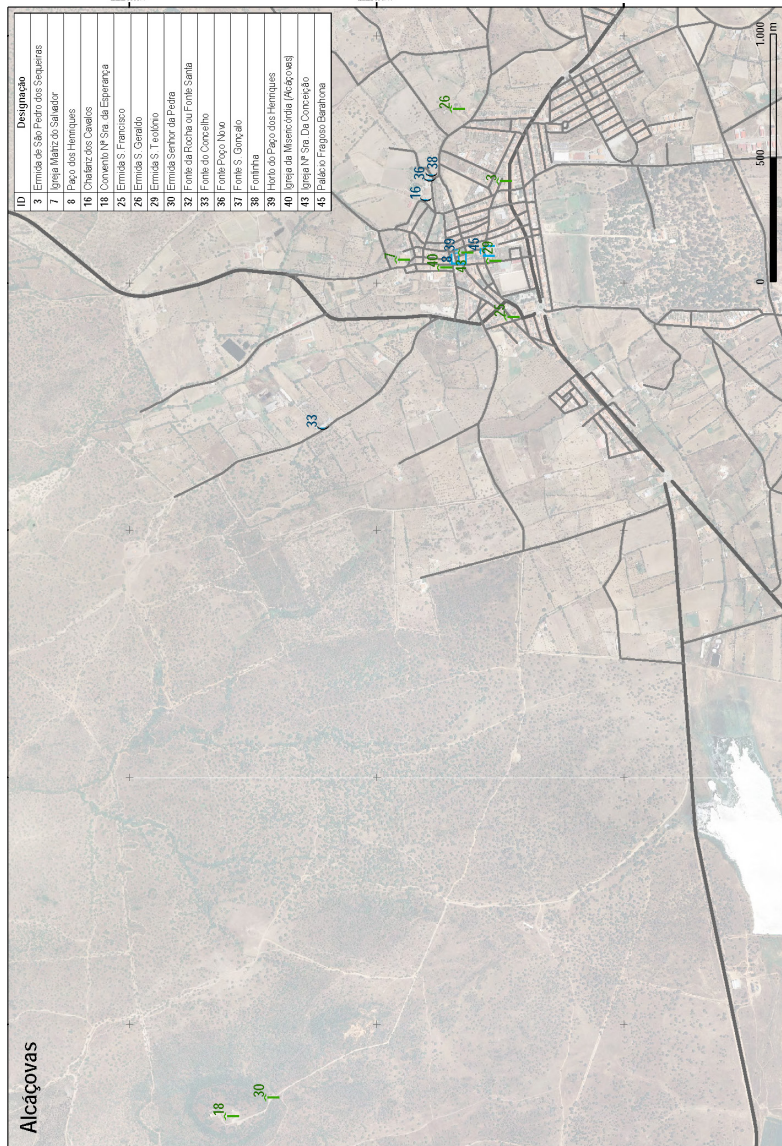
### Sobre o património arquitetónico

O património arquitetónico de Viana do Alentejo tem expressão, desde logo, pelo desenho da malha urbana e pelas características morfotipológicas do edificado que, não sendo necessariamente exuberantes ou mesmo únicas, preservam a singularidade das técnicas construtivas e das tipologias. Não poderá assim ser descurado, pois reflete a primeira imagem dos diversos lugares, particularmente das sedes de freguesia, do concelho.

Há, no entanto, elementos de natureza pública e privada, afetos aos mais diversos fins, por vezes até devolutos, que se destacam no concelho, como a figura 8.2 ilustra. A grande maioria destes encontra-se no interior da malha das sedes de freguesia, sendo que:

a. em Viana do Alentejo merecem particular referência, como se verificou na auscultação pública: o Centro Histórico, o Castelo de Viana, a Igreja Matriz e o Santuário da Sr<sup>a</sup>. D’Aires - este um pouco afastado da vila sede de concelho. Merece igualmente relevância do ponto de vista patrimonial, embora em avançado estado de degradação, o convento de Bom Jesus (na Rua do Convento), e os inúmeros chafarizes e fontes históricas que pontuam toda a sede de concelho (vd. figura 8.2 até à 8.8);

b. em Alcáçovas destaque-se o Paço dos Henriques, a Capela das Conchas (Igreja da N<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. da Conceição), a Igreja Matriz do Salvador, a Ermida de S. Geraldo, a Ermida do Sr. da Pedra e o Convento da N.<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup>. da Esperança.



**Município de Viana do Alentejo**

Arqueologia

Área

Arquitetura Civil

Castel / Fonte

Haró

Palácio

Poço

Rebunheiro

Quinta

Arquitetura Militar

Castelo

Arquitetura Religiosa

Capela / Ermida / Igreja / Convento

Oratório

Rede Viária

Estados Principais

Outros Estados

Plan. IT

A1

Del. 14/02/2012

RTGEO

PLANO REGIONAL DE

Estados Concelhais - Ouar 12 - Inventário Patrimonial

Del. 14/02/2012

RTGEO

PLANO REGIONAL DE

Figura 8.2. - Património em Viana do Alentejo.



Figura 8.3 - Uma torre do castelo de Viana do Alentejo.



Figura 8.4 - Pormenor da entrada poente da Igreja Matriz.



Figura 8.5 - Fachada Norte e Poente do Santuário Srª. D'Aires.





Figura 8.6 - Chafariz.



Figura 8.7 - Fonte da Cruz.



Figura 8.8 - Convento Bom Jesus (Viana).



Figura 8.9 - Horto do Paço dos Henriques (Alcáçovas).



Figura 8.10 - Palácio dos Henriques.

### Sobre o património arqueológico

Dos elementos do património arqueológico relevantes no concelho de Viana do Alentejo, mais concretamente na freguesia de Aguiar (vd. figura 8.2), e que se apresenta conservado, é uma “Anta” neolítica (figura, 8.11), que apesar de tombada ainda é possível “observar a câmara funerária, o corredor e a laje que servia de cobertura”<sup>1</sup>. Além deste elemento, visitável, haverá ainda porventura, segundo a perceção de alguns atores locais, sítios com potencial arqueológico, nomeadamente, junto do Santuário da Sr<sup>a</sup>. D’Aires, sem prejuízo de outros como seja junto do castelo de Viana.



Figura 8.11 - Anta (Aguiar).

1 - [http://pt.wikipedia.org/wiki/Anta\\_de\\_Aguiar](http://pt.wikipedia.org/wiki/Anta_de_Aguiar).

### Sobre o património histórico-cultural

Na imensidão da História de Portugal, o concelho Viana do Alentejo teve um papel particular, bem referenciado no tempo e no espaço, que lhe confere uma riqueza (quase) única a nível nacional ou mesmo mundial. Foi em Alcáçovas que teve lugar a assinatura do tratado com o mesmo nome, o Tratado de Alcáçovas”, em 4 de Setembro de 1479, ratificado posteriormente, em 1480, em Toledo, sendo por isso também conhecido por Tratado de Alcáçovas/Toledo. A sua importância deriva não apenas por então ter colocado fim à Guerra de sucessão de Castela, e nesse sentido ter sido um tratado de Paz, mas sobretudo por ter sido o primeiro instrumento a nível mundial que regulamentava a posse de terras ainda não descobertas e que refletia a estratégia de expansão de dois países dominantes. Foi claramente um momento e um marco muito importante para os descobrimentos Portugueses e, em última análise, para a globalização que aí se iniciava. Não poderá pois continuar a ser tratado, abordado de forma tímida. Impõe-se, pois, que o Concelho de Viana do Alentejo enalteça o lugar e o momento da assinatura do Tratado e o próprio tratado, nomeadamente, mediante duas formas distintas:

- a . a recriação histórica viva do momento;
- b . o estudo (explicação) e exposição do Tratado no lugar onde a assinatura teve lugar (Palácio dos Henriques).

Não tão empolgante para a história, mas merece destaque que o concelho de Viana do Alentejo cresceu na rota das transumâncias em Portugal. Será, certamente, este o fator responsável pelo desenvolvimento da arte chocalheira e do chocalho, um património genuíno (pelo objeto e arte) que constitui um forte símbolo de identidade local.

As tradições culturais que perduram em Viana do Alentejo são igualmente um forte sinal de identidade e singularidade em termos de património histórico cultural. É de assinalar com particular relevo:

- a . a romaria a cavalo pela antiga canada Real, da Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem na Moita até ao Santuário da Nossa Senhora D’Aires (em abril), num total de cerca de 120 km;
- b . a feira/romaria de Nossa Senhora D’Aires, realizada no quarto domingo de setembro de cada ano, procurando reavivar uma tradição antiga relacionada com uma romaria dos agricultores ao Santuário pedindo proteção ao gado e boas culturas.

### Sobre o património religioso

A Nossa Sr<sup>a</sup>. D’Aires está fortemente presente no concelho não apenas pelo património arquitetónico que lhe é oferecido, o Santuário, como se percebe, mas pelo seu significado religioso. Daí as feiras e romarias associadas.

### Sobre a paisagem

A paisagem é aqui referida como o território de Viana, nas suas diversas dimensões, sendo permanentemente enunciada pelos atores locais como um ponto forte do concelho. Referem-se a uma complexidade de elementos que a caracterizam e enaltecem, aludindo à componente estética (bonita, agradável), dos sentidos (cheiro, harmonia, paz) e ecológica (natureza, ar puro...). É, por isso, fortemente acalentada pelos Vianenses.

Há contudo outras paisagens (naturais) que carecem de melhor exploração, nomeadamente, a geológico-geomorfológica, dado que esta conta a história da génese e evolução do relevo e das suas características, oferecendo um conhecimento pouco divulgado. Os mármore de Viana, o monte de S. Vicente, o traçado da Ribeira de Alcáçovas ou o tipo e idade das rochas do concelho (algumas com mais de 500MA) vêem-se aqui explicados. São, por isso, um património a valorizar, potenciador de turismo cultural.



***PARTE III***  
***DA SENSIBILIDADE DOS ATORES LOCAIS***  
***A UM DIAGNÓSTICO PARA A ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL***

## 9. Do processo de participação ao contributo dos atores locais

### 9.1. O processo de envolvimento e participação.

Nas diversas fases do ciclo da sustentabilidade, em que a elaboração e a implementação da A21L são parte essencial, impõe-se que empresas, governos [também locais] e a sociedade civil partilhem responsabilidades, como condição “para que, em tempo, os objetivos possam ser alcançados” (APA, 2007). A participação de todos na A21L, afirma-se pois enquanto instrumento deste plano de ação rumo à sustentabilidade. Foi esse o sentido que conduziu a elaboração da A21L\_VA, com é possível aferir atentando à estrutura de elaboração da A21L\_VA (figura 3.3).

Com efeito, a par da análise territorial efetuada, a A21L\_VA sustenta-se fundamentalmente nas pessoas, ou seja, no contributo dos atores locais e stakeholders (eleitos locais, empresas, associações locais e cidadãos) chamados e participar na elaboração e na concretização de uma estratégia para o desenvolvimento sustentável do concelho de Viana do Alentejo. Materializam-se deste modo, os princípios de parceria, subsidiariedade e coresponsabilização (responsabilidade partilhada) que estão no cerne das recomendações do capítulo 28 da A21, onde se instiga os poderes locais a desenvolverem as suas Agendas em parceria com as respetivas populações.

De acordo com a estrutura apresentada na figura 3.3, a participação dos atores locais ocorreu em diversos momentos e processou-se em diferentes escalas – concelho, freguesia, lugar, indivíduo – tendo-se seguido, em diferentes momentos e nas diferentes escalas, metodologias e técnicas diferenciadas (vd. quadro 9.1):

Quadro 9.1 - “Quadro de Bordo” sobre a participação pública.

Momento de participação/instrumento	“Actores” locais	N.º eventos	Metodologia	Escala de abordagem
Fóruns	Atores específicos	2	“dinâmica grupo bottom-up”	Concelho
Fórum (plenário)	População em geral	1	“mista*”	Concelho
Workshop (dinâmica de grupo)	População de cada freguesia	3 (1/freguesia)	“dinâmica grupo bottom-up”	Freguesia
Workshop (dinâmica de grupo)	Assembleia Municipal	1	“dinâmica grupo bottom-up”	Concelho
Campanhas de campo específicas		1/freguesia	“mista*”	Freguesia
Campanha(s) de campo técnicas		3 (mínimo)	“mista*”	Concelho, freguesia, lugar e indivíduo
Entrevistas específicas	Sr. Presidente da Câmara e Srs. Presidentes de J. de Freguesia	4		Concelho, freguesias e lugares
Inquéritos	Concelho	60		Concelho e indivíduo

Foi, assim, um processo que contou com 8 instrumentos de participação distintos, aplicados em cerca 20 momentos num período de 8 meses, determinante para a A21L\_VA, uma vez que, permitiu auscultar as sensibilidades, aspirações, anseios e desejos, bem como amadurecer perspectivas e identificar as prioridades de um vasto leque de atores/stakeholders e, simultaneamente, “sentir” de perto o “espaço vivido” do concelho de Viana do Alentejo. A estratégia de desenvolvimento sustentável para o concelho é então reflexo da sensibilidade dos atores locais, amadurecida e sintetizada posteriormente pela abordagem técnica a científica isenta.

### 9.2. O contributo dos actores locais.

Nos forúns de desenvolvimento e sustentabilidade efetuados, os participantes foram chamados a pronunciarem-se em três questões fundamentais<sup>1</sup>, designadamente sobre: 1) o que mais gostam; 2) o que menos

1 - As perguntas colocadas para obter estas respostas nem sempre foram textualmente diretas, mas sempre orientadas para uma resposta nesse sentido (vd. relatórios de diagnóstico seletivo relativos ao 1.º e 2.º fora para o desenvolvimento e sustentabilidade do concelho de Viana do Alentejo). Além das respostas,

gostam; 3) e as suas “visões” de futuro para o desenvolvimento sustentável do concelho (vd. figura 9.1).

As respostas obtidas foram votadas em sede própria por todos os participantes, tendo essa abordagem permitido hierarquizar as preferências ou antipatias dos atores. As respostas, em função do seu âmbito e alcance específico, foram agrupadas em 5 “domínios de resposta” por cada questão de modo a facilitar a análise e compreensão dos contributos dos atores, sendo que em cada “domínio de resposta” se destacam apenas as situações mais votadas (no máximo 5), de modo a não tornar a exposição demasiado exaustiva.

### 9.2.1. Sobre “o que mais gosta?”.

Do conjunto dos vários “domínios de resposta” relativos à questão “o que mais gosta?”, o domínio pelo qual os atores mostraram maior simpatia foi o do “património histórico-cultural e natural”, que reuniu 31,6% de votos (num universo de 433 votos). É, assim, claro o reconhecimento que a população de Viana do Alentejo tem sobre património existente.



Figura 9.1 - Uma síntese do contributo dos atores locais.

### O património histórico, arquitetónico, cultural e natural.

Para os Vianenses, o património natural (vd. quadro 9.2), é o mais acalentado ou o que está mais presente, reunindo 11,8% dos votos do domínio do “património histórico-cultural”. Denota particularmente, segundo a sensibilidade transmitida, o valor da (sua) paisagem (qualidade paisagística) e do “desafogo” que oferece, sendo para o caso de Viana do Alentejo (freguesia) o monte de S. Vicente (ou “Alto de S. Vicente”), em cuja vertente exposta a norte está instalada a vila sede de concelho. É o elemento patrimonial natural mais relevante na memória e identidade local.

Quadro 9.2 - O que mais gosta no concelho?

Património histórico, arquitetónico, cultural e natural	31,6%
Património natural	11,8%
Património histórico e arquitetónico	5,6%
Gastronomia	3,9%
Chocalhos	2,3%
As pessoas	2,3%

O valor do património histórico e arquitetónico do concelho está bem patente entre os atores locais, que o colocam em segundo lugar dos mais votados, com 5,6% dos votos (quadro 9.2), no “domínio” relativo ao património.

Sobre o património histórico ressalta o legado deixado pela assinatura do tratado de Alcáçovas, nesta vila, além da envolvimento subjacente à construção dos principais elementos arquitetónicos com valor patrimonial - o património edificado. Sobre este destaca-se, na sede de concelho, o centro histórico com o respectivo castelo, a Igreja Matriz e o Pelourinho ou ainda o Convento de Bom Jesus, bem como o Santuário de N<sup>ª</sup>. Sr<sup>ª</sup>. D’Aires (exterior ao perímetro urbano), ou ainda os chafarizes, que pautam todo o espaço urbano de Viana.

Em Alcáçovas é mencionado o Paço dos Henriques, a Capela das Conchas (Igreja da N<sup>ª</sup>. Sr<sup>ª</sup>. da Conceição), bem como a Igreja Matriz do Salvador, sendo menos referida a Ermida de S. Geraldo, a Ermida do Sr. da Pedra e o Convento da Nossa Sr<sup>ª</sup>. da Esperança ou ainda a “Fonte do Poço Novo” talvez por se encontrarem fora do aglomerado. Mesmo assim, não deixa de haver, por parte dos atores locais, uma atitude crítica sobre o estado de degradação que apresentam alguns destes elementos e a sua fraca valorização para fins turísticos ou outros (vd. capítulo 9.2.2)

Em relação ao património cultural, a gastronomia assume um destaque relativo, recebendo apenas 3,9% dos votos (quadro 9.2), eventualmente devido à não existência de um prato marcante e diferenciador (“típico”), mas reportando-se sobretudo à qualidade da gastronomia, no geral.

Apesar da modesta votação, com apenas 2,3% dos votos no “domínio de resposta” em análise, constata-se numa primeira aproximação a Viana do Alentejo, especialmente a Alcáçovas, a forte presença no coração e na mente de todos da tradição do chocalho e da própria arte chocalheira. São algo único e diferenciador que os atores reconhecem, sendo o chocalho considerado (quase) como um símbolo da identidade local, marcando aliás presença numa estátua na entrada poente de Alcáçovas. Esta “arte” está, porém, num momento menos positivo com a perda do saber fazer e com o desaparecimento dos artesãos “chocalheiros”. Deverão, assim, ser desenvolvidas as diligências necessárias para fazer emergir esta arte única, com sede em Alcáçovas.

As “pessoas” surgem integradas neste domínio, com 2,3% dos votos, enquanto atores do saber fazer e de preservar as raízes da cultura e história. Apesar da modesta votação, reconhece-se que “as pessoas” marcam a diferença e são atores do desenvolvimento do território.

### A qualidade de vida e ambiente social.

O “domínio de resposta” que na questão sobre “o que mais gosta” reúne a segunda maior votação no conjunto dos 433 votos, com um total de 17,8%, é o relativo à “qualidade de vida e ambiente social” (quadro 9.3). A qualidade de vida, enunciada de forma genérica, e que reúne o maior número de votos neste domínio de resposta (10,2% dos votos) decorre, segundo os atores locais, do facto de se tratar de um concelho que oferece e permite uma vida tranquila, não sujeita à azáfama que se vive nas grandes cidades relacionada com o trânsito intenso, sujeição a transportes públicos, ruído permanente, competitividade cega entre pessoas, falta de humanismo, e uma boa qualidade ambiental do espaço. A par, e estritamente relacionado com a qualidade de vida, a segurança é também enunciada como um fator de qualidade de vida no concelho de Viana do



Quadro 9.3 - O que mais gosta no concelho?

Qualidade de vida e ambiente social	17,8%
Qualidade de vida	10,2%
Segurança	2,5%
“Gosto” das pessoas	1,6%
A boa relação com as pessoas	1,2%

Alentejo, recaindo as alusões sobretudo na inexistência de insegurança.

O carinho das pessoas pela sua terra (1,6% dos votos), associado à boa relação geral que existe entre estas (1,2% de votos), fomenta um ambiente local harmonioso, próximo e solidário, sendo assim privilegiado e acalentado pelos atores (quadro 9.3). É, com efeito, uma característica do Concelho de Viana do Alentejo a manter, se possível a reforçar através da revitalização e maior valorização do espaço urbano, incluindo o espaço público, tornando-o mais acessível e com a segregação de ruas e/ou espaços/corredores para circulação pedonal e ciclável, respetivamente, esteticamente mais atrativo e convidativo, com a criação de espaços ágora que apelem ao ócio e ao encontro das pessoas, etc., ou o fomento de espaços e momentos onde seja possível visitar e promover a cultura e o património local, ou de formação/educação ao longo da vida, como meio inclusive de sociabilização.

### O ambiente e recursos naturais.

Genericamente os atores enunciaram e votaram, com 14,5% dos votos (vd. quadro 9.4), o “ambiente e os recursos naturais”, como algo que privilegiam e valorizam. Integram, com 5,8% de votos, neste “domínio”, o “bom ambiente”, intrinsecamente relacionado com o património natural ou com a qualidade de vida integrados nos domínios de resposta anteriores, mas aqui reforçado pelas questões mais ligadas à natureza, paisagem, inexistência de poluição, e quase indissociável da “água e solos” que acolhem uma simpatia de 3,9% dos votos. A luz, ou seja, a luminosidade do dia/sol, é igualmente destacada recebendo 0,9% dos votos, assim como os mármore de Viana que apesar da extração no momento ser inexistente nas pedreiras que se mantêm a céu aberto, é um recurso valorizado pelos Vianenses.

Quadro 9.4 - O que mais gosta no concelho?

Ambiente e Recursos Naturais	14,5%
Bom ambiente	7,0%
Água e solos	3,9%
Luz	0,9%
Os mármore de Viana	0,9%

### Localização e mobilidade.

Em relação ao conjunto dos “domínios de resposta” sobre a questão “o que mais gosta?”, sobressai ainda a boa localização do concelho no contexto regional (relativamente central, próximo de Alcácer do Sal, Évora, Beja e Lisboa) e, em particular, a “mobilidade” que permite no acesso às cidades sobre as quais o concelho mais gravita, ou seja, Évora e Lisboa). Este fator recebe assim globalmente uma votação de 12,9% dos votos (quadro 9.5).

Quadro 9.5 - O que mais gosta no concelho?

Localização e Mobilidade	12,9%
Boa localização	9,0%
Proximidade a Évora/Lisboa	3,9%

### Equipamentos e infra estruturas.

Apesar de constituir o “domínio” menos votado, os atores locais colocam os “equipamentos e infraestruturas” existentes nos 5 mais importantes, segundo as suas posições, perspetivas e sensibilidades, tendo o mesmo acolhido 11,5% dos votos (quadro 9.6). Os atores consideram, de um modo geral, que Viana do Alentejo tem bons equipamentos (6,7% dos votos neste “domínio de resposta”), aludindo certamente, entre outros, às piscinas existentes em Viana e em Alcáçovas, ao Cineteatro Vianense, ao Centro de Saúde de Viana (que sofre críticas permanentes em termos de serviços prestados), ao Lar da Santa Casa da Misericórdia, em Viana do Alentejo e às escolas dos diversos níveis de ensino. Aliás, as escolas são também referidas pelo seu bom funcionamento (3,0% dos votos). Já relativamente ao hospital e posto da GNR, não obstante a votação (1,2% dos votos), foi referida pelos atores locais a necessidade da sua recuperação.

Quadro 9.6 - O que mais gosta no concelho?

Equipamentos e Infraestruturas	11,5%
Tem bons equipamentos	6,7%
Bom funcionamento das escolas	3,0%
(Recuperação) Hospital e posto da GNR	1,2%
Rede viária	0,7%

Ainda no “que mais gosta” surgem outros “domínios de resposta” mas com uma representatividade muito baixa (13,6% no total, atente-se à figura 9.1), o caso das atividades económicas, com 6,5% dos votos, o associativismo, com 3,9% dos votos, o desporto (0,7% dos votos) e a forma de governo local com 0,2%.

### 9.2.2. Sobre “o que menos gosta?”.

Do conjunto dos vários “domínios de resposta” relativos à questão “o que menos gosta?”, o domínio que os atores mostraram maior antipatia, descontentamento e/ou preocupação, num universo de 726 votos, diz respeito à “estrutura e atividades económicas”, tendo recebido 40,3% dos votos (quadro 9.6).

### Estrutura e atividades económicas.

Ressalta desta análise que o desemprego é o que mais preocupa os atores (3,9% do votos) logo seguido da falta de iniciativa local ao investimento, com 3,6% dos votos (vd. quadro 9.7).

Quadro 9.7 - O que menos gosta no concelho?

Estrutura e atividades económicas	40,3%
Desemprego	3,9%
Falta de iniciativa	3,6%
Parque industrial (sem estratégia e mal dimensionado)	3,1%
Falta de associativismo	2,9%
Falta promoção do empreendedorismo	2,8%

O descontentamento generalizado com o parque industrial de Viana do Alentejo está refletido no 3,1% dos votos que foram atribuídos a este assunto, sendo considerado o sub-dimensionamento (também aplicado ao caso da área industrial de Alcáçovas), a falta de estratégia e de uma gestão que dinamize os principais obstáculos a ultrapassar. É ainda anotado pelos atores a falta de associativismo e as dificuldades em concretizá-lo (2,9% dos votos), parecendo, assim, haver noção das suas vantagens e de que esse poderá constituir uma

alternativa para potenciar a estrutura e a dinâmica socioeconómica local, a par com uma maior promoção do empreendedorismo (que reuniu 2,8% do votos) ao nível local (vd. quadro 9.7).

### Ordenamento do território e urbanismo.

Outro “domínio de resposta” sobre o qual ainda recaem anseios por parte dos atores locais é o do “ordenamento do território e urbanismo”, com 16,7% dos votos de descontentamento (quadro 9.8).

Quadro 9.8 - O que menos gosta no concelho?

Ordenamento do Território e Urbanismo	16,7%
Degradação do edificado	4,4%
Falta de transportes públicos	2,9%
Falta de estratégia integrada	2,0%
PDM impossibilita investimento empresarial	1,8%
Degradação do centro histórico	0,8%

Ressalta em particular, com 4,4% daqueles votos, a degradação generalizada do edificado, juntamente com a degradação dos centros históricos, havendo nesta questão maior preocupação relativamente ao caso de Viana (0,8% do votos) (quadro 9.8). Deste modo, não obstante a valorização dos espaços urbanos/construídos, incluindo o património edificado (histórico-arquitetónico), os atores mostram ter sensibilidade e desagrado por esta situação estranguladora de um ambiente urbano atrativo. Sobre o “ordenamento do território e urbanismo” é ainda realçada a noção de uma “falta de estratégia integrada” nesse âmbito, para a qual contribuirá certamente, a A21L\_VA, bem como a revisão do PDM, sem prejuízo de outros instrumentos setoriais que o Município pode entender levar a efeito (planos de mobilidade e acessibilidades para todos, plano de reconversão e valorização urbana, ações específicas de valorização do espaço público e do edificado, fóruns de atores empenhados na reconversão urbana, etc.). O PDM de Viana do Alentejo, deverá igualmente ser enformado com instrumentos que potenciem o investimento empresarial, valorizando os espaços industriais (existentes ou a implementar), e constituir-se como um instrumento para captar investidores.

### Educação, formação e cidadania.

A terceira maior preocupação que os atores locais de Viana do Alentejo elegem recai sobre a “educação, formação e cidadania”, com 11,8% no total dos 726 votos obtidos na questão em apreço (o que menos gosta no concelho?) (vd. quadro 9.9). Neste domínio colocam a maior tónica na “falta de formação profissional”, que reúne 4,5% dos votos, seguindo-se a “falta de sensibilidade da população”, porventura muito relacionado com a “falta de cidadania”, i.e., pouca sensibilidade e hábito em participar no desenvolvimento local, em se fazer ouvir e reclamar e para o papel de cada um nesse âmbito, ambos totalizando 4,0% dos votos obtidos.

Quadro 9.9 - O que menos gosta no concelho?

Educação. Formação e Cidadania	11,8%
Falta de formação profissional	4,5%
Falta sensibilidade por parte da população	2,8%
Falta de cidadania	1,2%
Perda dos valores sociais	0,8%
Falta apoio à 3ª idade	0,6%

É ainda referenciado como preocupação dos Vianenses, a “perda dos valores sociais” tradicionais (0,8% dos votos), como a solidariedade, espírito de vizinhança e de entreatajuda e respeito para com os mais idosos, talvez fruto do contexto social global conturbado atual, inevitavelmente com tentáculos em Viana do Alentejo. Dentro das cinco maiores preocupações identificadas os atores locais identificam por último (vd. quadro 9.9) a “falta de apoio à 3.ª idade”, refletindo a falta de centros de dia, transportes para idosos, ou outro tipo de apoios sociais fundamentais a este nível.

### Marketing territorial.

O sentimento de interioridade de Viana do Alentejo é, porventura, a razão que leva a que a fraca expressão do “marketing territorial” do concelho reúna 9,3% dos votos no conjunto dos 726 votos obtidos sobre “o que menos gosta no concelho?” (quadro 9.10). É, pois, uma forma indireta de reconhecer os recursos locais e da necessidade em promover a sua potenciação e valorização e, em simultâneo, uma forma de reclamar a inexistência de uma estratégia que permita divulgar e valorizar o concelho com os seus recursos no exterior. Apontam, assim, como preocupação específica a “falta de certificação de produtos”, com 4,1% dos votos, a insuficiente promoção dos produtos locais (3,5% do votos) (quadro 9.10), o que mostra claramente o reconhecimento da sua existência e potencial e, até mesmo, a falta de aproveitamento das potencialidades do concelho, aludindo ao espaço disponível para implementar projetos de desenvolvimento, à localização do concelho, à proximidade da Évora, ao património histórico-cultural que encerra, aos recursos naturais (disponibilidade de água e bons solos para a prática agrícola).

Os atores apontam ainda uma grande fragilidade da “fraca imagem do concelho”, reclamando a sua renovação, associada à promoção do concelho, no país e no estrangeiro.

Quadro 9.10 - O que menos gosta no concelho?

Marketing Territorial	9,3%
Falta da certificação de produtos locais caraterísticos	4,1%
Promoção insuficiente dos produtos locais	3,5%
Falta de aproveitamento das potencialidades do Concelho	0,8%
Fraca imagem do Concelho	0,6%
Pouca promoção do concelho	0,2%

### Governança e serviços públicos.

O descontentamento dos atores recai, igualmente, sobre o domínio “governança e serviços públicos”, com 5,8% de votos (quadro 9.11), reclamando em concreto o serviço prestado pelo Centro de Saúde da sede de concelho (serviços de atendimento, horário de funcionamento e organização em geral), que recebe 4,0% de votos. Como o segundo mais votado, com 0,8%, os atores locais referem-se à “falta de apoio a pessoas com mais necessidades”, fazendo aqui referência a pessoas com necessidades especiais, incluindo idosos, apontando na mesma linha a deficiências na assistência social, com 0,4% dos votos (quadro 9.11).

Quadro 9.11 - O que menos gosta no concelho?

Governança e Serviços Públicos	5,8%
Serviços e funcionamento do Centro de Saúde	4,0%
Falta de apoio a pessoas com mais necessidades	0,8%
Falta de técnicos e profissionais na saúde	0,6%
Deficiência na assistência social	0,4%

Outros “domínios de resposta”, que com expressão muito reduzida (na globalidade perfazem uma votação de 16,1%, atente-se à figura 9.1) no contexto das respostas e votos atribuídos ao “que menos gosta no concelho?”, são os Equipamentos e Infraestruturas, com 4,2% dos votos, refletindo a idade da rede de abastecimento de água, ou a carência de equipamentos e infraestruturas para além das existentes, havendo mesmo a menção a (mais) piscinas.

Há ainda a constatação da situação demográfica do concelho, com 3,6% dos votos, e críticas relativas ao “ambiente e recursos naturais”, respeitante não apenas a situações menos positivas existentes (algumas lixeiras a céu aberto, assim como as pedreiras, lixo nas ribeiras e Rio Xarrama), mas também à pouca iniciativa no aproveitamento dos recursos existentes, como o sol (energia solar), recebendo assim 3,3% dos votos.

O património e cultura não são isentos de crítica, com 3% de votos, refletindo sensibilidades que apontam a degradação e a falta de valorização do património (arquitetónico) e da cultura (a arte chocalheira, tradição na olaria, etc.) e história do concelho.

Aponta-se também como desagrado a fraca mobilidade (1,4% dos votos neste “domínio de resposta”) existente no concelho e entre este concelho e os vizinhos, sendo esta uma referência particular à fraca disponibilidade e frequência dos transportes públicos e ao encerramento da estação de caminho-de-ferro. Faz-se por último alusão à segurança (0,6% de votos), talvez recorrendo a algum evento fortuito ocorrido, já que esta é muito elogiada pelos atores (vd. “o que mais gosta?”, no capítulo anterior).

### 9.2.3. Sobre uma “visão para o futuro”.

Na busca de um apoio para a definição de uma “visão” para o futuro do desenvolvimento sustentável do concelho, os atores foram questionados nesse sentido. As respostas obtidas constituem um misto entre princípios para uma visão e ideias concretas de projetos, que apoiarão a elaboração da Parte IV. Depois de agregadas em classes ou “domínios de resposta”, num total de 639 votos, os 5 mais votados apontam para uma visão que, de acordo com a figura 9.1 e 9.2, privilegia 5 domínios chave:

1 . o crescimento e fomento das atividades económicas, com 33% dos votos, colocando neste caso o ênfase em assuntos tais como, o emprego, um concelho corporativo e orientado para o aproveitamento das potencialidades agrícolas, havendo inclusive a visão de criação de uma escola de horticultura;

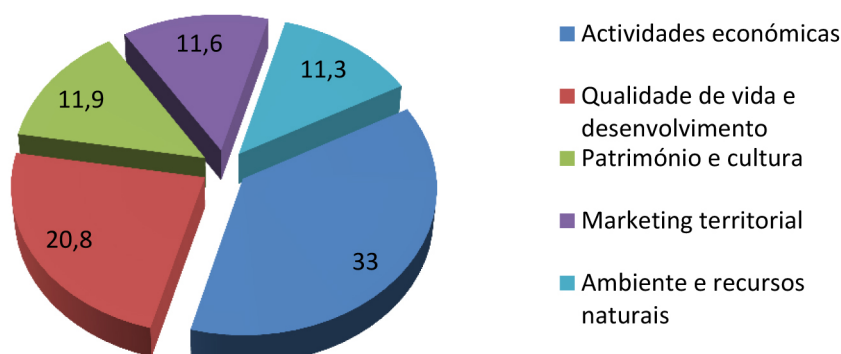


Figura 9.2 - Domínios em que se focaliza a visão dos atores locais (%).

2 . a qualidade de vida e desenvolvimento, com 20,8% dos votos, requerendo neste âmbito uma aposta sobre as condições que potenciem a qualidade de vida, reforçando que esse desenvolvimento não “sacrifique a relação entre pessoas e a natureza”, convergente pois com o conceito de desenvolvimento sustentável,

requerendo um concelho para todos, inclusive física e socialmente, afirmando que o “verdadeiro prazer de viver é em Viana”;

3 . a riqueza do património e a cultura, com 11,9% dos votos, apelando a um sentido de ação único (“três vontades [referindo-se às três freguesias], um destino”) promovendo o legado histórico-cultural, promovendo espaços de importância cultural e histórica, com uma referência concreta em relação a uma escola de olaria e a adega social;

4 . o marketing territorial, ou seja, a promoção do concelho (11,6% dos votos) atendendo aos seus pontos fortes mais marcantes, como seja, a elevada qualidade ambiental e do espaço urbano, o património arquitetónico e histórico qualificado e valorizado, os produtos locais de elevada qualidade, a potenciação da Santuário de N<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. D’Aires para o turismo religioso e, por fim, (re)colocar no mapa o concelho, i.e., dar-lhe maior visibilidade no contexto regional, nacional ou mesmo internacional. Afirma-se ainda como visão tornar o concelho mais inovador;

5 . pela valorização do “ambiente e recursos naturais” (11,3% dos votos), através de práticas sustentáveis na utilização do recursos naturais existentes, aumentando e tornando-se exemplo na forma de utilizar a energia solar de forma disseminada por todo o concelho, na gestão dos lixos e no controlo geral da poluição (resíduos e poluentes gasosos).

Outros “domínios de resposta” sobre os quais recai a visão dos atores e que perfazem um total de 11,2% de votos no contexto de 639 votos, são o domínio:

- a . dos equipamentos e infraestruturas, com 3,1% dos votos;
- b . da educação e formação, com 2,9% de votos;
- c . da qualificação dos serviços públicos e sociais (2,9% votos);
- d . da demografia (1,4% dos votos);
- e . do ordenamento do território que reúne 0,9% de votos.

### 10. Um diagnóstico de base

Depois da análise sobre as características geográficas que dão singularidade ao concelho de Viana do Alentejo e de reconhecidos os principais contributos dos atores para a definição de uma estratégia de desenvolvimento, é oportuno promover uma reflexão-síntese integradora, sistémica e holística sobre este território. É, igualmente, o momento de, perdendo na forma (nos detalhes), mas ganhando no conteúdo estruturante, afastarmo-nos da realidade do dia-a-dia de Viana do Alentejo, para fazer emergir de forma não apaixonada e isenta o território e a sociedade que encerra com as suas inter-relações e dependências. Este exercício será elaborado por via de uma matriz SWOT<sup>2</sup> (vd. quadro 11.1) que consiste numa análise do ambiente interno e externo do concelho, i.e., através da sistematização de pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças ao concelho. Na elaboração desta, considerando a análise territorial (Parte II) e a consulta pública efetuadas (vd. capítulo 9), definiram-se 6 domínios de análise sobre os pontos fortes e fracos.

- 1 . Recursos locais para o desenvolvimento e demografia;
- 2 . Espaço urbano, história e património;
- 3 . Economia, desenvolvimento local e empreendedorismo;
- 4 . Identidade e cidadania;
- 5 . Acessibilidades, mobilidade e infraestruturas urbanas;
- 6 . Ambiente e saúde pública;

Sobre as oportunidades e ameaças constata-se que estas integram 3 domínios:

<sup>2</sup> - Matriz de diagnóstico. Do inglês, Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats.

1. Recursos locais para o desenvolvimento;
2. Espaço urbano, história e património;
3. Economia, desenvolvimento local e empreendedorismo.

Quadro 10.1 - Matriz SWOT para o concelho de Viana do Alentejo.

PONTOS FORTES		PONTOS FRACOS	
<b>RECURSOS LOCAIS PARA O DESENVOLVIMENTO E DEMOGRAFIA</b>			
1.	Boa localização e enquadramento geográfico do concelho;	1.	Fragilidades demográficas relacionadas com os reduzidos quantitativos populacionais, com o envelhecimento das estruturas etárias reflexo da quebra de natalidade e aumento do êxodo migratório da população ativa;
2.	A sede de concelho possui uma dimensão demográfica suficiente para reter população proveniente do espaço rural, e actividades, favorecendo a obtenção de limiares críticos para alguns serviços e equipamentos de nível hierárquico superior;	2.	Incapacidade endógena de substituir gerações;
3.	Disponibilidade de área/espaço;	3.	Aumento do peso da população dependente, resultado da transição de ativos para segmentos terminais da pirâmide etária;
4.	Baixa renda locativa (baixo preço de prédios rústicos e urbanos)	4.	Problemas sociais emergentes (famílias carenciadas)
5.	Disponibilidade de água;	5.	Êxodo da população (abandono das terras);
6.	Bons solos;	6.	Baixo nível de qualificação da população;
7.	Solo agrícola disponível;	7.	Despovoamento das vilas;
8.	Caraterísticas fundiárias (em geral para todo o território);	8.	Propriedade muito fragmentada especialmente na envolvente a Viana (características fundiárias da propriedade);
9.	Os processos de elaboração dos novos planos municipais de ordenamento do território;		
10.	Clima;		
<b>REDE URBANA, HISTÓRIA E PATRIMÓNIO</b>			
11.	Dimensão do espaço urbano para uma ação integrada;	9	Bolsas residuais de povoamento disperso dificultam a construção de infra estruturas e equipamentos em extensos espaços do território;
12.	O saldo migratório positivo, em Viana do Alentejo, traduz alguma dinâmica da base económica local e conseqüente poder de atração relativamente aos territórios envolventes;	10	Incapacidade da sede de concelho desenvolver funções de âmbito supra concelhio;
13.	História (legado histórico);	11	Espaço urbano empobrecido, degradado e pouco atrativo;
14.	Singularidade e riqueza do património histórico-arquitectónico e arqueológico, e.g., Centro Histórico e Castelo de Viana, Santuário de N <sup>a</sup> Sr <sup>a</sup> . D'Aires, Paço dos Henriques em Alcáçovas, Anta em Aguiar) e cultural do concelho;	12	Novas áreas urbanas descaracterizadas;
15.	Assinalável qualidade paisagística e ambiental, fomentadora dos lazeres e turismo (valor da paisagem, como forma de qualificar a procura turística);	13	Inventário e caraterização do património (arquitetónico, natural, histórico, religioso, etnográfico, natural) insuficiente;
16.	Existência de inúmeros espaços e equipamentos históricos/culturais, que podem constituir produtos turísticos;	14	Património edificado, histórico-arquitectónico degradado, subaproveitado, não valorizado e divulgado;
17.	Reduzido conhecimento de circuitos/itinerários que contemplem a diversidade do património existente;	15	Insuficiente aproveitamento e valorização do legado histórico;
		16	Falta de espaços verdes;
		17	Santuário de N <sup>a</sup> . Sr <sup>a</sup> . D'Aires não valorizado e subaproveitado para potenciar o turismo religioso;
<b>ACESSIBILIDADES, MOBILIDADE E INFRA ESTRUTURAS URBANAS</b>			
18.	Bons equipamentos públicos (piscinas de Alcáçovas e de Viana, Cineteatro de Viana e Centro de Saúde de Viana)	18	Trânsito desordenado no interior das localidades;
19.	Rede viária interurbana em bom estado de conservação	19	Estacionamento desordenado no interior das localidades (principalmente Viana);
20.	Saneamento básico com taxa de cobertura suficiente	20	Importantes estrangulamentos às acessibilidades e mobilidade;
		21	Degraus na via pública;
		22	Carência de transportes públicos;
		23	Infra estruturas de água e saneamento antigas;
		24	Muitos arruamentos degradados;
		25	Equipamentos desportivos pouco diversificados;

## Parte III . Da sensibilidade dos atores locais a um diagnóstico para a estratégia de desenvolvimento sustentável

PONTOS FORTES		PONTOS FRACOS	
<b>ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL</b>			
21.	Presença de atividades tradicionais, com relevante peso na estrutura de emprego e suportadas em recursos locais, que podem e devem incorporar inovação e criar valor acrescentado na produção (olaria/cerâmica, chocalhos, agricultura, doçaria tradicional, pão, produção de massa de pimentão, queijaria, hortifruticultura, turismo);	26.	Dificuldade de afirmação e consolidação da atividade industrial (tradição industrial circunscrita ao artesanato ancestral);
22.	Assinalável presença de produtos agro-alimentares genuínos e de excelência, com potencial para afirmar-se no mercado extra-local (enchidos, queijos de ovelha, massa de pimentão, doçaria e pão);	27.	Falta de uma estratégia para captação de investimento;
23.	Proximidade da Embraer;	28.	Carência de projetos estruturantes/âncora para o desenvolvimento;
24.	Existência de espaços de acolhimento para atividades industriais/empresariais (Zona Industrial de Alcáçovas e de Viana);	29.	Inexistência de um espaço (mercado) público para a venda de produtos locais;
25.	Bovinicultura em desenvolvimento;	30.	Ausência de aposta nas agro-indústrias e na qualificação da atividade comercial;
		31.	Inexistência de serviços de apoio à atividade industrial, suscetíveis de incorporar valor acrescentado ao produto;
		32.	Falta de tradição e ambiente empresarial;
		33.	Reduzido e pouco diversificado tecido empresarial e fraco dinamismo/capacidade de iniciativa e empreendedorismo dos agentes locais;
		34.	Baixo espírito de parceria e cooperação empresarial;
		35.	Desemprego/falta de oportunidades de emprego;
		36.	Fraca competitividade da base económica;
		37.	Incipiente tecido empresarial;
		38.	Áreas de localização empresarial e industrial estranguladas;
		39.	Elevado peso relativo dos serviços;
		40.	Agricultura muito enfraquecida;
		41.	Fraca diversidade da base económica;
		42.	Restauração pouco qualificada;
		43.	Reduzida oferta hoteleira;
		44.	Falta de inovação no comércio local;
		45.	Fracos recursos económicos (Município);
		46.	Fraco aproveitamento da população não ativa;
		47.	Recursos humanos especializados em número reduzido;
		48.	Subaproveitamento e valorização do saber fazer na doçaria, olaria e arte chocalheira;
		49.	Mármore não explorados;
		50.	Atividades ligadas ao turismo incipientes/nulas;
<b>IDENTIDADE E CIDADANIA</b>			
26.	População interessada em potenciar e valorizar o território;	51.	Fraco aproveitamento da localização e enquadramento geográfico;
27.	População solidária;	52.	Fraca tradição e imagem gastronómica;
28.	População acolhedora;	53.	Incipiente cultura de cidadania;
29.	Forte sentimento de pertença;	54.	Clivagens histórico-culturais entre freguesias (Viana/Alcáçovas);
30.	Estar no Alentejo, ser alentejano;	55.	Sem imagem forte, marcante e genuína;
31.	Existência de diversas associações culturais;		
32.	Eventos culturais com grande importância a nível local e regional;		
33.	Ritmo de vida;		
34.	Sentimento de segurança pela população;		
<b>AMBIENTE E SAÚDE PÚBLICA</b>			
35.	Qualidade ambiental (paisagem, poluição muito reduzida, baixo ruído em geral, água com qualidade);	56.	Focos de poluição pontuais (Ribeiras e Rio Xarrama);
36.	Qualidade de vida (segurança, tranquilidade, ritmo de vida pouco acelerado, etc.);	57.	Limpeza insuficiente do espaço público;
37.	Envolvência rural das sedes de freguesia;	58.	Fraca cobertura de uma rede de ecopontos;



	59.	Ruas de atravessamento principal em Viana e Alcáçovas sujeitas a uma forte pressão automóvel e ruído;
	60.	Iluminação pública;

OPORTUNIDADES		AMEAÇAS	
<b>RECURSOS LOCAIS PARA O DESENVOLVIMENTO E DEMOGRAFIA</b>			
39.	Uma política de ordenamento do território e urbanismo mais orientada para a reabilitação urbana, do que para a expansão dos perímetros urbanos, e tendencialmente para o mercado do arrendamento;	61.	Viana poder vir a ser agregado a outros concelhos, sem ficar com a posse de sede administrativa;
39.	O IC 33, com troço e acesso próximo de Viana;	62.	Outros concelhos ampliem a sua área de influência sobre Évora;
40.	As Tecnologias de Informação e Comunicação;	63.	A incapacidade de se gerarem sinergias e lógicas de ordenamento do território e desenvolvimento em rede;
41.	A tradição e a crescente forma de fazer turismo através do autocavanismo;	64.	A agregação de concelhos vizinhos entre si que, por efeito desse processo, possam tornar-se mais competitivos que atualmente;
42.	A procura crescente por parte das pessoas de produtos, lugares e experiências marcantes;	65.	Possibilidade de constrangimentos técnicos e burocráticos à integração de Viana no perímetro de rega do Alqueva;
43.	A proximidade à Universidade de Évora;	66.	A resposta de Évora, em termos de ordenamento do território e oferta de habitação, à instalação da Embraer;
44.	Recomendação estratégica para a aposta na inovação, conhecimento e tecnologia;		
45.	Trabalho e desenvolvimento local em rede (parcerias inter-concelhias e inter-freguesias);		
46.	Localizado no quadrilátero urbano definido por “Lisboa-Évora-Beja-Alcácer do Sal”;		
<b>REDE URBANA, HISTÓRIA E PATRIMÓNIO</b>			
47.	Quadro de referência estratégico apela à reabilitação urbana e valorização do património;		
48.	Uma adequada promoção e divulgação do património, além de lhe dar uma “nova vivência”, levará a um novo olhar sobre a Região e o concelho;		
49.	Valorização e aposta na promoção do património local, levará ao aumento da estada média de turistas na Região e consequentemente de divisas deixadas na economia local;		
<b>ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL</b>			
50.	A instalação da Embraer a cerca de 15 minutos de Aguiar e 20 minutos de Viana do Alentejo;	67.	Conjuntura económica e financeira internacional instável e desfavorável;
51.	O crescendo do sector aeronáutico no Alentejo, especialmente em Évora e Beja;	68.	O acentuar da crise económica e financeira do país;
52.	Importância crescente dos setores ligados à vitivinicultura, agricultura e recursos agro-alimentares;	69.	Diminutos apoios à agricultura;
53.	A crescente aposta nas energias alternativas, particularmente na solar;	70.	Redução dos fundos estruturais;
54.	Tendência recente para mudanças no paradigma do desenvolvimento em Portugal, não alicerçado exclusivamente na construção e imobiliário;		
55.	O perímetro de rega do Alqueva;		
56.	A proximidade relativa ao quadrilátero constituído por Lisboa-Évora-Beja-Alcácer do Sal;		
57.	A proximidade à Universidade de Évora;		
58.	Alguma tendência para a fuga da cidade (das grandes cidades) em procura de oportunidades e um estilo de vida mais tranquilo e menos dispendioso em áreas periféricas do interior;		
59.	Acessibilidade e mobilidade (para todos) como um vetor de desenvolvimento estratégico;		
60.	Incentivo à utilização e progressiva massificação das TIC;		

### **10.1. Das potencialidades e fragilidades às ameaças e oportunidades. Uma análise à matriz SWOT.**

A matriz SWOT, apresentada no capítulo anterior, não pretende ser absolutamente exaustiva. É, antes de mais, o resultado de uma sistematização dos principais elementos que dão corpo aos respetivos ambientes. Procurou-se pois, nos pontos fortes, realçar o que de melhor encerra, ou seja, os recursos intrínsecos do território que na definição de uma estratégia e política de desenvolvimento sustentável devem ser sempre equacionados e fortalecidos como alavanca para potenciar o desenvolvimento do território, numa lógica integrada .

#### **Sobre os “pontos fortes”.**

Foram sistematizados 37 pontos fortes do concelho, repartidos pelos diversos domínios definidos. No domínio “recursos locais para o desenvolvimento e demografia”, destaca-se a localização e enquadramento geográfico, relacionado, respetivamente, com a relativa proximidade a Lisboa (cerca de 90 min) e sobretudo a Évora (cerca de 20 min) com quem as sedes de freguesia estabelecem relações quotidianas, devido à forte polarização que aquela cidade exerce sobre os concelhos limítrofes. Mas a centralidade de Viana relaciona-se, igualmente, pela sua integração no quadrilátero constituído por aquelas duas cidades (Lisboa e Évora) mais Beja e Alcácer do Sal. Deste ponto de vista, o carácter periférico do concelho é relativo, convidando a uma reflexão pragmática e pró-ativa sobre a forma de o tornar mais visível e hegemónico, considerando os seus pontos fortes e as janelas de oportunidade (ver adiante) que se estão a vislumbrar. Neste campo, assume-se que Viana poderá definir-se simultaneamente um polo residencial, um centro abastecedor de produtos hortícolas e afins, e com potencial para se afirmar em alguns setores da indústria transformadora.

Como reforço desta posição sublinha-se, como ponto forte do concelho, os baixos valores de renda locativa do espaço urbano, que poderão ser atrativos em relação a Évora, permitindo dinamizar o mercado imobiliário ou de arrendamento e, com isso, a própria reabilitação urbana, principalmente em Viana e Aguiar. A baixa renda locativa do “espaço rural” associada à disponibilidade de espaço e ao potencial agrícola dos solos e características fundiárias da propriedade (latifúndio, excluindo a área imediatamente envolvente a Viana), conjugados constituem uma forte potencialidade a explorar para efeitos de exploração agrícola e uma vantagem em relação a Évora. Poderão, pois, ser utilizados como bandeira de atratividade para o processo urbano, em caso de necessidade, ou para o fomento da atividade agrícola e/ou agropecuária.

Se atendermos a uma escala mais alargada de promoção do concelho (nacional ou mesmo internacional), sobretudo para a instalação de alguns equipamentos ou espaços residenciais ou turísticos, ou ainda para explorar o potencial das energias alternativas (solar), o clima é um aspeto relevante de Viana do Alentejo. De referir ainda que alguns projetos estratégicos que estão a ser desenvolvidos, ou decorrerão no curto/médio prazo, respetivamente, o caso da A21L\_VA ou a revisão do PDM, contém/conterão os genes de um processo de desenvolvimento sustentável, que poderá/deverá ser explorado como fator de diferenciação, boa prática e, por inerência, de atratividade e de competitividade face a lugares mais próximos.

O “espaço urbano, a história do concelho e o património” natural/paisagístico e, sobretudo, histórico e arquitetónico, deverão constituir para o concelho de Viana do Alentejo fatores a potenciar o desenvolvimento sustentável do concelho. A dimensão dos espaços urbanos (as sedes de freguesia) surge à partida como ponto forte dado que esta permite aspirar a uma ação integrada, do âmbito urbano e/ou social, sobre estes espaços (não apenas sobre o “urbano” em si) relativamente fácil em comparação com grandes áreas urbanas com problemas diversos e difíceis de controlar e gerir. A dimensão do espaço, associado à arquitetura dominante, em particular no caso de Viana e de Alcáçovas, confere-lhe igualmente um ar acolhedor, pitoresco e convidativo. Há, por isso que, reforçar este ponto forte, reabilitando o edificado e os elementos patrimoniais marcantes

- em especial o Centro Histórico de Viana, o Castelo de Viana que carece de ser qualificado, valorizado e promovido, bem como o Santuário de N<sup>ª</sup>. Sr<sup>ª</sup>. D'Aires em Viana (para uma valorização específica orientada para o turismo religioso), o Paço dos Henriques em Alcáçovas ou a Anta em Aguiar - e promover a qualificação global do espaço público, incluindo jardins e arruamentos, redefinindo funcionalidade e características das ruas, revendo sentidos de trânsito, apoiando esse processo com a abordagem do design for all, tonando-o acessível para todos. A visão subjacente deverá ser a de tornar o espaço urbano mais seguro, atrativo, ecológico, mais eficiente em termos de consumos energéticos, convidativo e acessível. Numa palavra, mais sustentável para residentes e visitantes, respondendo diretamente aos apelos dos diversos compromissos rumo à sustentabilidade, incluindo a “Carta de Aalborg” ou aos “Compromissos de Aalborg”<sup>3</sup>.

No que se refere a “acessibilidades, mobilidade e infraestruturas”, é de mencionar que Viana do Alentejo oferece um grau de acessibilidade relativamente forte, que será ainda mais acentuado com a construção do IC33, e o respetivo nó de ligação, e dispõe de todas as infraestruturas e equipamentos básicos para um boa qualidade de vida, nos padrões atuais (piscinas descobertas e Cineteatro em Viana e piscinas cobertas em Alcáçovas, Centro de Saúde, redes de água e esgotos). Não apresenta pois estrangulamentos a este nível.

O concelho de Viana do Alentejo transporta, igualmente, um forte legado decorrente de um importante marco histórico, quase tão esquecido quanto importante para a história da globalização e que, por isso, merece ser assinalado, promovido, enaltecido e valorizado ou mesmo revivido, como uma forte âncora para a projeção do concelho e atratividade turística. Referimo-nos ao momento da assinatura do Tratado de Alcáçovas, que ocorreu em Alcáçovas, a 4 de Setembro de 1479<sup>4</sup>, e ao próprio tratado cuja exposição deveria ser efetuada na terra que lhe conferiu a designação.

Se em termos de recursos, património e história, Viana do Alentejo apresenta potencialidades interessantes a explorar, o mesmo acontece com as questões relacionadas diretamente com a “economia, desenvolvimento local e empreendedorismo”. Desde logo, a relativa proximidade à área industrial onde está a ser instalada a empresa de aviação Embraer, com forte potencial para gerar emprego e de criar clusters de desenvolvimento, paralelos ou complementares. Viana do Alentejo, pelas razões já enunciadas relacionadas com a baixa renda locativa e dimensão, sem problemas de fundo relacionados com segurança, tráfego, etc., poderá procurar captar quadros superiores, com elevado poder de compra e exigentes em qualidade de vida, desta empresa para residirem no concelho, ou mesmo procurar influenciar a localização de outras empresas ligadas ao setor no concelho numa grande área industrial a constituir. Certo é que a Embraer será um importante centro empregador e potenciador de instalação de novas empresas associadas ou complementares. A proximidade da Embraer (apenas a 20 minutos) é, pois, um ponto forte do concelho, e também uma janela de oportunidade a explorar por este.

O concelho de Viana do Alentejo encerra ainda uma economia baseada em atividades com produtos genuínos, com bom potencial de exploração e com uma orientação de mercado interno e também externo. Referimo-nos ao queijo, à indústria da massa de pimentão, ao chocalho e à olaria, para além da própria doçaria e panificação. A valorização e promoção destes produtos, nomeadamente internacional, e com selos de garantia de qualidade e ecológicos (certificação) através de lojas virtuais (webizar a sua comercialização), deverão ser explorados. Seria interessante promover parcerias com o Município e/ou com associações locais de desenvolvimento para este fim.

Além destes produtos e das respetivas atividades, são ainda de assinalar outros produtos de base local que

3 - De destacar igualmente, sem prejuízo de outros, a Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões “Para uma Estratégia Temática sobre Ambiente Urbano”, Bruxelas, 11.02.2004, COM(2004)60 final; Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu relativa a uma estratégia temática sobre ambiente urbano {SEC(2006) 16} /\* COM/2005/0718 final.

4 - Também designado Tratado de Alcáçovas-Toledo, dado que foi assinado entre Afonso V de Portugal e os Reis Católicos (rainha Isabel I de Castela e o rei Fernando II de Aragão) de Espanha. O tratado definia, entre outras, cláusulas relativas à projeção externa de ambos os países, nomeadamente, respeitantes ao domínio do oceano atlântico e das terras até então descobertas na costa africana.

deverão ser explorados e promovidos: o caso dos produtos agrícolas, hortofrutícolas e provenientes da bovinicultura, já com alguma tradição em Viana. O turismo é igualmente um produto a explorar em Viana alicerçado no património arquitetónico, na religião, na doçaria, qualidade de vida, acessibilidades e boa prática de um desempenho do concelho sustentável.

Mas são as pessoas que interessam e que marcam a diferença. E em Viana do Alentejo, o carácter acolhedor e solidário da população, mas também resistente e batalhador, indicia que as pessoas estão interessadas em potenciar e valorizar este território. A “identidade e cidadania”, que têm raízes no “ser alentejano”, constituem pois um ponto forte do concelho, que deverá ser potenciado pelas associações culturais e de desenvolvimento, por via da organização e realização de eventos que ofereçam e promovam experiências diferentes, marcantes, genuínas e identitárias.

Em relação ao “Ambiente e Saúde Pública”, o concelho é exemplar em termos de paisagem, qualidade da água, segurança, tranquilidade e ritmo de vida. É, também por esta via, fortemente convidativo.

### **Sobre os “pontos fracos”.**

Não obstante os aspetos positivos que o concelho apresenta, encerra também debilidades (os “pontos fracos”) às quais importa estar atento de modo a minimizá-las e superá-las. Talvez uma das maiores seja ao nível da “demografia” já que o concelho é marcado por um elevado envelhecimento da população, acompanhado por uma baixa percentagem de jovens (uma pirâmide quase invertida), além do baixo nível de qualificação. Torna-se pois fundamental o desenvolvimento de políticas e ações conducentes a captar e reter a população no concelho, designadamente, potenciando e explorando os pontos fortes e oportunidades que se apresentam a este território.

De forma igualmente marcante no território, como uma fraqueza que encerra, é a baixa qualificação geral que o espaço urbano apresenta, com um assinalável parque edificado degradado ou parcamente recuperado, e espaço público empobrecido e pouco apelativo. As áreas verdes são reduzidas e as existentes estão pouco qualificadas e aproveitadas, notando-se igualmente uma forte presença do carro e uma coabitação perigosa – e evitável e recomendável – entre este e os peões. O trânsito apresenta-se, aliás, muito desordenado, havendo importantes estrangulamentos às acessibilidades e mobilidade, desde degraus na via pública ao mau estado de conservação dos arruamentos, ou ainda o desordenamento do trânsito. De salientar ainda que as áreas urbanas mais recentes estão descaracterizadas e são dissonantes do espaço enquadrador.

Não obstante o facto de constituírem pontos fortes, o património além de não se encontrar inventariado, apresenta-se degradado e subaproveitado, nomeadamente: o Centro Histórico; o Castelo de Viana; o Santuário de N<sup>ª</sup> Sra. D’Aires; o Paço dos Henriques em Alcáçovas; e a Anta em Aguiar - tendo por esta razão sido também considerados debilidades do concelho. Além de degradado e subaproveitado, o património em Viana está pouco valorizado, mesmo o património imaterial. O caso do legado histórico deixado com a assinatura do tratado de Alcáçovas, cuja importância deverá ser explorada como uma alavanca para projetar e valorizar o concelho. A recuperação do edificado, do espaço urbano em geral e dos elementos patrimoniais (arquitetónicos) mais relevantes, impõe-se pois como uma condição fundamental para a projeção e valorização do concelho, e uma forma de potenciar a sua atratividade, e um instrumento e indicador de base do processo rumo ao desenvolvimento sustentável.

Uma das grandes fragilidades do concelho nota-se ao nível da “economia, desenvolvimento local e empreendedorismo”, segundo a designação atribuída. De notar a fraca competitividade da base económica local pouco diversificada e ambiciosa para ser competitiva e ter um alcance supralocal, atendendo ao potencial de exploração dos recursos e produtos locais onde inclusive já há tradição. Deve, aliás, notar-se, em abono do rigor,

que há exemplos de sucesso, que constituem exceções que confirmam a regra, nomeadamente, na doçaria, produção da massa de pimentão e fabrico de chocalhos (Alcáçovas), e na pecuária (Viana do Alentejo). Mas em geral, nota-se, a falta de tradição e ambiente empresarial e um fraco espírito de parceria e cooperativismo necessários para ganhar escala, otimizar recursos, repartir custos, promover imagem, ganhar mercados.

Há ainda falta de uma estratégia expressa e assumida, pública, privada ou mista, com vista a captar investimento externo, ou a carência de projetos âncora para alavancar o desenvolvimento do concelho, notado também pelas poucas áreas de localização empresarial existentes. Mesmo a restauração é reduzida e a existente é pouco qualificada, o que é também válido para o setor hoteleiro, e as atividades/serviços ligados ao turismo são praticamente inexistentes.

Constata-se também da participação pública, que a localização apesar de ser entendida como um ponto forte, ainda não houve uma estratégia efetiva de modo a potenciar este recurso ou para potenciar a própria imagem do concelho, considerando os recursos e potencialidades que integra. Nota-se igualmente que é um concelho onde há uma fraca tradição e imagem da gastronomia, e é marcado por clivagens histórico-culturais internas e por uma fraca cultura de cidadania, que é necessário combater para que o concelho ganhe mais corpo e expressão no contexto regional.

Em termos de “ambiente e saúde pública” o concelho apresenta algumas debilidades, sendo de destacar a forte pressão automóvel, com os impactes daí inerentes (ruído, vibrações, poluição gasosa, mobilidade), que os principais arruamentos sofrem em Viana e em Alcáçovas. Há ainda focos pontuais de poluição no Rio Xarama, além da própria iluminação pública que carece de ser revista.

Estas constituem, pois, as maiores fragilidades com que o concelho se debate e em relação às quais deverá haver uma resposta para as minimizar, contrapor e potenciar.

### **Sobre as “oportunidades”.**

São três domínios em que se fazem sentir as principais oportunidades para o concelho de Viana do Alentejo. O primeiro, relaciona-se com os “recursos locais para o desenvolvimento”, realçando-se a tendência que hoje se vislumbra para fomentar políticas de ordenamento do território e urbanismo orientadas para a reabilitação urbana, em lugar da expansão dos perímetros urbanos e mercado de arrendamento. Neste aspeto Viana do Alentejo poderá explorar esta tendência já que tem o seu parque habitacional relativamente degradado e poderá constituir um mercado alternativo a Évora num cenário de crescente aumento de procura de habitação, e.g., estimulado pela instalação da Embraer e indústrias paralelas, e em que ofereça uma renda locativa atrativa e competitiva, mantendo igualmente um nível de serviços, equipamentos e infraestruturas básicos.

O segundo domínio decorre da prevista nova travessia, o nó de acesso do IC 33, próximo de Viana, que aumentará a permeabilidade e mobilidade regional, aproximando distâncias ao setor Oeste da região e a Évora. É por isso entendido como uma oportunidade, embora essa só ocorra com o fomento de políticas de desenvolvimento local internas, planeadas e orientadas para captar e reter população, tornando o concelho um espaço atrativo para viver, o que requer a imediata potenciação dos pontos fortes. De contrário, a proximidade do IC 33 e do respetivo nó poderá ser pouco consequente, ou até mesmo uma ameaça.

Num mundo globalizado, onde a informação circula à velocidade de um click e onde se estimula a massificação e exploração das potencialidades das tecnologias de informação e comunicação (TIC) associadas a uma sociedade do conhecimento (vd. Plano Tecnológico ou QREN), o concelho de Viana do Alentejo, integrado no quadrilátero constituído por Lisboa-Évora-Beja-Alcácer do Sal, pode aspirar em captar residentes-trabalhadores à distância ou potenciar o fomento do e-business local com escala global (com os produtos e empresas lo-

cais), do e-learning (e.g., com formação da sua população à distância) ou e-governement (melhoria de serviços através da transparência, celeridade, acessibilidade).

As medidas neste sentido, com a respetiva divulgação das suas vantagens, poderão contribuir para mostrar um concelho de vanguarda e sustentável (mais fluxo, mais negócio, com maior eficiência energética e de recursos, etc.), por isso dinâmico e atrativo. É uma orientação que deverá ser cuidadosamente estudada e explorada, concebendo desenvolvimento local a partir de economias de proximidade e oportunidade e numa lógica de complementaridades entre territórios e parceiros (o trabalho em rede).

Com esta e outras políticas de desenvolvimento local, destacando-se as enunciadas nos pontos fortes e fracos, Viana poderá assumir-se como um território inovador, competitivo e atrativo regionalmente, inclusive ao nível do turismo. Para este caso particular é necessário explorar a (ainda) forte mobilidade das pessoas ao nível mundial e vontade e capacidade de viajar, em busca de experiências novas e marcantes ou explorando segmentos ainda sub-explorados mas com grande procura, como o autocaravanismo e o turismo acessível. A exploração destes segmentos, e o compromisso com a sustentabilidade no espaço urbano, deverá constituir uma alavanca para desencadear políticas e ações de reabilitação e valorização do “espaço urbano e património”, elementos do legado histórico e de identidade local.

Outras oportunidades que se levantam a Viana do Alentejo são ao nível do domínio “economia, desenvolvimento local e empreendedorismo”. De sublinhar de imediato, a instalação de Embraer a cerca de 20 minutos de Viana ou Aguiar, que além de constituir uma fonte de emprego, poderá ainda fornecer residentes permanentes ou temporários com elevado poder de compra ao território do concelho. É, pois, necessário preparar o concelho ao nível “urbano” e social (a sua integração na comunidade), para cativar e acolher estes quadros. A recuperação das áreas urbanas, incluindo o espaço público bem como a qualificação da restauração, hotelaria e serviços, nomeadamente, de saúde e ensino, é fundamental. A Embraer poderá também ser o motor para alavancar uma forte potencialidade do Alentejo (fraca nebulosidade durante todo o ano, associada a forte insolação e baixa precipitação, povoamento concentrado possibilitando vastas áreas sem potenciais conflitos com o espaço residencial, áreas planas e fáceis de trabalhar) que se relaciona com o setor aeronáutico. Viana deverá estar atento a estas tendências e considerar a Embraer apenas o princípio de um processo que poderá fazer emergir o Alentejo, tornando-o mais central e atrativo no contexto do sistema urbano nacional.

Além da aeronáutica, o território do Alentejo e, particularmente, Viana do Alentejo, ainda acolhe uma forte oportunidade considerando as suas potencialidades relativas à exploração dos setores ligados ao ramo agroalimentar. Este é, com efeito, um setor a privilegiar com sucesso, estando conscientes da crescente pressão sobre os recursos à escala global, incluindo os relacionados com a produção alimentar, e a tendência para a mudança de paradigma no desenvolvimento local ao nível nacional, não alicerçado apenas na construção e imobiliária. Esta orientação decorre aliás do próprio PROT Alentejo que entende e reconhece na região um forte potencial para a exploração deste setor, incluindo, a agricultura, hortifruticultura, vitivinicultura, olivicultura para a produção de azeite e criação de gado para os mais diversos fins (leite, queijo, carne, peles e outros derivados). A proximidade do perímetro de rega do Alqueva (e da expansão deste) e a disponibilidade de água em Viana do Alentejo, à superfície (barragem do Alvito) ou subterrânea (bem denunciada pelos inúmeros chafarizes), acentuam esta oportunidade.

De destacar ainda a oportunidade de Viana do Alentejo captar residentes que procuram sair dos grandes centros urbanos em busca de melhor qualidade de vida, ou seja, saindo da pressão e do stress quotidiano e elevado nível de vida que estas áreas impõem, além da crescente insegurança que é diariamente refletida nos media. Este fator associado à possibilidade de trabalho à distância e incentivo na utilização das TIC e à forte mobilidade existente e, sobretudo às características (pitorescas) das localidades do concelho e localização e enquadramento geográfico deste, podem em conjunto constituir fatores de oportunidade para Viana do Alentejo. Há ainda a mencionar como oportunidade para Viana a possibilidade de explorar o conceito de acessibili-

dades e mobilidade para todos, numa lógica do design for all (ECA, 200 e 2008), e do turismo acessível (ou turismo inclusivo). Nesta vertente Viana pode destacar-se pela diferença e unicidade, captando residentes e visitantes que buscam territórios acessíveis.

### Sobre as “ameaças”.

O concelho de Viana do Alentejo poderá potencialmente ver condicionado o seu processo de desenvolvimento devido a ameaças existentes particularmente no âmbito do domínio “economia, desenvolvimento local e empreendedorismo”.

Partindo da premissa de que a Embraer é uma forte janela de oportunidade para Viana do Alentejo, uma das maiores ameaças que se colocam ao potencial desenvolvimento de Viana é a resposta de Évora à instalação da Embraer que poderá não deixar lugar a que outros concelhos possam dinamizar-se com esse projeto. É, por isso necessário uma política incisiva e focalizada no objetivo concreto de aproveitar todas as oportunidades diretas ou indiretas que a Embraer vem lançar. Esta empresa abre efetivamente janelas de oportunidade a não descurar.

Partindo também do princípio que o futuro do desenvolvimento local passará por uma organização e estruturas de desenvolvimento através de um trabalho em rede, de modo a potenciar sinergias, aproveitar e ganhar escalas de oportunidade, a incapacidade de conseguir promover esta forma de gestão e desenvolvimento do território, poderá constituir uma ameaça face à visão colocada para o desenvolvimento futuro. Certo é que, com a crescente competitividade dos territórios e as fraquezas que Viana assim como outros concelhos na região apresentam, as lógicas de trabalho e desenvolvimento em rede poderão constituir uma alternativa com resultados positivos a prazo. É, com efeito, uma realidade a necessidade dos territórios, sobretudo os de baixa densidade, se reorganizarem até para fazerem face às exigências que a conjuntura económica nacional e internacional está a impor, de diminuição de fundos estruturais mesmo ligados à agricultura.

## 11. O pano de fundo para a definição de uma estratégia de desenvolvimento sustentável para o concelho de Viana do Alentejo

### 11.1. Tendências pesadas do desenvolvimento do concelho de Viana do Alentejo.

Atentando para os capítulos de caracterização do concelho, contributos dos atores e para a análise SWOT, pode afirmar-se que nas últimas décadas o seu desenvolvimento tem sido marcado:

- 1 . Por uma relevância acrescida e dependência progressiva dos serviços públicos na base empregadora concelhia;
- 2 . Por ter a base económica dos principais polos urbanos (sedes de freguesia) sustentada em atividades pouco qualificadas e com reduzido valor acrescentado, nomeadamente, no comércio tradicional e nas atividades e serviços não-especializados de apoio à população;
- 3 . Pela exploração das principais produções agrícolas concelhias, nomeadamente, a jusante, com relevo para a indústria agroalimentar (panificação, enchidos, pimentão, queijo de ovelha) e agropecuária (bovinicultura, ovinicultura);
- 4 . Pela forte representatividade das artes e ofícios tradicionais, que marcam a identidade, genuinidade e notoriedade concelhia (indústria dos chocalhos e olaria);
- 5 . Pela reduzida relevância e impacto das atividades industriais/empresariais, um setor pouco diversificado, débil e orientado sobretudo para o mercado local;

6 . pela polarização exercida por Évora, sentida como um fator de competitividade limitador do desenvolvimento local.

### 11.2. O referencial balizador da orientação estratégica.

A definição de uma estratégia de desenvolvimento sustentável para o território de Viana do Alentejo deverá consubstanciar-se na afirmação de um compromisso entre a realidade e a visão assumida e comprometida com o desenvolvimento sustentável (capítulo 12), e não num conjunto de ideias que, não obstante meritórias enquanto exercício académico, são frágeis e falíveis na sua operacionalização ou pouco diferenciadoras da realidade atual. Terá necessariamente que ser pró-ativa, prospetiva e concretizável, além de suficientemente ambiciosa e audaz para colocar o concelho no sentido da visão de sustentabilidade assumida. Contudo, nunca poderá ignorar a realidade atual – económica, política, social, ambiental, territorial - que no tempo e espaço enquadra e define o território e a sociedade que o concelho encerra.

Esta realidade complexa e dinâmica constitui o quadro balizador da definição da estratégia de desenvolvimento sustentável do concelho de Viana do Alentejo, distinguindo-se 8 fatores que enformam o quadro balizador e que individual ou cumulativamente, condicionam a âncora que se pretende lançar para a sustentabilidade do futuro do concelho:

- 1 . O momento atual da conjuntura económica, financeira e política ao nível internacional;
- 2 . O acordo de política e de gestão económica e financeira do País assumido pelo Estado português que, por via da introdução de reformas estruturais, virá, certamente, provocar ruturas com modelos até hoje seguidos;
- 3 . O estado de debilidade económica e financeira de Portugal, com importantes reflexos à escala local;
- 4 . O quadro de referência estratégico (capítulo 4.2), incluindo a A21 e posteriores acordos internacionais (capítulo 1) assumidos pelo Estado Português com o mesmo fim;
- 5 . O enquadramento geográfico (regional) e o estado de desenvolvimento (social, económico, ambiental, político) do concelho de Viana do Alentejo;
- 6 . A ascensão de um novo paradigma (ainda tímido e pouco definido) para o desenvolvimento, sobretudo à escala nacional/local;
- 7 . O papel a desempenhar pela população e pelos atores locais do município de Viana do Alentejo;
- 8 . A 21L\_VA.

#### 1 . Do momento actual da conjuntura económica, financeira e política ao nível internacional

A crise global, que extravasa o âmbito económico e financeiro e que reflete igualmente a perda de valores base das pessoas (certamente com a ascensão de outros), repercute-se ao nível político e estratégico de cada país e até da sua capacidade de ação, atendendo às múltiplas e imbricadas relações e interesses estabelecidos entre os países. Paira sobre o mundo e, particularmente, na UE, com reflexos ao nível local, uma nuvem de incertezas e indefinições, que assentam sobre a égide do poder da economia e da escassez de recursos financeiros, que limita a solidez de uma estratégia, embora sem a determinar já que esta decorre no terreno não apenas com base em recursos económicos. A estratégia, como o próprio conceito sustenta, deverá pois ser sempre versátil e atenta às mudanças por forma a adaptar-se e garantir a continuidade das ações em relação à visão assumida para um dado território. Não se pode, no entanto, em sede da definição de uma estratégia de desenvolvimento sustentável, deixar de ter presente este fator balizador.



## 2 . Do acordo de política e de gestão económica e financeira do país assumido pelo estado português

O momento atual é pautado pelo acordo internacional de “saneamento económico” do país, que a par com a conjuntura global, acentua indefinições e incertezas e a própria fiabilidade e atualidade do quadro de referência estratégico enunciado, sobretudo o de âmbito nacional (capítulo 4.2.1). A estratégia, instrumento da visão e missão assumidas para o concelho, deverá pois, mais do que nunca, ser pragmática e objetiva e alicerçar-se nos pontos fortes que encerra, nomeadamente, nos recursos locais que são uma garantia. A minimização das fraquezas e a atenção às oportunidades impõe-se também, desde logo, para garantir uma ação integrada sobre o território.

## 3 . Do estado de debilidade económica e financeira de Portugal, com importantes reflexos à escala local

A capacidade financeira de um país e/ou de um concelho é um dos fatores fundamentais que condicionam a implementação de projetos de desenvolvimento, sendo mais ou menos permissivo é função da disponibilidade orçamental. Daí que, no quadro atual, a ambição de execução dos projetos tenha que ser convergente com o momento de restrição em que se vive, não constituindo as restrições financeiras uma fatalidade, castradora do desenvolvimento.

A capacidade financeira impõe, antes de mais, que se vislumbrem as oportunidades que lança, pois as dinâmicas territoriais e sociais manter-se-ão, não obstante os ajustes necessários a uma nova realidade. Desde logo:

- a . Inovar em novos modelos de liderança e gestão de serviços e do território, onde novas formas de governo e governança se impõem, nomeadamente, através do estabelecimento de parcerias e de uma participação e concertação pública mais eficiente e permanente;
- b . Planear com maior rigor o caminho que se quer seguir e a forma de o fazer, assumindo os recursos (humanos, técnicos, financeiros) disponíveis e as parcerias (apoio de atores locais) possíveis;
- c . Gerir com maior eficiência o território e os recursos disponíveis (humanos, técnicos, financeiros) de modo e promover a sua otimização;
- d . Inovar nos modos e fontes de financiamento e no estabelecimento de parcerias com vista a atingir objetivos concertados e assumidos.

## 4 . Do quadro de referência estratégico, incluindo a A21, e posteriores acordos internacionais do estado português

O quadro de referência estratégico enunciado (capítulo 4.2) funciona como uma orientação superior em termos de desenvolvimento no sentido de prosseguir uma visão já concertada e assumida numa escala supra-local. Deste modo, serve como guia do modelo de desenvolvimento à escala local. Não limita, contudo, a possibilidade e capacidade dos territórios inovarem e adaptarem-se, num quadro de convergência, às mudanças e exigências que as dinâmicas territoriais e sociais vão impondo. A A21 e outros acordos internacionais subsequentes que o Estado Português assumiu (capítulo 1), são inclusive ser um exemplo de que novas exigências se impõem para os modelos e ações de desenvolvimento. A A21, e os respetivos acordos rumo ao desenvolvimento sustentável (cfr.) constituem, assim, um fator balizador da A21L, ou melhor, o “mote” que lhe dá suporte e orientada em termos de ambição e metodologicamente.

## 5 . O enquadramento geográfico e o estado de desenvolvimento do concelho

A posição e enquadramento geográfico de um dado território, como o Concelho de Viana do Alentejo, não obstante absolutos do ponto de vista físico, podem ser observados do ponto de vista relativo em função dos fatores geográficos que condicionam, e.g., a sua atratividade. Há, contudo, uma situação de referência que traduz o estado de desenvolvimento do concelho, que necessariamente deverá enquadrar e balizar um plano

de ação rumo ao desenvolvimento sustentável (e.g., não se pode recomendar a construção de uma escola se não há alunos ou melhorar a rede de saneamento se ela não existe!). Até porque é essa condição que confere ao território as suas potencialidades, fraquezas e oportunidades, constituindo o “momento” a partir do qual se “visita” o futuro do concelho. Porém essa situação de referência não deverá também ser limitadora da inovação, audácia e ambição no planeamento tendo em vista a promoção da mudança qualitativa do território e da sociedade. É por esta razão que a A21L\_VA não traduz o compromisso entre o desejável e possível numa visão de curto prazo, mas é ancorada numa ambição e visão de sustentabilidade para o concelho de longo prazo, reclamando que se potenciem os pontos fortes, se minimizem as fragilidades e se aproveitem as oportunidades oferecidas, nomeadamente, pelo seu enquadramento regional e potenciais mudanças de paradigma no desenvolvimento nacional e regional.

#### 6 . A ascensão de um novo paradigma para o desenvolvimento, da escala nacional à local

Os últimos anos vêm demonstrando a fragilidade de um modelo de desenvolvimento em Portugal fortemente apoiado na construção, imobiliário, obras públicas, e que relegava para um segundo plano a capacidade dos diversos territórios diversificarem a sua base económica, crescerem e desenvolverem-se de uma forma sustentada e não exclusivamente dependentes de produtos importados, nomeadamente, ao nível agrícola. Foi nesse quadro que a agricultura e agropecuária e setores de produção paralelos definharam tendo o país perdido o saber fazer e a organização para fazer e a possibilidade de ter crescido a este nível com menos dependências no exterior, refletindo-se isso no desenvolvimento regional e local, de que o Alentejo e em particular Viana do Alentejo são exemplo. Contudo, encerram fortes potencialidades ao nível da produção agrícola, agropecuária, silvícola, vitivinícola, olivícola e outras afins, bem como da indústria ligada ao setor alimentar. Este potencial juntamente com a ascensão de um modelo de desenvolvimento que não poderá continuar a basear-se apenas no imobiliário, construção, obras públicas, num clima de subsidiodependência para a agricultura, deverá ser encarado como uma forte oportunidade para Viana do Alentejo.

Além do mais, as potencialidades de Viana do Alentejo permitem-lhe perfilar-se para integrar o conjunto dos territórios que vêm acolhendo os equipamentos e os investimentos no setor da aeronáutica, fruindo das características físicas do território (clima, morfologia) e das iniciativas já existentes (Embraer, Aeroporto e Base Aérea de Beja, e Aeródromo e Escola de Aeronáutica de Évora). Viana do Alentejo deverá explorar esta janela de oportunidade levantada pela ascensão deste novo paradigma de desenvolvimento que se vai esboçando no contexto nacional e regional.

#### 7 . As “pessoas” (todos os Atores locais) de Viana do Alentejo

O crescimento e desenvolvimento do território não dependem apenas da vontade e ação do Governo ou do Município de Viana do Alentejo. É preciso, mais do que nunca, uma ação assumida e concertada entre os diversos atores (as pessoas e as diversas entidades públicas e privadas de Viana do Alentejo, e outros) por forma a se promoverem sinergias e ganhos de escala, assim como, eficiência e otimização de recursos. O desenvolvimento é feito pelas pessoas e para as pessoas, devendo pois assumir-se globalmente como atores e, por isso, corresponsáveis pelo desenvolvimento do território e da sua sociedade nos diversos domínios, ambiental, social, económico, político. É, pois, necessário introduzir uma nova ordem na gestão e desenvolvimento do território, em que todos participem e se sintam parte do processo tendo em vista um bem comum. A implementação da A21L\_VA e da estratégia de desenvolvimento sustentável que se propõe passa assim pelo envolvimento de todos, tendo em vista objetivos comuns.

## 8 . A A21L\_VA

Enquanto definidor de uma estratégia de desenvolvimento sustentável, a A21L\_VA é fundamental para focalizar fatores críticos e janelas de oportunidade do/para o desenvolvimento (estratégico) do concelho e orientar caminhos de ação rumo ao desenvolvimento sustentável, face ao contexto temporal, geográfico, económico, etc., em que se enquadra. No entanto não constitui uma panaceia e tem as suas limitações. Desde logo, constituir um instrumento de visão e de orientação mas, à partida, sem suporte e garantia financeiras de execução das suas propostas; ou pelo facto desta não ser vinculativa “para cima e para baixo”, ou ainda por se afirmar como uma base de trabalho, um meio em si, e não um fim. Mas, sobretudo, porque a A21L, não obstante o seu mérito, não substitui as pessoas (vontade, capacidade, audácia, etc.) e a decisão política nos mais diversos níveis. É caso para dizer que o mérito da A21L é apenas um ponto de partida para a ação no terreno rumo à sustentabilidade, não dependendo em absoluto dela os resultados no terreno.





*PARTE IV*  
*UMA ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL*  
*DO CONCELHO DE VIANA DO ALENTEJO*

## 12. Da concretização de uma estratégia rumo ao desenvolvimento sustentável do concelho

A Agenda 21 Local de Viana do Alentejo concretiza uma estratégia para o desenvolvimento sustentável do concelho. Sustenta-se assim necessariamente nos desafios, princípios e orientações decorrentes A21L, mas metodologicamente deverá também materializar-se com base no pensamento estratégico. Antes de mais este envolve o estabelecimento de objetivos deliberados rumo a um futuro desejado, colocando-se em oposição a um modelo que se consagra na decisão do dia-a-dia, sem objetivos e uma visão clarificados e integrados e muitas vezes sem fundamentos que não os políticos. Nestas situações, como referia a CML/CESUR (2007), corre-se o risco de que qualquer um dos caminhos trilhados serem bons para não se chegar a lado nenhum.

Mas pensar e agir estrategicamente não se resume em “pensar a longo prazo”. Consiste em “escolher como lutar em função de um objetivo”, assumindo-se o mundo em permanente mudança e privilegiando a capacidade de adaptação às circunstâncias “ambientais”, externas/ou internas, que vão ocorrendo ao nível do território e da sociedade no seu todo. E, no essencial, materializa-se através de um esforço continuado e disciplinado, atento aos recursos disponíveis, conducente a atingir objetivos e prioridades assumidos, assentes numa visão prospetiva permanentemente revisitada e reajustada à realidade dinâmica.

A concretização da estratégia para o desenvolvimento sustentável do concelho de Viana do Alentejo, como se pode ver na fig. 12.1, decorre assim do corolário definido pelo “referencial balizador”, “quadro de referência estratégico”, pano de fundo e pela sensibilidade “aspirações dos actores locais”. No conjunto permitem responder às questões: o que é o concelho de Viana? O que o enquadra? Como é o seu estado de desenvolvimento atual? Que aspirações existem para o desenvolvimento futuro? O que contar para a definição de uma visão que seja realista, não obstante ambiciosa? E como poderemos lá chegar (os instrumentos).

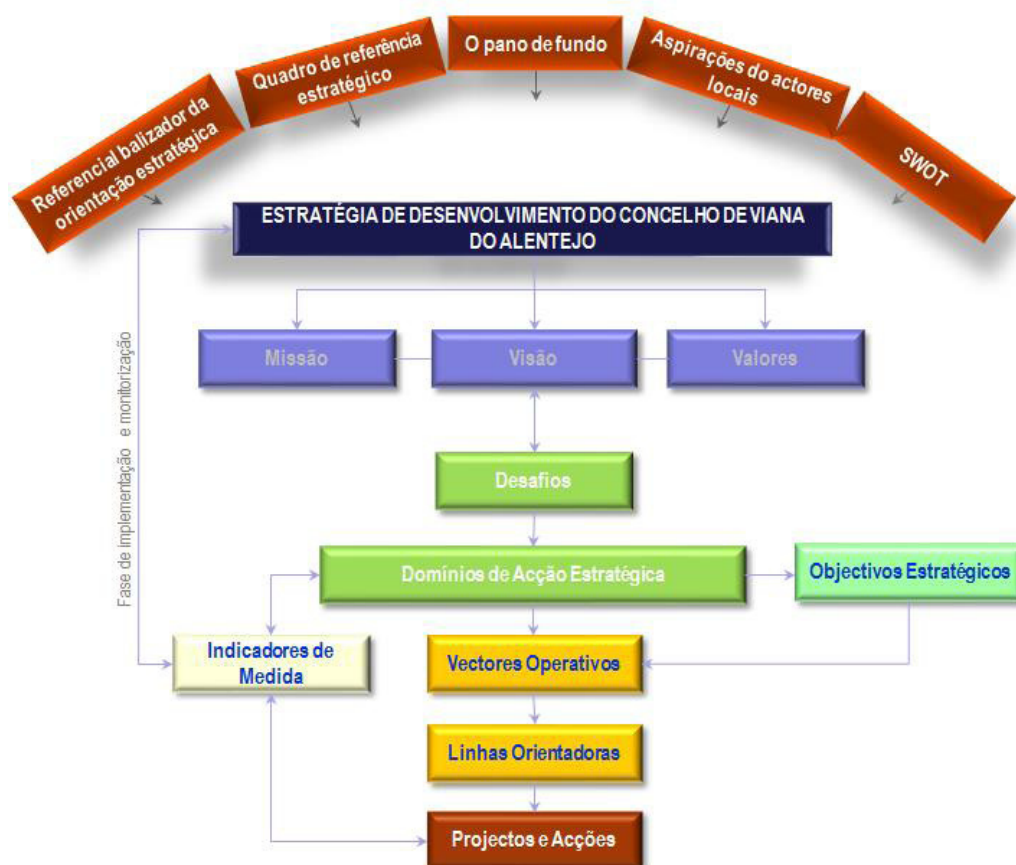


Figura 12.1 - Processo de concretização da estratégia de desenvolvimento sustentável para o concelho de Viana do Alentejo.

A estratégia consubstancia-se, pois, na clarificação de uma missão, visão e valores, e na concretização dos principais desafios que estabelecem, simultaneamente, uma relação de reciprocidade com a situação de referência e a visão. A resposta àqueles decorre com a definição dos “domínios de ação estratégica” (DAE), i.e., áreas de atuação sobre as quais deverão recair as políticas e ações rumo ao desenvolvimento sustentável. Estes são consubstanciados nos respetivos “objetivos estratégicos” que, por sua vez, são materializados em “vetores operativos/de ação” decompostos em “linhas orientadoras”, e operacionalizados através de “projetos e ações” concretos que permitirão colocar a estratégia no sentido da visão e missão assumidas. Numa fase posterior a estratégia deverá ser monitorizada, avaliada e revista, com base em indicadores de medida a concretizar na fase de implementação e a atender na fase de monitorização (figura 12.1), dando assim prosseguimento ao ciclo da sustentabilidade (vd. fig. 3.2).

### 12.1. Da missão a uma visão sustentadas em valores de referência para a concretização da estratégia de desenvolvimento sustentável.

A concretização da estratégia de desenvolvimento sustentável para concelho de Viana do Alentejo, como a figura 12.1 ilustra, implica que se assuma a clarifique objetivamente a missão e visão para o território, num horizonte temporal alargado, considerando o ano 2025 como referência.

Embora não necessariamente vinculados ao passado e ao presente a definição da missão e visão não pode ser efetuada sem a sua consideração devido à óbvia verdade de que valem por si no presente. Mas, também, não determinam o futuro. Pelo que para serem ambiciosos e simultaneamente realistas, resultam de um compromisso entre o enquadramento do passado e presente e de uma vontade prospetiva que lança no futuro as raízes de ação do presente.

#### A missão para o concelho de Viana do Alentejo.

A missão é o elemento chave na estratégia, constituindo um compromisso prévio da mesma já que concretiza a razão de ser do concelho, i.e., clarifica a razão da sua existência de forma tão simples e objetiva quanto possível, devendo igualmente ser inspiradora.

A MISSÃO que se declara para Viana do Alentejo sustenta que:

“Viana do Alentejo é um concelho bem localizado, relativamente próximo de Lisboa e adjacente a Évora, potenciador das suas gentes e valorizador dos seus recursos e produtos genuínos, oferecendo um espaço urbano de qualidade, inclusivo e sustentável, pautado por elementos patrimoniais e espaços públicos singulares, dotado de uma oferta de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos qualificados, onde se inspira a vontade de viver e visitar”.

#### A visão para o concelho de Viana do Alentejo.

A visão projeta uma “grande imagem” do que se pretende que o concelho venha a ser (o que deseja ser) no horizonte temporal considerado. Deve assim ser inspiradora para acompanhar o desígnio que a missão impõe, desafiadora e facilmente apreensível pelos diferentes atores. Inspirando-nos no contacto com o território e nos atores locais, concretiza-se assim uma visão para Viana do Alentejo.

A VISÃO consagra que:

“O concelho de Viana do Alentejo inspira a vontade de viver e visitar oferecendo a todos uma elevada qualidade de vida, é inclusivo e sustentável, marcado por um património singular e infraestruturas, equipamentos e serviços elementares e qualificados e assenta numa base económica especializada baseada na genuinidade dos seus produtos e potencialidade dos seus recursos e reforçada pelo associativismo, tendo na educação e formação para todos (ao longo da vida) e na procura da equidade e coesão social um forte pilar”.

### Os valores no processo de desenvolvimento sustentável.

Os valores são o pilar de fundo que sustenta a nossa ação, ou como anotava SANTOS (2006), são princípios intemporais que guiam uma pessoa ou uma comunidade. Representam as crenças mais profundas, demonstradas através do comportamento desses atores no dia-a-dia e, por isso, constituem “uma proclamação aberta sobre o que se espera do comportamento de todos os seus elementos” (SANTOS, 2006). É, por isso, fundamental, na definição de uma estratégia de ação para o desenvolvimento, que os atores se encontrem alinhados e sejam persistentes no seu comportamento e atitude diários, no intuito de se rumar apenas no sentido definido: a visão.

“Bebendo do espírito” da comunidade e do território são nomeados 6 valores fundamentais para o desenvolvimento do concelho:

- 1 . Ambição: em valorizar-se, potenciando os seus recursos e produtos locais, e através da melhoria da sua imagem e autenticidade, bem como do modelo de governança e do seu desempenho económico, social e ambiental;
- 2 . Esperança: nas políticas de desenvolvimento local, mais inovadoras, ambiciosas e eficientes, e nas pessoas e na sua capacidade e vontade de mobilizar-se rumo ao desenvolvimento sustentável do concelho;
- 3 . Cidadania: fomentada através de um modelo de governância e de desenvolvimento local, próximo, inclusivo, participado, célere e transparente;
- 4 . Solidariedade: inter-geracional e social;
- 5 . Autenticidade: das pessoas e dos produtos, bem como na promoção dos seus produtos e recursos naturais e patrimoniais;
- 6 . Acolhimento: de iniciativas e ideias para o desenvolvimento local e em interessados em residir ou visitar, promovendo para isso as condições que fomentem a atratividade.

## 13. Estratégia de desenvolvimento sustentável do concelho. Dos desafios e domínios de ação aos projetos rumo à sustentabilidade

### 13.1. Os desafios.

A anteceder e antecipar a orientação estratégica de fundo que se preconiza para o concelho de Viana do Alentejo, que é afirmada pelos “domínios de ação estratégica”, operacionalizados através de “projetos e ações”, como a figura 13.1 permite verificar, somos impelidos a projetar a “imagem” sobre os principais fatores críticos de desenvolvimento que o concelho enfrenta. Estes fatores designamo-los por “desafios”, ou seja, as condições que impõem a interrogação sobre o status quo e que, simultaneamente, obrigam a uma necessária mobilização, audácia e compromisso para os enfrentar e mudar a realidade atual do desenvolvimento de Viana do Alentejo, nomeadamente:

- 1 . Reter e captar população para Viana do Alentejo;



- 2 . Atenuar e combater bolsas de pobreza e fenómenos de exclusão social (fomentar o combate ao isolamento da população idosa)
- 3 . Revitalizar o tecido económico tendo por base a qualificação da base económica, a valorização dos recursos locais e das atividades/setores com tradição e capacidade de se afirmarem num contexto supralocal e a diversificação e valorização da base económica;
- 4 . Requalificar e dignificar as áreas urbanas, recuperando o edificado e valorizando o espaço público;
- 5 . Recuperar, salvaguardar e valorizar o património histórico-cultural e arquitetónico;
- 6 . Projetar a imagem do concelho pelos seus produtos de excelência e genuínos, e pela riqueza do seu património;
- 7 . Afirmer uma nova forma de governância, potenciando a participação da comunidade no desenvolvimento local;
- 8 . Aumentar a área de influência, nomeadamente, sobre Évora.

Para responder a estes grandes desafios são então concretizados as áreas preferenciais de atuação para o desenvolvimento sustentável do concelho que designamos por “domínios de ação estratégica” (DAE).

### 13.2. Os domínios de ação estratégica.

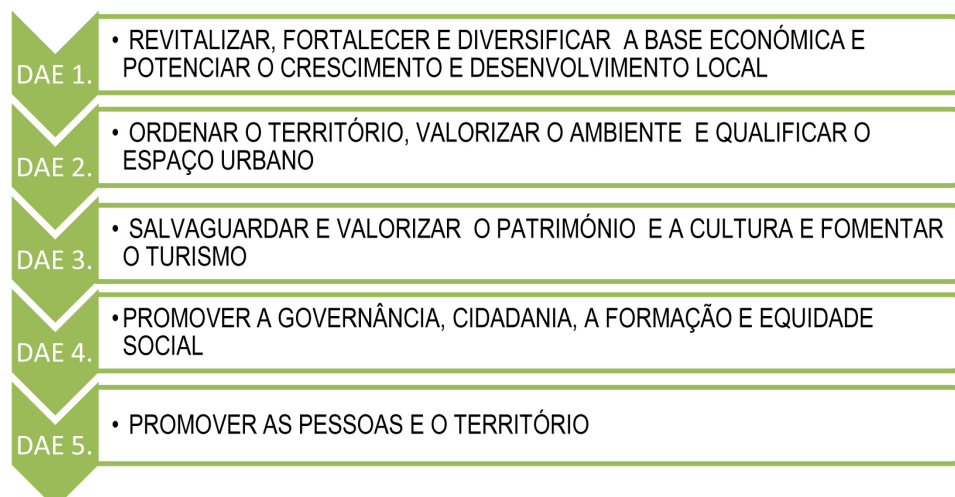


Figura 13.1 - Domínios de ação estratégica.

Os “domínios de ação estratégica” são 5 no total, como a figura 13.1, permite verificar.

Entende-se que a atenção a estes, orientada por uma política coordenada no tempo e no espaço, permitirá introduzir uma dinâmica no concelho que potenciará indubitavelmente a sua centralidade, competitividade e atratividade no contexto regional, e sobretudo ancorará o concelho nos princípios que estão subjacentes aos princípios e orientações da A21 e da sustentabilidade. Passaremos à análise de cada um em particular, salientando que atendendo aos vetores de ação definidos e respetivas linhas orientadoras, os projetos e ações enunciados não estão esgotados, constituindo apenas aqueles que ao momento nos parecem mais relevantes para potenciar o desenvolvimento sustentável e incrementar uma atitude crítica em relação ao estado de desenvolvimento do concelho.

### Domínio de ação estratégica 1.

#### Revitalizar, fortalecer e diversificar a base económica e potenciar o crescimento e desenvolvimento local

Constatou-se, da análise efetuada, que uma das fraquezas do concelho é o baixo dinamismo económico, fundado em atividades de baixo valor acrescentado, serviços, e de um modo geral pouco qualificados. Não são assim potenciadores de um concelho economicamente competitivo. Impõe-se assim a necessidade de responder a 2 objetivos estratégicos principais:

#### Objetivo estratégico 1.1. qualificar e diversificar a base económica.

VETORES DE AÇÃO	LINHAS ORIENTADORAS	PROJETOS OU AÇÕES
<b>Modernização de serviços de estabelecimentos comerciais</b>	a. Aposta nas TIC para divulgação e comercialização;	1. Portal de negócios de Viana do Alentejo (produtos e serviços);
	b. Melhoria no atendimento;	2. Certificação de qualidade de estabelecimentos;
	c. Apostar em produtos genuínos do concelho e região no segmento alimentar;	3. Programa de formação em atendimento;
	d. Apostar em produtos de vanguarda e especialização;	4. Programa de formação em práticas de marketing comercial;
	e. Tornar os espaços e estabelecimentos mais visíveis e atrativos;	5. Compromisso com as empresas de fazer separação e deposição seletiva dos lixos;
	f. Renovar a arquitetura interior;	6. Formação orientada para liderança, motivação e gestão do tempo e da qualidade;
	g. Renovar o mobiliário interior e exterior;	7. Prémio de reconhecimento para a melhor renovação de estabelecimento comercial (restauração ou hotelaria ou outro);
	h. Potenciar a eficiência energética e a utilização de água dos edifícios;	8. Criar programa de apoio à renovação de espaços comerciais;
<b>Adaptação da gestão</b>	a. Apoio nas TIC;	9. Formação básica orientada sobre o alcance e técnicas de avaliação do desempenho;
	b. Avaliar possibilidades de gestão e trabalho em rede e parceria;	10. Formação orientada para liderança, motivação e gestão do tempo e da qualidade para as pequenas empresas;
	c. Potenciar o associativismo ou cooperativismo com modelos de gestão adaptados à atualidade por forma a promover ganhos de escala e de oportunidade;	
	d. Práticas de avaliação do desempenho;	
	e. Aproveitar sinergias de proximidade;	
<b>Aposta na criação de instrumentos e espaços que promovam o empreendedorismo e a emergência de novos produtos e serviços</b>	a. Assumir o <b>turismo</b> como um importante setor para o desenvolvimento do concelho;	11. Criação de um <b>gabinete de apoio ao empresário</b>
	b. Apostar no setor <b>industrial</b> criando condições em termos de Instrumentos de Gestão Territorial, marketing territorial e incentivos para atrair investimento;	12. Estudar a melhor localização para áreas de localização empresarial e industrial, incluindo para acolher pequenas e médias empresas, verificando a possibilidade de instalar uma grande área localização empresarial inter-freguesias (Viana-Aguiar)
	c. Explorar a <b>proximidade da Embraer</b> e empresas e negócios que estimulará;	13. Ampliar e qualificar os “espaços industriais” existentes;
	d. Incentivar o investimento industrial a jusante do setor agrícola e agro-florestal;	
	e. Reordenar e potenciar os “espaços industriais e áreas de localização empresarial;	

## Objetivo estratégico 1.2. valorizar e promover os produtos locais.

VETORES DE AÇÃO	LINHAS ORIENTADORAS	PROJETOS OU AÇÕES
Criar uma fileira de produtos agrícolas locais de qualidade	a. Revitalizar o <b>setor agrícola</b> (produção de hortícolas) e <b>agropecuária (bovinos, ovinos e caprinos), silvicultura, olivicultura, vinicultura e apicultura;</b>	1. Criar uma cooperativa (ou afim) agropecuário que promova parceiras, potencie o emparcelamento e ganhos de escala para uma produção intensiva;
		2. Fomentar a profissionalização da produção biológica ( <b>hortícolas, leite, queijo, carne, mel, azeite, pimentão</b> );
Valorizar e promover os produtos locais tradicionais e genuínos	a. Potenciar e valorizar a <b>arte chocalheira</b> e os <b>chocalhos</b> ;	3. Certificar a <b>qualidade de processos e produtos</b> locais ( <b>hortícolas, leite, queijo, carne, mel, azeite, pimentão</b> );
	b. Criar instrumentos e mecanismos que dinamizem a <b>olaria de Viana</b> projetem no país e ao nível internacional a sua imagem;	4. Certificar a <b>origem</b> (Denominação de Origem, ou afim) dos produtos;
	c. Projetar no país a massa de <b>pimentão</b> como produto de excelência e genuíno;	5. <b>Inovar</b> na produção e projeção dos chocalhos;
	d. Avaliar o potencial de revitalização da extração de <b>mármore de Viana</b> ;	6. <b>Certificar os chocalhos</b> e a arte chocalheira;
		7. Criar um <b>museu vivo do chocalho</b> e da <b>arte chocalheira</b> ;
		8. Protocolar com Universidades a avaliação do <b>potencial de utilização dos “mármore de Viana”</b> ;
Criar estruturas que estimulem a produção, promoção e comercialização dos produtos locais	a. Criar instrumentos, meios e espaços que contribuam para a projeção e comercialização dos diversos produtos;	9. Criar uma <b>associação de produtores</b> de Viana
		10. Criar um centro de negócios multifuncional: exposição, distribuição e comercialização ( <b>mercado local</b> ) e venda de produtos locais;
		11. Envidar fortes e agressivas campanhas de promoção dos produtos locais;
		12. Criar uma <b>loja virtual</b> para a divulgação e comercialização dos produtos locais ( <b>webizar o comércio</b> );
		13. Envidar esforços para <b>integrar Viana no perímetro de rega do Alqueva</b> ;
		14. Promover a realização de um <b>fórum</b> (bianual) <b>de empresários agrícolas</b> (e outros) da região/país, apresentar boas práticas, discutir estratégias, cimentar parcerias, etc.;

### Domínio de ação estratégica 2.

#### Ordenar o território, valorizar o ambiente e qualificar o espaço urbano

##### Objetivo estratégico 2.1.

##### Promover o equilíbrio e o policentrismo da rede urbana e a valorização ambiental do espaço.

VETORES DE AÇÃO	LINHAS ORIENTADORAS	PROJETOS OU AÇÕES
Promoção e salvaguarda do equilíbrio do sistema territorial e valorização dos recursos naturais	a. Privilegiar a manutenção do sistema de povoamento concentrado;	1. Elaborar a revisão do PDM privilegiando a manutenção do sistema de povoamento e a homogeneização das malhas urbanas;
	b. Desincentivar o povoamento disperso ou intercalar;	2. Elaborar planos de Urbanização para as sedes de freguesia;
	c. Manter a uniformidade dos perímetros urbanos, privilegiando a ocupação dos espaços intersticiais;	3. Preservação dos valores ambientais da Serra de Viana;
	d. Procurar complementaridades funcionais;	4. Recuperação ambiental e paisagística das pedreiras esgotadas;
	e. Aproveitar otimizar recursos através do aproveitamento de sinergias de proximidade;	5. Aproveitamento e valorização da estação de caminhos de ferro (estudo, projeto);
	f. Promover a coesão territorial;	6. Melhoria do sistema de limpeza urbana (espaços públicos, incluindo vias) nas sedes de freguesia;
	g. Articular o sistema rural-urbano;	7. Elaborar cartografia de suscetibilidade e riscos naturais e antrópicos para o concelho;
	h. Consolidar contiguidades urbanas;	8. Campanha de sensibilização, junto da comunidade e atores locais, visando a redução do consumo energético e água;
	i. Promover a economia do solo;	9. Incentivos locais e campanhas de sensibilização ao aproveitamento da energia solar;
	j. Gerir de forma sustentável os recursos naturais;	
	k. Prevenir “riscos” naturais e antrópicos e proteger a paisagem;	
Qualificar, dignificar e valorizar o espaço urbano	a. Reabilitar e qualificar o edificado;	10. Elaborar planos e projetos orientadores da reabilitação urbana das sedes de freguesia, com enfoque especial sobre os “centros históricos”;
	b. Reabilitar, qualificar e valorizar o espaço público;	11. Criar um programa de apoio e/ou incentivos à reabilitação urbana, tendo e.g. temáticas específicas: fachadas, pátios/logradouros orientados para espaços públicos, cobertura (substituição de materiais menos nobres), edifícios devolutos;
	c. Dignificar os elementos urbanos identitários;	12. Plano de reconversão de imóveis devolutos;
		13. Estabelecer parcerias público-privadas ou privado-privadas para apoiar a reabilitação urbana;
		14. Sobretaxar imóveis devolutos, tendo em vista incentivar a sua reabilitação ou venda;
		15. Lançar concursos de ideias para reabilitações dos espaços públicos específicos;
		16. Requalificação e <b>valorização dos jardins e outros espaços públicos</b> identitários e de socialização: i. Jardim do Rossio (Viana) ii. Jardim das Conchas (Alcáçovas); iii. Largo da Gamita (Alcáçovas);
		17. Dignificar áreas degradadas e/ou subaproveitadas, <b>criando novos espaços verdes</b> , dedicados ao ócio, lazer e desporto recreativo;
		18. Estudar e diligenciar sobre a instalação em Viana do Alentejo de um centro desportivo de alto rendimento, incluindo desportos adaptados;
		19. Requalificar e dignificar as entradas de Viana do Alentejo e Alcáçovas prioritariamente;

		20. Renovar a rede de <b>infraestruturas de abastecimento de água</b> mais antiga e degradada ou mais perigosa para a saúde pública.
Instigar a uma cultura de desenvolvimento territorial apoiada em parcerias	a. Promoção de parcerias público-públicas e trabalho em rede;	21. Elaborar um plano estratégico de desenvolvimento intermunicipal;
		22. Explorar sinergias e parcerias para a implementação de ações de desenvolvimento concretas a prazo (e.g., na área da produção, certificação, imagem, áreas industriais);

## Objetivo estratégico 2.2.

### Promover um espaço inclusivo e dotado de infraestruturas e equipamentos de excelência.

VETORES DE AÇÃO	LINHAS ORIENTADORAS	PROJETOS OU AÇÕES
Promover a oferta de equipamentos coletivos e redes de infraestruturas urbanas de excelência	a. Garantir a cobertura territorial com infraestruturas básicas (abastecimento de águas, esgotos, pluviais, energia elétrica, rede de internet);	1. Renovar a rede de <b>infraestruturas de abastecimento de água</b> mais antiga e degradada ou que ofereça algum tipo de perigo para a saúde pública;
	b. Qualificar as redes existentes (sobretudo de águas e recolha de lixos) otimizando o seu desempenho;	2. Promover a <b>total cobertura</b> do concelho com a <b>rede de água, esgotos e eletricidade</b> ;
	c. Garantir uma eficaz e eficiente gestão da limpeza urbana;	3. Promover a total cobertura das sedes de freguesia com rede de internet wireless;
	d. Garantir uma oferta de equipamentos coletivos superiores e equilibrada no território (de saúde, desporto, recreativos, culturais, etc.);	4. Melhoria do sistema de limpeza urbana (espaços públicos, incluindo vias);
	e. Promover a otimização dos equipamentos coletivos existentes;	5. Requalificar, aproveitar e valorizar a estação CF (estudo, projeto) para equipamento coletivo;
Promover as acessibilidades e mobilidade para todos	a. Tornar o concelho, com enfoque sobre os espaços urbanos, inclusivo;	6. Lançar uma campanha de planos/estudos e projetos de execução tendo em vista promover em todas as sedes de freguesia (espaço público e edifícios públicos) as <b>acessibilidades e mobilidade para todos</b> com base na abordagem do <i>design for all</i> (barreiras físicas, sociais, de comunicação, acesso a serviços, etc.);
	b. Promover as acessibilidades e mobilidade para todos, numa lógica do design for all, nos espaços públicos e privados, servindo de exemplo de boas práticas;	7. Estudo de <b>reordenamento do tráfego e circulação</b> (rodoviária, clicável, pedonal) nas sedes de freguesia, associando a alteração da funcionalidade das vias. Neste, entre outros, conceber: <ul style="list-style-type: none"> <li>a. uma <b>rede de ciclovias</b>, especialmente entre as escolas e o centro das localidades, dando prioridades ao caso da Escola Secundária de Viana;</li> <li>b. <b>tornar as ruas mais pedonais</b>, segregadas total ou parcialmente ao trânsito automóvel;</li> </ul>
	c. Promover a mobilidade suave e uma cultura de mobilidade sustentável;	8. Projetar e construir um <b>parque de estacionamento estratégico</b> , com parqueamento de pesados, em Viana;
	d. Ordenar o tráfego nas sedes de freguesia;	9. <b>Qualificar</b> em termos paisagísticos e funcionais o parque de estacionamento junto do cineteatro em Viana;
	e. Promover a beneficiação da rede viária;	10. Rever e completar a <b>numeração de polícia</b> do concelho;
	f. Promover a otimização da utilização do carro;	11. Rever e completar a <b>toponímia de arruamentos</b> no concelho, em particular nas sedes de freguesia;
	g. Aferir alternativas para minimizar a presença do tráfego de passagem no interior das sedes de freguesia (espaço urbano);	12. Promover uma revisão geral da sinalética do concelho (orientadora e de trânsito), utilizando no caso da sinalética orientadora <b>placas tipificadas</b> ;
	h. Minimizar a presença do carro no espaço urbano;	13. Reforçar o <b>serviços de transportes públicos</b> internos (inter-freguesias) e de ligação a Évora, instigando à utilização de veículos adaptados à procura, amigos do ambiente e acessíveis a todos;
	i. Promover a utilização do transporte público para deslocações pendulares;	14. Criar um serviço de <b>transporte</b> permanente de apoio a <b>idosos</b> (avaliar a possibilidade de parcerias público-privadas)

	j. Promover a disseminação do acesso às TIC como veículo de comunicação;	15. Construir uma via circular a Viana do Alentejo;
	k. Potenciar uma administração acessível;	16. <b>Beneficiação</b> dos arruamentos nas sedes de freguesia;
		17. Beneficiação das vias em pior estado;
		18. Garantir a melhor localização do nó de acesso do IC33 a Viana;
		19. Criar um miradouro acessível na Serra de Viana;
		20. Criar serviços acessíveis (e-governement, mobiliário, equipamentos de apoio)

### Domínio de ação estratégica 3.

#### Salvaguardar e valorizar o património, a cultura e fomentar o turismo

##### Objetivo estratégico 3.1.

#### Requalificar e valorizar o património arqueológico, arquitectónico e natural.

VETORES DE AÇÃO	LINHAS ORIENTADORAS	PROJETOS OU AÇÕES
Identificar o património material e imaterial existente e com potencial	a. Proceder ao inventário e caracterização dos elementos histórico-arqueológicos, arquitectónicos e naturais do concelho com potencial valor patrimonial;	1. Elaborar <b>carta(s) do património histórico-arqueológico e arquitectónico e natural</b> do concelho;
		2. Proceder a uma classificação potencial dos diversos elementos;
		3. Criar uma base de dados georreferenciada do património;
Salvaguardar, requalificar e valorizar os diversos elementos patrimoniais	a. Promover a classificação dos diversos elementos;	4. Diligenciar para a classificação dos elementos patrimoniais;
	b. Diligenciar sobre a requalificação do património;	5. Promover a requalificação, dignificação e valorização dos elementos patrimoniais: obras de requalificação e valorização, lançamento de concursos de ideias para a elaboração de projetos, apoios/parcerias público-privadas para o caso de património privado, benefícios fiscais ou outros para quem contribua para o objetivo, prémios para iniciativas, projetos ou obras;
		6. Promover a iluminação do castelo em particular e do centro histórico de Viana;
		7. Promover o enquadramento e valorização dos <b>chafarizes e fontanários</b> de Viana;
		8. Requalificar e valorizar com prioridade: <ul style="list-style-type: none"> <li>a. o Paço dos Henriques</li> <li>b. o Santuário da Sr.ª D'Aires e envolvente (com eventual prospeção arqueológica);</li> <li>c. a área envolvente à Anta de Aguiar;</li> <li>d. Ermida Sr. da Pedra;</li> <li>e. a Ermida de São Geraldo;</li> <li>f. o Poço Novo e envolvente;</li> <li>g. o Convento da Nossa Senhora da Esperança.</li> </ul>

## Objetivo estratégico 3.2.

### Potenciar e promover o património genuíno e indentitário, a história, a cultura e identidade local.

VETORES DE AÇÃO	LINHAS ORIENTADORAS	PROJETOS OU AÇÕES
<b>Valorizar o legado histórico do concelho de Viana do Alentejo</b> <b>Potenciar os elementos patrimoniais de forte cariz identitário: o chocalho, a arte chocalheira, a olaria, a Sra. D'Áires</b>	a. Promover o concelho com base no legado para a globalização deixado pelo tratado de Alcáçovas-Toledo (em Alcáçovas);	1. Reviver e recriar, em feira, mercado medievá ou teatro medieval interativo com o público, o momento da assinatura do "Tratado de Alcáçovas-Toledo", explorando, nomeadamente: i. a razão do local da assinatura (Alcáçovas); ii. o contexto histórico da assinatura; iii. o marco e o contributo do tratado para a globalização;
	b. Valorizar "Viana na rota da transumância"	2. Promover uma gemação com Espanha-Toledo
<b>Potenciar os elementos patrimoniais de forte cariz identitário: o chocalho, a arte chocalheira, a olaria, a Sra. D'Áires</b>	a. Potenciar o chocalho e a arte chocalheira;	3. Criar um <b>museu ou centro de interpretação</b> vivo do <b>chocalho</b> ;
	b. Expandir a olaria;	4. Criar uma <b>escola tradicional</b> , eventualmente associada ao centro de interpretação, do chocalho
		5. Fomentar a criação de um <b>centro de produção oleira</b> , eventualmente, com a criação de parcerias privado-privadas e público-privadas (ou em alternativa um <b>centro polivalente de artesanato</b> , para produção, divulgação, interpretação do chocalho e olaria: um espaço conjunto);  6. Criar uma <b>janela virtual</b> para divulgação e venda do chocalho, da arte chocalheira e da olaria de Viana, da renda e crochet;
<b>Promover e valorizar do ponto de vista turístico, a cultura, o património construído e a identidade local</b>	a. Criar instrumentos específicos de promoção e valorização do património e cultura	7. Elaborar uma carta turística do concelho;
	b. Criar instrumentos e condições que potenciem o turismo e a atividade turísticas como instrumento do desenvolvimento sustentável;	8. Elaborar uma carta turística de grande escala para as sedes de freguesia de Viana e Alcáçovas;
	c. Promover o turismo acessível e sustentável;	9. Criar roteiros turísticos com referências ao património, aos eventos, aos espaços culturais;
	d. Garantir uma oferta de alojamento qualificada e diversificada;	10. Desenvolver campanhas de marketing que divulguem e potenciem a Nª Sra. D'Áires;
		11. Elaborar um <b>plano ou projeto municipal</b> (e/ou intermunicipal) <b>para o desenvolvimento do turismo acessível e sustentável</b> , potenciando a criação de uma rede turística regional;
		12. Qualificar a oferta turística com a reabilitação e valorização do alojamento existente e da restauração: sensibilização, recuperação dos edifícios e do mobiliário, captar novos investidores, eventualmente, nas cadeias hoteleiras;
		13. Criar um <b>hotel ou uma pousada</b> acessível, a preços acessíveis;
	14. Aproveitar sinergias de proximidade para potenciar a oferta de alojamento (e.g., parceria com Pousada de Alvito);	
	15. <b>Musealizar o Castelo de Viana</b> ;	
	16. Construir um <b>parque de campismo</b> ;	
	17. Criar uma estação de <b>autocaravanismo</b> e inscrevê-las nas rotas;	

### Domínio de ação estratégica 4.

#### Fomentar a governância, cidadania, a formação e a equidade social

##### Objetivo estratégico 4.1.

##### Promover a governância e cidadania.

VETORES DE AÇÃO	LINHAS ORIENTADORAS	PROJETOS OU AÇÕES
<b>Aproximar a população da decisão e da definição de soluções para o desenvolvimento</b>	a. Criar instrumentos de governância e cidadania;	1. Promover, como princípio, momentos de participação e auscultação dos stakeholders (fora de auscultação pública) no processo de desenvolvimento (da estratégia aos projetos específicos);
	b. Tornar mais transparente e célere a decisão;	2. Desenvolver um sistema de gestão de informação direcionado para os serviços do município específicos (e.g., obras municipais, sinalética, património, proteção civil, “gestão” dos PMOT’s, etc.) e para o exterior apoiado, nomeadamente, nos Sistemas de Informação Geografia (consulta dos IGT, espaços industriais, localização de serviços autárquicos ou outros, etc.);
	c. Fomentar a decisão concertada (coresponsabilidade na decisão);	3. Disponibilizar permanentemente um espaço de questões/sugestões no site do município, que garanta uma resposta;
	d. Fomentar uma cultura de participação nos estudos e ações de desenvolvimento (participação não apenas na tomada de decisão);	4. Estimular a criação de grupos de ação setoriais para a sustentabilidade (Grupos de ação 21);
	e. Desburocratizar e simplificar processos e procedimentos;	

##### Objetivo estratégico 4.2.

##### Promover a saúde e garantir a equidade social.

VETORES DE AÇÃO	LINHAS ORIENTADORAS	PROJETOS OU AÇÕES
<b>Assegurar os meios que promovam a saúde e coesão social</b>	a. Melhorar serviços de saúde;	1. Melhorar o funcionamento do centro de saúde e extensões: atendimento, permanência de profissionais, urgências;
	b. Fomentar uma maior proteção social;	2. Criar serviços ambulatoriais e de cuidados continuados;
	c. Aproximar os profissionais de saúde à população;	3. Criar um serviço integrado de resposta à saúde, pobreza, isolamento e exclusão social;
<b>Fomentar as parcerias para o apoio social</b>		4. Criação de um centro de acolhimento de idosos (centro de dia; lar 3.ª idade);
	a. Criar instrumentos que promovam sinergias entre atores sociais;	5. Criar uma bolsa de voluntariado para apoio à saúde, isolamento e exclusão social;
<b>Desenvolver programas de inclusão social</b>		6. Estabelecer parcerias com entidades de apoio social (e.g., Caritas, ou outros);
	a. Instrumento de apoio às famílias carenciadas e de acesso a uma habitação;	7. Criar um programa de apoio às famílias mais desfavorecidas;
		8. Criar um programa de apoio e incentivo ao arrendamento social;



## Domínio de ação estratégica 5. Promover as pessoas e o território

### Objetivo estratégico 5.1. Potenciar e valorizar as pessoas.

VETORES DE AÇÃO	LINHAS ORIENTADORAS	PROJETOS OU AÇÕES
Criar instrumentos e mecanismos conducentes à qualificação da população	a. Qualificar os atores locais (comerciantes, industriais, funcionários públicos, outros)	1. Criar condições para formação ao longo da vida com: i. a criação de um centro de educação e formação ao longo da vida; ii. a promoção de uma parceria com IEFP instalado em Évora usufruindo das instalações que estão a ser criadas com a instalação da Embraer;
	b. Promover a educação e <b>formação para todos ao longo da vida;</b>	2. Criação de uma escola agrícola (centro de inovação agrícola);
		3. Procurar fomentar o desenvolvimento de escolas modelo ao nível pedagógico e ambiental;
		4. Criar uma escola de artes e ofícios tradicionais;

### Objetivo estratégico 5.2. Promover e valorizar o território.

VETORES DE AÇÃO	LINHAS ORIENTADORAS	PROJETOS OU AÇÕES
Criar instrumentos de promoção e valorização do concelho	a. Criar e promover a imagem do concelho;	1. Elaborar um plano de marketing territorial;
	b. Projetar e valorizar o território tendo por base o património, os produtos locais genuínos e o legado histórico;	2. Desenvolver campanhas de promoção do concelho a nível nacional e internacional, valorizando a riqueza patrimonial, os produtos genuínos e o legado histórico;
	c. Criar eventos que projetem a imagem de dinamismo e sustentabilidade do concelho;	3. Criar uma imagem para o concelho ancorada no património, recursos locais (espaço, terreno agrícolas, disponibilidade de água, sol), produtos genuínos e legado histórico;
		4. Criar uma imagem e símbolo para os produtos de origem, qualidade e genuinidade; 5. Certificar os produtos de origem, qualidade e genuinidade;
Estimular e apoiar a criação de uma rede de ensino e de inovação ligada ao potencial de utilização dos recursos regionais e locais		6. Criação de uma escola agrícola (centro de inovação agrícola);
		7. Criar uma escola de artes e ofícios tradicionais;



*PARTE V*  
*UM QUADRO OPERACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL*  
*DO CONCELHO DE VIANA DO ALENTEJO*

## 14. Um sistema de monitorização e avaliação

Na essência da definição de uma estratégia de ação é ponto focal a definição de uma missão e visão, para a qual concorrem projetos e ações a materializar no terreno. São estes, com efeito, que colocam a estratégia no sentido da missão e visão assumidas. Contudo, se não for monitorizada, avaliada e controlada, não é possível aferir o seu desempenho da implementação da estratégia no terreno, ou seja, a sua eficácia e eficiência, ou noutras palavras, os seus resultados práticos. É por essa razão que o ciclo da sustentabilidade (vd. figura 3.2) tem como uma das suas partes a “monitorização e verificação”. É também nesse sentido que CALDEIRA (S/D) assume a dinâmica do processo de implementação da estratégia como se pode ver na vd. figura 15.1.



Figura 14.1 - Dinâmica-processo da implementação da estratégia.

Da monitorização e avaliação poderá assim depender o sucesso da implementação, no tempo e no espaço, de uma estratégia de desenvolvimento, como é o caso daquela que é assumida no âmbito da A21L de VA.

Como tal, para a implementação da A21L\_VA, é fundamental assumir um sistema de monitorização e avaliação. Lança-se como hipótese a possibilidade de desenvolver uma metodologia de abordagem inspirada ou adaptada no conceito do balanced scorecard (BSC) KAPLAN e NORTON (1996, 2001, 2004 e 2006). Consiste num modelo de abordagem sistematizado com vista a simplificar, comunicar e alinhar a estratégia com a organização que a promove, ligá-la ao plano orçamental e garantir a mensuração da sua eficácia, sendo a mesma concretizada através de um “mapa estratégico” (vd. e.g., ob. cit., KATHY HO e LILIAN CHAN, 2002, RUSSO, 2006). A abordagem do BSC, na forma como sistematiza a estratégia e a simplifica enquanto processo, permitindo alinhar OBJETIVOS ou perceber as relações entre si, e entre estes e as diversas perspectivas assumidas tradicionalmente (ou adaptada) e também com o plano orçamental, complementado com a construção dos mapas estratégicos (KAPLAN, e NORTON, 2004), faz assim dela uma forte abordagem para a implementação da estratégia.

Em alternativa ao BSC, preconiza-se uma abordagem simples e por isso mais limitada que aquela, alicerçada numa matriz que avalie, por cada DAE:

- 1 . a concretização no terreno das ações/projetos estratégicos assumidos;
- 2 . o desempenho de indicadores de sustentabilidade pré-definidos.

De acordo com a figura 15.2, esta monitorização deverá ocorrer em ciclos intercalares anuais, com a elaboração de relatórios de ponderação e orientação, devendo a reavaliação global da estratégia ser equacionada em períodos trianuais.

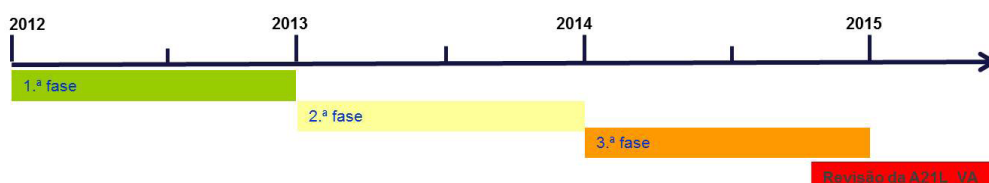


Figura 14.2 - Fases de monitorização da Agenda 21 Local de Viana do Alentejo.

De modo a garantir um continuado processo de monitorização e avaliação de implementação da estratégia, optou-se por propor alguns indicadores de desempenho desta por cada DAE em relação a cada objetivo estratégico (OE) (quadro 15.1).

Contudo, enquanto para uns indicadores é possível propor uma unidade de medida que permitirá a sua avaliação no período de tempo considerado, nomeadamente no que concerne ao primeiro indicador de cada OE, para outros, aponta-se apenas um objetivo tendendo a produzir-se uma situação de referência com base na qual a posterior será possível apontar uma unidade de medida, refazendo o indicador. Ou seja, e.g., para o indicador “n.º cidadãos envolvidos por ano” (indicador 3 do OE1.1), no primeiro ano será apenas necessário produzir essa contabilização, sendo que no segundo ano e posteriores, depois de haver uma situação de referência, já será possível propor o aumento dessa participação em 10%. O indicador poderá também ocorrer pela negativa, i.e., pretendendo-se que diminua. Deixa-se a título de exemplo o indicador 11 do OE 2.1 (% de edifícios degradados por perímetro urbano), preconizando-se para este que, depois de contabilizados os edifícios degradados por cada perímetro urbano, o indicador seja feito de modo a atribuir uma unidade de medida para a avaliação anual deste indicador (e.g., reduzir 2% por ano o n.º de edifícios degradados ou, de outro modo, recuperar 2 edifícios por ano).

O processo de implementação da A21L\_VA deverá pois atender à necessidade de completar e ajustar os indicadores propostos, revendo eventualmente alguns (quadro 15.1).

## DAE 1. Revitalizar, fortalecer e diversificar a base económica e potenciar o crescimento e desenvolvimento local

### Objetivo estratégico 1.1.

#### Qualificar e diversificar a base económica.

INDICADOR	OBJETIVO	RESULTADO
1. Projetos/ações desenvolvidos pelo OE	Realizar no mínimo 10% de projetos/ações por ano	
2. Estabelecimentos com certificação de qualidade	N.º de estabelecimentos com certificação de qualidade: 3 em 3 anos	
3. Cidadãos envolvidos na implementação de projetos neste objetivo	N.º de cidadãos envolvidos por ano	
4. Propostas de atores locais formais para o desenvolvimento e sustentabilidade	N.º de propostas por ano	
5. Empresas instaladas no concelho	N.º de novos estabelecimentos por ano	

### Objetivo estratégico 1.2.

#### Valorizar e promover os produtos locais.

INDICADOR	OBJETIVO	RESULTADO
1. Projetos/ações desenvolvidos	Realizar no mínimo 10% de projetos/ações num ano	
2. Campanhas ou ações de promoção dos produtos locais	N.º de campanhas/ações por ano	
3. Protocolos de cooperação para a agricultura	N.º de protocolos ou afins por ano	
4. Área com uso agrícola	Área (ha) com uso agrícola	

### DAE 2. Ordenar o território, valorizar o ambiente e qualificar o espaço urbano

#### Objetivo estratégico 2.1.

Promover o equilíbrio e o policentrismo da rede urbana e a qualificação ambiental do espaço.

INDICADOR	OBJETIVO	RESULTADO
1. Projetos/ações desenvolvidos no OE	Realizar no mínimo 20% de projetos/ações num ano	
2. Área verde por habitante (em perímetro urbano)	Área verde ou afim (ha) por habitante	
3. Espaço verde e espaço afeto ao automóvel	Relação entre as áreas verdes e afetas ao automóvel, por perímetro urbano	
4. Lixo para reciclagem	Toneladas de lixo para reciclar por ano	
5. Óleos para reciclagem/reutilização	Litros para reciclagem por ano	
6. Consumo de água	Consumo de água per capita	
7. Consumo de energia elétrica	Consumo de energia eléctrica per capita	
8. Utilização de energia solar/fotovoltaica	% fogos com utilização de energias alternativas	
9. Cortes de água	N.º de cortes de água por ano (devido a rutura ou outra causa)	
10. Cortes de energia elétrica	Cortes de energia eléctrica por ano	
11. Edifícios degradados ou devolutos	% de edifícios degradados por perímetro urbano	
12. Projetos ou obras de reabilitação urbana de iniciativa privada	N.º de projetos/obras por ano	
13. Projetos/obras de reabilitação urbana de iniciativa pública	N.º de projetos/obras por ano	
14. Locais vandalizados/degradados	N.º de locais	

#### Objetivo estratégico 2.2.

Promover um espaço inclusivo e dotado e infraestruturas e equipamentos de excelência.

INDICADOR	OBJETIVO	RESULTADO
1. Projetos/ações desenvolvidos no OE	Realizar no mínimo 20% de projetos/ações por ano	
2. Cobertura da rede de águas	População servida pela rede	
3. Cobertura da rede de saneamento	População servida pela rede	
4. Renovação da rede de águas	Metros lineares de rede renovada por ano	
5. Renovação da rede de saneamento	Metros lineares de rede renovada por ano	
6. Rede cicláveis	Metros de rede ciclável-pedonal por perímetros urbano	
7. Área de estacionamento para veículos automóveis	Área (m2) por perímetro urbano	
8. Pontos de estacionamento de bicicletas	N.º de pontos de estacionamento por sede de freguesia	
9. Ruas pedonalizadas ou amigas das pessoas	N.º de ruas por perímetro urbano	
10. Sinalética orientadora		
11. Espaços públicos acessíveis	Relação entre espaços públicos acessíveis e não acessíveis	
12. Estradas/ruas acessíveis	Relação entre ruas acessíveis e não acessíveis	
13. Serviços acessíveis	N.º de serviços acessíveis	

## DAE 3. Salvaguardar e valorizar o património, a cultura e fomentar o turismo

### Objetivo estratégico 3.1.

#### Requalificar e valorizar o património arqueológico, arquitectónico e natural.

INDICADOR	OBJETIVO	RESULTADO
1. Projetos/ações desenvolvidos no OE	Realizar no mínimo 20% de projetos/ações num ano	
2. Património classificado no concelho	Aumentar por ano 10% dos elementos patrimoniais classificados ou com alguma proteção especial	
3. Iniciativas de estudo e valorização de elementos patrimoniais	N.º de iniciativas por ano	
4. Obras de recuperação/reabilitação de elementos patrimoniais	N.º de obras por ano	

### Objetivo estratégico 3.2.

#### Potenciar e promover o património genuíno e indentitário, a história, a cultura e identidade local.

INDICADOR	OBJETIVO	RESULTADO
1. Projetos/ações desenvolvidos no OE	Realizar no mínimo 20% de projetos/ações por ano	
2. Ações de divulgação, promoção e valorização local com base no património identitário	N.º de iniciativas por ano	
3. Espaços patrimoniais e turísticos acessíveis	N.º de espaços acessíveis	
4. Visitantes ao Castelo de Viana e a outros espaços musealizados no concelho	Aumentar as visitas em 10% por ano	
5. Notícias e jornais nacionais e regionais sobre o património do concelho	N.º de notícias por ano	
6. Alojamento disponível no concelho	N.º de camas hoteleiras disponíveis	
7. Estações de autocaravanismo	Criar 1 em cada sede de freguesia	

## DAE 4. Fomentar a governância, cidadania, formação e a equidade social

### Objetivo estratégico 4.1.

#### Promover a governância e cidadania.

INDICADOR	OBJETIVO	RESULTADO
1. Projetos/ações desenvolvidos no OE	Mínimo 20% de projetos/ações por ano	
2. Fóruns de auscultação pública	N.º de eventos	
3. Propostas de atores locais formais para o desenvolvimento e sustentabilidade	N.º de propostas	
4. População diretamente envolvida em grupos de ação para o desenvolvimento	Total de população envolvida	
5. População em cursos de formação ao longo da vida (cidadania, empreendedorismo, etc.)	N.º de formandos por ano	
6. Serviços públicos acessíveis (internet, balcão único, hot spots de internet net)	N.º de locais	

### Objetivo estratégico 4.2.

#### Promover a saúde e garantir a equidade social.

INDICADOR	OBJETIVO	RESULTADO
1. Projetos/ações desenvolvidos no OE	Mínimo 20% de projetos/ações por ano	
2. População a viver a pobreza	N.º de indivíduos a viver em pobreza	
3. Programas de apoio às famílias carenciadas e a população marginal	N.º de programas/ações organizados e com impacte social	
4. Apoio ao arrendamento	N.º de programas efetivos	
5. Parceiros sociais (públicos ou privados) no apoio à exclusão social e pobreza.	N.º de parceiros comprometidos com o apoio à exclusão social e pobreza	

### DAE 5. Promover as pessoas e o território

#### Objetivo estratégico 5.1.

#### Potenciar e valorizar as pessoas.

INDICADOR	OBJETIVO	RESULTADO
1. Projetos/ações desenvolvidos no OE	Mínimo 20% de projetos/ações por ano	
2. Fóruns de auscultação pública	N.º de eventos	
3. População em cursos de formação ao longo da vida (cidadania, empreendedorismo, etc.)	N.º de formandos por ano	
4. População diretamente envolvida em grupos de ação para o desenvolvimento	Total de população envolvida	

#### Objetivo estratégico 5.2.

#### Promover e valorizar o território.

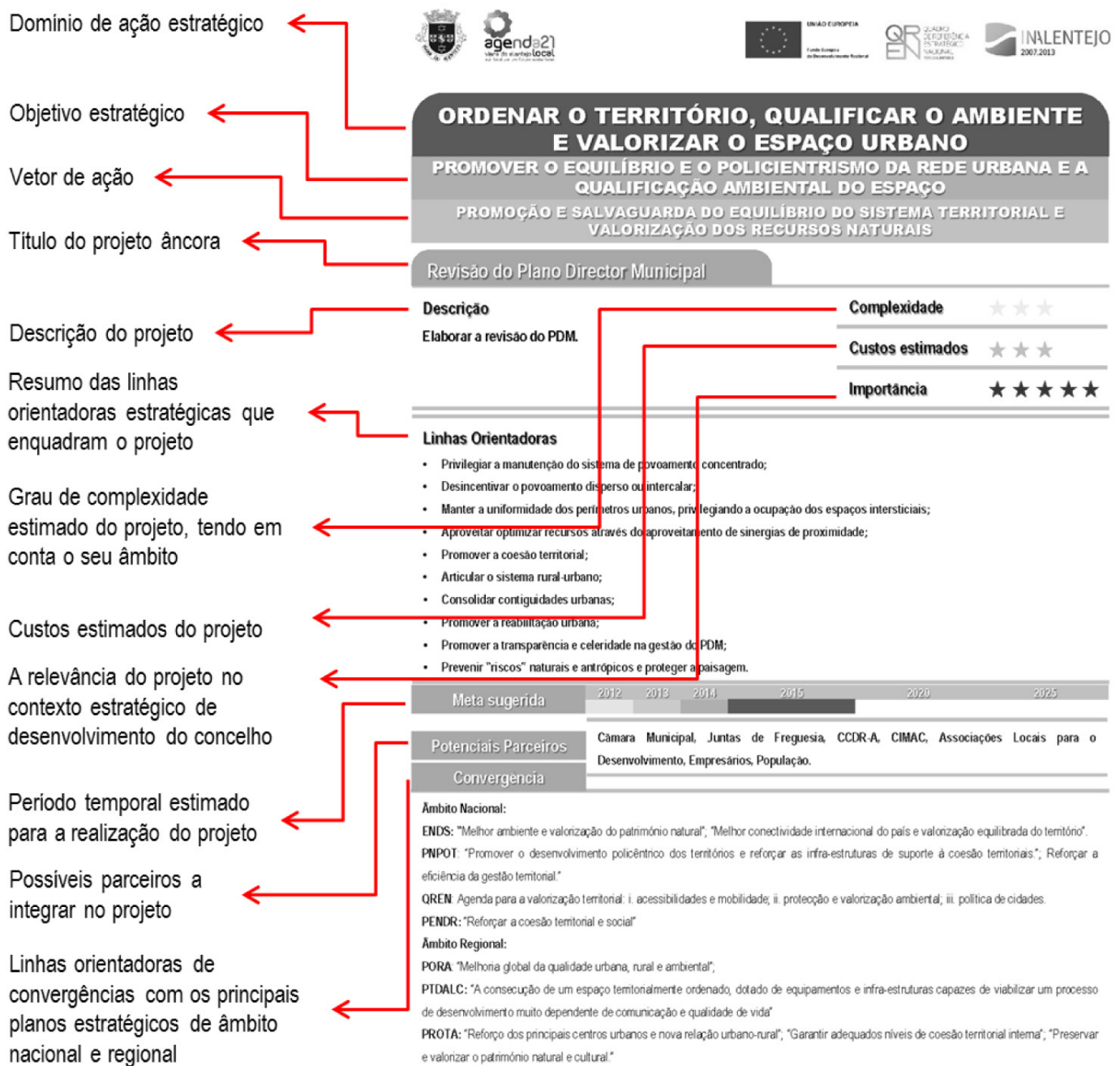
INDICADOR	OBJETIVO	RESULTADO
1. Projetos/ações desenvolvidos no OE	Mínimo 20% de projetos/ações por ano	
2. Campanhas de marketing e promoção de Viana do Alentejo a nível nacional	N.º de campanhas	
3. Viana do Alentejo em jornais regionais e nacionais	N.º de campanhas	
4. População a aprender artes e ofícios tradicionais	N.º de indivíduos	



## 15. Projetos âncora. As ações basilares da estratégia de desenvolvimento sustentável do concelho

Não obstante o universo de projetos delineados para o desenvolvimento sustentável do concelho de Viana do Alentejo, há aqueles que são determinantes para provocar a mudança do sistema territorial que o concelho encerra. A estes damos o nome de **projetos âncora**, destacados nas respetivas “fichas de projeto” no anexo I. dos quais se destacam os 15 principais, dos quais 10 são relevados pelos atores locais.

Figura 15.1 - Esquema da ficha de projeto.



## 16. Notas finais

O concelho de Viana do Alentejo embora não ocupe um lugar de charneira no panorama dos municípios portugueses, apresenta uma boa posição e enquadramento geográfico, i.e., relativamente próximo a Lisboa e junto de Évora, e dispõe de recursos com forte potencial de aproveitamento e genuínos, alguns dos quais já com alguma tradição.

É preciso reforçar a disponibilidade de espaço, e o preço da renda locativa (dos prédios rústicos ou urbanos) relativamente acessível (se comparado com os principais polos polarizadores, como Évora) em Viana do Alentejo, associando a isto a relativa qualidade dos solos e o forte potencial de aproveitamento que apresentam para a prática intensiva de atividades ligadas à agropecuária e silvicultura, i.e., desde a criação de gado para produção de carne, leite e derivados, até à produção de mel, ou produtos hortícolas, nomeadamente, a partir de práticas mais sustentáveis. A potenciação e valorização destes recursos e produtos, carecerão contudo de ser efetuada de forma agressiva, através da criação de uma imagem, certificação ou símbolo de qualidade, além de processos de gestão (alguma forma de associativismo) que fomentem ganhos de escala e de competitividade e inovação.

Também os chocalhos, um forte símbolo local, e o património histórico-cultural, realçando-se o simbolismo da assinatura do Tratado de Alcáçovas, ou mesmo a Arte Chocalheira ou ainda as celebrações associadas a N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> D'Aires, oferecem oportunidade ainda inexploradas para a realização de negócios, para a dinamização social, económica e cultural, e ganhos de imagem e centralidade do concelho. Em complemento, o património construído, de que se destaca em Viana o Centro Histórico com o Castelo e a Igreja da Matriz, ou o Santuário de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> D'Aires e, em Alcáçovas, o Paço dos Henriques (e a história que lhe está inerente) e o Jardim e Capela das Conchas, são elementos que conferem singularidade e genuinidade ao concelho, oferecendo em conjunto de oportunidades na área do turismo cultural e religioso. É contudo, necessário reabilitar o património, criar uma forte imagem para o concelho e potenciá-la através de campanhas de marketing territorial, valorizar os produtos locais e oferecer serviços (restauração e hotelaria) mais qualificados. A qualificação global do território, não apenas com infraestruturas e equipamentos coletivos, mas com práticas de gestão sustentáveis, relacionadas com energia, consumo e gestão de água, acessibilidades e mobilidade, poderá constituir igualmente uma forma de estar em Viana do Alentejo, atraindo residentes, transeuntes ou jovens que vão estudar para fora do concelho, em virtude da boa prática e da excelente qualidade de vida que o concelho pode oferecer.

É também necessário potenciar parcerias internas (gerir o território apoiando-se nos atores) e com o exterior, integrando o concelho em rotas (dos frescos, religiosas, dos queijos, ou de outros produtos a explorar, como o azeite, a doçaria, o mel...) e estabelecendo parcerias com os concelhos vizinhos, nomeadamente, com Évora, Alvito ou Alcácer, de modo a potenciar e criar escalas e sinergias de oportunidade. A instalação da Embraer será igualmente uma forte oportunidade a explorar, exigindo esforços planeados e concertados e incisivos nesse sentido.

Não cada um per si, mas de forma sinérgica, a conjugação dos diferentes instrumentos enunciados, que compreendem parte dos 126 projetos lançados em 5 domínios de ação estratégica, apoiarão o desenvolvimento do concelho, mas é imprescindível o querer e a ação (concertada) dos diversos atores, porque a todos – dos políticos, aos cidadãos, às empresas, às entidades públicas - cabe a responsabilidade de gerir e potenciar o território, e porque é nas pessoas que está a raiz da mudança.

A A21L\_VA não obstante o seu eventual mérito, não é uma panaceia, não substitui a ação e decisão das pessoas e não se materializa por si no terreno. Lança apenas, com uma abordagem integrada e sistémica, uma visão de futuro de desenvolvimento sustentável para o concelho de Viana do Alentejo e os caminhos a percorrer nesse sentido. Como tal, e reconhecendo o seu carácter meramente indicativo pois só a vontade a torna vincu-

lativa, é necessário de imediato uma atitude pró-ativa conducente à sua operacionalização. Assim, sem prejuízo das ações e projetos âncora apontados para a estratégia de desenvolvimento, entre outros que a poderão reforçar a jusante da própria A21L\_VA, é imperativo que se definam prioridades de ação e que se afetem a essas os instrumentos, os recursos e os esforços partilhados necessários à sua implementação de forma que a estratégia “abandone o papel” e se concretize no território, acompanhado e induzindo novas dinâmicas. O processo de acompanhamento e monitorização promoverá a sua avaliação e reclamará oportunamente que eventuais ajustes sejam introduzidos.





**BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA**

- ALMEIDA, C.; MENDONÇA, J. J. L.; JESUS, M. R.; GOMES, A. J.; (2000) – “Sistemas aquíferos de Portugal continental”. Sistema aquífero Viana do Alentejo – Alvito. Lisboa, pp. 92-99.
- AMDE (2008) - Programa Territorial de Desenvolvimento do Alentejo Central; AMDE/Associação de Municípios do Distrito de Évora, 124 p.
- APA (2007) - Guia Agenda 21 Local – um Desafio para Todos; Agência Portuguesa do Ambiente, Lisboa, 44p.
- AEUEA (Agência Ecologia Urbana do Eixo Atlântico) (2010) – Agenda 21 local. Apoio à Elaboração e implementação; Guia eixoecologia, vol. 1; AEU Col. Guias Metodológicos; Vila Real, 72 p.
- BERNARDSEN, T. (1999) – Geographic information systems. Na introduction; John Wiley & Sons, Inc., 2nd edition; USA, 372 p.
- CALDEIRA, J.; ARANTES, A.; MARQUES, R. (s/d) – Formulação e implementação de uma estratégia. Metodologia Balanced Scorecard; Curso CAGEP, CADAP e FORGEP, INA.
- CARVALHO, A.M. G. (1988) – Geologia, ano propedêutico 1977/78, Vol. I, II, III, ME/SEES, 463 p.
- CEL/Conselho Europeu de Lisboa (2000) – Conclusões da Presidência. Lisboa, 18 p.
- CES/Conselho Económico e Social (2005) – Estratégia de Lisboa. Parecer da Iniciativa; CES, Lisboa, 37 p.
- CML/CESUR (2007) – Estratégia de Sustentabilidade do Concelho de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, 177 p.
- CMAD (Comissão Mundial do Ambiente e do Desenvolvimento) (1987) - O Nosso Futuro Comum; Meribérica/Liber, Lisboa, 434 p.
- CONFERÊNCIA EUROPEIA SOBRE CIDADES SUSTENTÁVEIS (1994) – Carta das Cidades Europeias para a Sustentabilidade (Carta de Aalborg). Declaração comum: cidades europeias para a sustentabilidade; Dinamarca.
- DGOTDU (2009) – Governância e participação na gestão territorial; Série Política de Cidades Polis XXI – 5; Lisboa, 64 p.
- DIAS, M.H. (1993) – Expressão Gráfica; Programa de Expressão Gráfica, Linha de AÇÃO de Geografia Regional e Histórica, Relatório n.º 11, CEG/UL, Lisboa, 71 p.
- DIAS, M.H. (1991) – Leitura e comparação de mapas temáticos em Geografia; CEG/UL, Lisboa, 433 p.
- DIAS, M.H. (1995) – Os mapas em Portugal. Da tradição aos novos rumos da cartografia; Edições Cosmos, Lisboa, 344 p.
- DL n.º 380/99, de 22 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo DL 53/2000, de 7 de Abril, DL 58/2005, de 29 de Dezembro, DL 56/2007, de 31 de Agosto e DL 316/2007, de 19 de Setembro, e o DL 46/2009, de 20 de Fevereiro – estabelece o Regime Jurídico Instrumentos de Gestão Territorial;
- ECA (European Concept for Accessibility Network) (2008) – Manual de assistência técnica; Presidência do Concelho de Ministros/Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, cadernos SNR n.º 18; 111 p.
- ECA (European Concept for Accessibility Network) (2008) – Conceito europeu de acessibilidade para admi-

nistrações; Instituto Nacional para a Reabilitação/Ministério do Trabalho e Solidariedade Social; 69 p.

FEIO, M., (1952) – “A evolução do relevo do Baixo Alentejo e Algarve”. Estudo de geomorfologia. Lisboa, 183p.

FEIO, M.; MARTINS, A., (1993) – “O relevo do Alto Alentejo (traços essenciais)”. Finisterra, XXVIII, 55-56. Lisboa, pp. 149-199.

GCNELPT/Gabinete coordenador nacional da Estratégica de Lisboa e do Plano Tecnológico (2008) – Estratégia de Lisboa. Plano Nacional de Reformas – Portugal. Novo Ciclo 2008-2010. Consolidar as Reformas; GCNELPT, Lisboa, 142 p.

GODET, M. (1993) – Manual de Prospectiva Estratégica. Da Antecipação à AÇÃO; Publicações Dom Quixote, Lisboa, 405 p.

ICLEI (International Council for Local Environmental Initiatives) (2000) – Guia Europeu de Planeamento para a Agenda 21 Local. Como implementar o planeamento ambiental a longo prazo com vista à sustentabilidade; ed. Em português da DGOTDU/SEOTCN/MAOT, Lisboa, 102 p.

INMG - Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (1991) – “O clima de Portugal”. Normais climatológicas da região de “Alentejo e Algarve”, correspondentes a 1951-1980. Fasc. XIX, vol. 4, 4.ª região. Lisboa, 89p.

JFSCS/RTGeo (2008) – PEDeSCS. Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável de Santa Catarina da Serra; Junta de Freguesia de Santa Catarina da Serra, 116 p.

KAPLAN, R.S.; NORTON, D.P. (1996) – The balanced scorecard. Translating strategy into action; Harvard business school press; Boston, Massachusetts, 321 p.

KAPLAN, R.S.; NORTON, D.P. (2001) – The strategy-focused organization; HBSP.

KAPLAN, R.S.; NORTON, D.P. (2004) – Strategy Maps. Converting intangible assets into tangible outcomes; Harvard business school press; Boston, Massachusetts, 452 p.

KAPLAN, R.S.; NORTON, D.P. (2006) – Alignment. How to apply the balanced scorecard to corporate strategy, HBSP.

KATHY HO, S.; LILIAN CHAN, Y. (2002) – Performance measurement and the implementation of balanced scorecards in municipal governments; The Journal of Government Financial Management, n.º 51, 4; ABI/INFORM Global, pp. 8-19

LOWRY, W. (1972) – Climatologia; Vol. II, do compêndio para a formação profissional do pessoal meteorológico da classe IV; INMG, Lisboa, p. 159.

MADRP (2009) - Plano estratégico Nacional Desenvolvimento Rural 2007 – 2013; Revisão Novembro 2009; Lisboa, 115 p.

MMA/SGPCCC (Ministerio de Medio Ambiente. Secretaría General para la Prevención de la Contaminación y del Cambio Climatico) (2004) – Guia para la Elaboracion de Estudios del Medio Fisico: Contenido y Metodología; Segunda Edicion; Ministerio de Obras Publicas y Urbanismo; p. 572.

MADRP (2009) – Plano estratégico nacional de desenvolvimento rural; Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, Lisboa, 115 p.

MEDEIROS, C. A., (2000) – “Geografia de Portugal”. Ambiente natural e ocupação humana, uma introdução. Ed. Estampa, Temas de Sociologia, Lisboa, 283p.

PARTIDÁRIO (2006) – “Conceptos, Evolución y Perspectivas de la Evaluación Ambiental Estratégica; Seminario de Expertos sobre La Evaluación Ambiental Estratégica en Latinoamérica en la Formulación y Gestión de Políticas; Santiago de Chile.

Lei 58/2007, de 4 de Setembro – Aprova o Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT).

PEIXOTO, J. P. (1987) – O Sistema Climático e as Bases Físicas do Clima – O Homem, o Clima e o Ambiente -I; Secretaria de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais; Lisboa; p. 187.

PEIXOTO, J.P., (1987) – “As variações do clima e o ambiente”. O homem, o clima e ao ambiente – II. Secretaria de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais, Gabinete de estudos e planeamento da administração do território, Lisboa, 126 p.

PLANO TECNOLÓGICO(a) – República Portuguesa, XVII Governo Constitucional.

PLANO TECNOLÓGICO(b) – Uma estratégia de crescimento com base no Conhecimento, Tecnologia e Inovação. Documento de apresentação, p. 54.

RCMa (Resolução do Conselho de Ministros) (86/2007), de 3 de Julho. Institui o Quadro de Referência Estratégico Nacional.

RCMb (Resolução do Conselho de Ministros) (109/2007), de 20 de Agosto – Aprova a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (2015) e respectivo plano de implementação, (ENDS).

RCM (Resolução do Conselho de Ministros) 109/2007, de 20 de Agosto – Aprova a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (2015) e respectivo plano de implementação.

RIBEIRO, O. (1991) – Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico; 6.ª ed., Coleção Nova Universidade, Livraria Sá da Costa Editora; Lisboa, 119 p.

RIBEIRO, O., LAUTENSACH, H., DAVEAU, S., (1995) – “Geografia de Portugal. I. A posição geográfica e o território”. Ed. Sá da Costa, Lisboa. 334p.

RUSSO, J. (2006) – Balanced Scorecard para PME; ed. Lidel, 3.ª ed., Lisboa, 201 p.

SADLER, B. (1994) – “Desenvolvimento Sustentável e Gestão Ambiental”; ed. Maria do Rosário Partidário e Júlio de Jesus, CEPGA, Lisboa, pp. 25-39.

SCHMIDT, L; NAVE, G.; GUERRA, J.(2006) – Autarquias e Desenvolvimento Sustentável. Agenda 21 Local e Novas Estratégias Ambientais; ed. Fronteira do Caos, Porto, 152 p.

TREWARTHA (1954) – An Introduction do Climate; Ed. McGraw-Hill, Nova Iorque, 402 p.

SIRGADO, C. (1993) – “A Geografia Física nos Planos Directores Municipais”; Estudos de Geografia Física e Ambiente, Linha de AÇÃO em Geografia Física Rel. 32, CEG/FLUL, pp. 47–55.



SOROMENHO-MARQUES, V. (1994 a) – Regressar à Terra. Consciência Ecológica e Política de Ambiente; Fim de Século – Margens, Lisboa, 151 p.

SOROMENHO-MARQUES, V. (1998 b) – O Futuro Frágil. Os Desafios da Crise Global do Ambiente; Publicações Europa - América, Lisboa, 225 p.

STRAHLER, A. (1992) - “Modern Physical Geography”. Fourth Edition, Wiley, New York. 638p.

UE/CCE (2001) – Governança Europeia. Um Livro Branco; Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas, 25.7.200, COM(2001) 428 final

#### Sites:

- Agência Portuguesa do Ambiente  
<http://www.apambiente.pt/Paginas/default.aspx>

- Câmara Municipal de Montemor-o-Novo  
<http://www.cm-montemornovo.pt/pt/conteudos/atividade%20municipal/Agenda%2021.htm>

- Câmara Municipal da Amadora  
<http://www.cm-amadora.pt>

- Câmara Municipal de Cascais  
<http://www.agendacascais21.net/Default.aspx?ID=301>

- Câmara Municipal de Loulé  
<http://sustentabilidade.cm-loule.pt/projetos>

- ICLEI - International Council for Local Environmental Initiatives  
<http://www.iclei.org/>

- CIVITAS – Centro de Estudos sobre Cidades e Vilas Sustentáveis  
<http://civitas.dcea.fct.unl.pt/>





**ANEXOS**  
**FICHAS DOS PROJETOS ÂNCORA**



## ORDENAR O TERRITÓRIO, QUALIFICAR O AMBIENTE E VALORIZAR O ESPAÇO URBANO

PROMOVER O EQUILÍBRIO E O POLICENTRISMO DA REDE URBANA E A  
QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL DO ESPAÇO

PROMOÇÃO E SALVAGUARDA DO EQUILÍBRIO DO SISTEMA TERRITORIAL E  
VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

### Revisão do Plano Director Municipal

#### Descrição

Elaborar a revisão do PDM.

#### Complexidade



#### Custos estimados



#### Importância



#### Linhas Orientadoras

- Privilegiar a manutenção do sistema de povoamento concentrado;
- Desincentivar o povoamento disperso ou intercalar;
- Manter a uniformidade dos perímetros urbanos, privilegiando a ocupação dos espaços intersticiais;
- Aproveitar/optimizar recursos através do aproveitamento de sinergias de proximidade;
- Promover a coesão territorial;
- Articular o sistema rural-urbano;
- Consolidar contiguidades urbanas;
- Promover a reabilitação urbana;
- Promover a transparência e celeridade na gestão do PDM;
- Prevenir "riscos" naturais e antrópicos e proteger a paisagem.

Meta sugerida	2012	2013	2014	2015	2020	2025
Potenciais Parceiros	Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, CCDR-A, CIMAC, Associações Locais para o Desenvolvimento, Empresários, População.					
Convergência						

#### Âmbito Nacional:

ENDS: "Melhor ambiente e valorização do património natural"; "Melhor conectividade internacional do país e valorização equilibrada do território".

PNPOT: "Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infra-estruturas de suporte à coesão territoriais."; "Reforçar a eficiência da gestão territorial."

QREN: Agenda para a valorização territorial: i. acessibilidades e mobilidade; ii. protecção e valorização ambiental; iii. política de cidades.

PENDR: "Reforçar a coesão territorial e social"

#### Âmbito Regional:

PORA: "Melhoria global da qualidade urbana, rural e ambiental";

PTDALC: "A consecução de um espaço territorialmente ordenado, dotado de equipamentos e infra-estruturas capazes de viabilizar um processo de desenvolvimento muito dependente de comunicação e qualidade de vida"

PROTA: "Reforço dos principais centros urbanos e nova relação urbano-rural"; "Garantir adequados níveis de coesão territorial interna"; "Preservar



## ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, AMBIENTE E QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

### PROMOVER UM ESPAÇO INCLUSIVO E DOTADO DE INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DE EXCELÊNCIA

#### PROMOVER A OFERTA DE EQUIPAMENTOS COLECTIVOS E REDES DE INFRA-ESTRUTURAS URBANAS DE EXCELÊNCIA

#### Renovação das redes de abastecimento de água e saneamento

##### Descrição

Renovar a rede de infra-estruturas de abastecimento de água mais antiga e degradada ou que ofereça algum tipo de perigo para a saúde pública.

##### Complexidade



##### Custos estimados



##### Prioridade



#### Linhas Orientadoras

- Garantir a cobertura territorial com infra-estruturas básicas (abastecimento de águas, esgotos, pluviais, energia eléctrica, rede de internet);
- Qualificar as redes existentes (sobretudo de águas e recolha de lixos) otimizando o seu desempenho;

Meta sugerida	2012	2013	2014	2015	2020	2025

#### Potenciais Parceiros

Câmara Municipal, Águas do Centro Alentejo.

#### Convergência

##### Âmbito Nacional:

**PNPOT:** "Assegurar a equidade territorial no provimento de infra-estruturas e de equipamentos colectivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social."

**QREN:** Agenda para a valorização territorial: iv. redes, infra-estruturas e equipamentos para a coesão territorial e social (redes de equipamentos e infra-estruturas).

**PENDR:** "Reforçar a coesão territorial e social"

##### Âmbito Regional:

**PTDALC:** "A consecução de um espaço territorialmente ordenado, dotado de equipamentos e infra-estruturas capazes de viabilizar um processo de desenvolvimento muito dependente de comunicação e qualidade de vida".



## REVITALIZAR, FORTALECER E DIVERSIFICAR A BASE ECONÓMICA E POTENCIAR O CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

### QUALIFICAR E DIVERSIFICAR A BASE ECONÓMICA

#### SALVAGUARDAR, REQUALIFICAR E VALORIZAR OS DIVERSOS ELEMENTOS PATRIMONIAIS

#### Requalificar o Santuário da Sr.<sup>a</sup> D'Aires

##### Descrição

Requalificar e valorizar o Santuário da Sr.<sup>a</sup> D'Aires e espaço envolvente (com eventual prospeção arqueológica).

Complexidade ★ ★ ★

Custos estimados ★ ★ ★

Prioridade ★ ★ ★ ★ ★

##### Linhas Orientadoras

- Dignificar, valorizar e promover o Santuário e espaço envolvente, assumindo-o como um recurso.

Meta sugerida	2012	2013	2014	2015	2020	2025
Potenciais Parceiros						
Convergência						

##### Âmbio Nacional:

PNPOT: "Conservar e valorizar os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos e prevenir e minimizar os riscos."

##### Âmbio Regional:

PORA: "Melhoria global da qualidade urbana, rural e ambiental";

PROTA: "Preservar e valorizar o património natural e cultural."



## GOVERNANÇA, CIDADANIA, FORMAÇÃO E EQUIDADE SOCIAL

### PROMOVER A GOVERNANÇA E CIDADANIA

#### ASSEGURAR OS MEIOS QUE PROMOVAM A SAÚDE E COESÃO SOCIAL

##### Melhorar o serviço do Centro de Saúde

###### Descrição

Melhorar o serviço do centro de saúde e extensões: atendimento, permanência de profissionais, urgências.

###### Complexidade



###### Custos estimados



###### Prioridade



##### Linhas Orientadoras

- Melhorar serviços de saúde;
- Fomentar uma maior protecção social;
- Aproximar os profissionais de saúde à população.

Meta sugerida	2012	2013	2014	2015	2020	2025
Potenciais Parceiros	Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, CCDR-A, CIMAC, Associações Locais para o Desenvolvimento, Empresários, População.					
Convergência						

##### Âmbito Nacional:

ENDS: "Mais equidade, igualdade de oportunidades e coesão social".

PNPOT: "Assegurar a equidade territorial no provimento de infra-estruturas e de equipamentos colectivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social."

QREN: Agenda para a valorização territorial: iv. redes, infra-estruturas e equipamentos para a coesão territorial e social (redes de equipamentos e infra-estruturas).

PENDR: "Reforçar a coesão territorial e social"; "Promover a eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos na gestão sectorial e territorial."

##### Âmbito Regional:

PTDALC: "A consecução de um espaço territorialmente ordenado, dotado de equipamentos e infra-estruturas capazes de viabilizar um processo de desenvolvimento muito dependente de comunicação e qualidade de vida"

PROTA: "Garantir adequados níveis de coesão territorial interna".



## ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, AMBIENTE E QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

### PROMOVER O EQUILÍBRIO E O POLICENTRISMO DA REDE URBANA E A QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL DO ESPAÇO

### PROMOÇÃO E SALVAGUARDA DO EQUILÍBRIO DO SISTEMA TERRITORIAL E VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

#### Aproveitamento das energias renováveis

##### Descrição

Incentivos locais e campanhas de sensibilização ao aproveitamento da energia solar.

Complexidade ★ ★ ★

Custos estimados ★ ★ ★

Prioridade ★ ★ ★ ★ ★

##### Linhas Orientadoras

- Gerir de forma sustentável os recursos naturais.

Meta sugerida	2012	2013	2014	2015	2020	2025
Potenciais Parceiros	Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, CIMAC, Associações Locais para o Desenvolvimento, Empresários, População.					
Convergência						

##### Âmbito Nacional:

ENDS: "Crescimento sustentado, competitividade à escala global e eficiência energética"; "Melhor ambiente e valorização do património natural".

PNPOT: "Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos e prevenir e minimizar os riscos."; Proteger e valorizar os recursos territoriais (ambientais, paisagísticos e culturais) (...) salvaguardando o desenvolvimento sustentável (...), concretizar o potencial das energias renováveis e promover o uso silvo-pastoril ou florestal, dando especial atenção ao aproveitamento multifuncional do montado."

QREN: Agenda para a valorização territorial: ii. protecção e valorização ambiental.

PENDR: "Promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais."

##### Âmbito Regional:

PTDALC: "A preservação e valorização do recursos naturais e ambientais;"

PROTA: "Reforço dos principais centros urbanos e nova relação urbano-rural"; "Garantir adequados níveis de coesão territorial interna"; "Preservar e valorizar o património natural e cultural."





## REVITALIZAR, FORTALECER E DIVERSIFICAR A BASE ECONÓMICA E POTENCIAR O CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

### QUALIFICAR E DIVERSIFICAR A BASE ECONÓMICA

#### APOSTA NA CRIAÇÃO DE INSTRUMENTOS E ESPAÇOS QUE PROMOVAM O EMPREENDEDORISMO E A EMERGÊNCIA DE NOVOS PRODUTOS E SERVIÇOS

##### Criação da área empresarial e industrial Viana-Aguiar

###### Descrição

Estudar a melhor localização para áreas de localização empresarial e industrial, incluindo para acolher pequenas e médias empresas, verificando a possibilidade de instalar uma grande área localização empresarial inter-freguesias Viana-Aguiar.

###### Complexidade



###### Custos estimados



###### Prioridade



##### Linhas Orientadoras

- Apostar no sector industrial criando condições em termos de Instrumentos de Gestão Territorial, marketing territorial e incentivos para atrair investimento;
- Explorar a proximidade da Embraer e empresas e negócios que estimulará;
- Incentivar o investimento industrial a jusante o sector agrícola e agro-florestal;
- Reordenar e potenciar os "espaços industriais e áreas de localização empresarial.

Meta sugerida	2012	2013	2014	2015	2020	2025
Potenciais Parceiros	Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, CCDR-A, CIMAC e Empresários.					
Convergência						

##### Âmbito Nacional:

ENDS: "Crescimento sustentado, competitividade à escala global e eficiência energética;" "Mais equidade, igualdade de oportunidades e coesão social"; "Melhor conectividade internacional do país e valorização equilibrada do território".

PNPOT: "Consolidar o corredor (...) Sines-Évora-Elvas/Badajoz, como elementos estruturantes de um sistema urbano regional policêntrico;" "Valorizar e integrar os centros urbanos de menores dimensões, em particular as sedes de concelhos que asseguram funções fundamentais de integração dos espaços rurais;" "Necessidade de aumentar os recursos regionais de investigação e desenvolvimento tecnológico, apostar na área do desenvolvimento industrial, identificar as potencialidades do sector aeronáutico."

QREN: "Agenda para o potencial humano;" "Agenda para os factores e competitividade;" "Agenda para a valorização territorial".

PENDR: "Reforçar a coesão territorial e social".

##### Âmbito Regional:

PORA: "Dinamização e renovação das actividades económicas tradicionais;" "Apoio do perfil de especialização regional;" "Reforço da competitividade e atractividade dos seu lugares (sedes de freguesia) e na complementaridade entre estes e o espaço rural".

PTDALC: "A promoção de um maior dinamismo e inovação empresariais, visando renovar as actividades tradicionais e diversificar o padrão de especialização;" "Potenciação da cooperação regional e local para promoção de redes empresariais e de conhecimento (...)."

PROTA: "Crescimento económico e emprego;" "Diversificação e qualificação da base económica regional."



## SALVAGUARDAR E VALORIZAR O PATRIMÓNIO, A CULTURA E FOMENTAR O TURISMO

### REQUALIFICAR E VALORIZAR O PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO, ARQUITECTÓNICO E NATURAL

#### SALVAGUARDAR, REQUALIFICAR E VALORIZAR OS DIVERSOS ELEMENTOS PATRIMONIAIS

Diligenciar para a classificação dos elementos patrimoniais

#### Descrição

Promover a classificação, requalificação, dignificação e valorização dos elementos patrimoniais.

#### Complexidade



#### Custos estimados



#### Prioridade



#### Linhas Orientadoras

- Promover a classificação dos diversos elementos;
- Diligenciar sobre a requalificação do património.

#### Meta sugerida

2012

2013

2014

2015

2020

2025

#### Potenciais Parceiros

#### Convergência

#### Âmbio Nacional:

PNPOT: "Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos e prevenir e minimizar os riscos."

#### Âmbio Regional:

PORA: "Melhoria global da qualidade urbana, rural e ambiental";

PROTA: "Preservar e valorizar o património natural e cultural."



## REVITALIZAR, FORTALECER E DIVERSIFICAR A BASE ECONÓMICA E POTENCIAR O CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

### VALORIZAR E PROMOVER OS PRODUTOS LOCAIS

#### CRIAR UMA FILEIRA DE PRODUTOS AGRÍCOLAS LOCAIS DE QUALIDADE

#### Promoção de uma agricultura sustentável

##### Descrição

Fomentar a profissionalização da produção biológica (hortícolas, leite, queijo, carne, mel, azeite, pimentão).

**Complexidade** ★ ★ ★

**Custos estimados** ★ ★ ★

**Prioridade** ★ ★ ★ ★ ★

##### Linhas Orientadoras

- Revitalizar o sector agrícola (produção de hortícolas) e agro-pecuária (bovinos, ovinos e caprinos), silvicultura, olivicultura, vinicultura e apicultura.

Meta sugerida	2012	2013	2014	2015	2020	2025
Potenciais Parceiros	Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, CCDR-A, CIMAC, Associações Locais para o Desenvolvimento, Empresários, População.					
Convergência						

##### Âmbito Nacional:

ENDS: "Melhor ambiente e valorização do património natural".

PNPOT: "Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos e prevenir e minimizar os riscos."; "Assumir o papel estratégico da agricultura e apoiar os processos da sua transformação no contexto do desenvolvimento programado para a Região."; "Proteger e valorizar os recursos territoriais (ambientais, paisagísticos e culturais) (...) salvaguardando o desenvolvimento sustentável (...), concretizar o potencial das energias renováveis e promover o uso silvo-pastoril ou florestal, dando especial atenção ao aproveitamento multifuncional do montado."

QREN: "Agenda para o potencial humano."; "Agenda para a valorização territorial".

PENDR: "Aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal."; "Promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais."

##### Âmbito Regional:

PTDALC: "A preservação e valorização do recursos naturais e ambientais."; "Qualificar o ambiente e potenciar o espaço rural."

PROTA: "Preservar e valorizar o património natural e cultural."



## REVITALIZAR, FORTALECER E DIVERSIFICAR A BASE ECONÓMICA E POTENCIAR O CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

### VALORIZAR E PROMOVER OS PRODUTOS LOCAIS

#### CRIAR ESTRUTURAS QUE ESTIMULEM A PRODUÇÃO, PROMOÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS LOCAIS

Integrar o concelho no Perímetro de Rega do Alqueva

#### Descrição

Envidar esforços para integrar o concelho no perímetro de rega do Alqueva.

Complexidade ★★☆☆

Custos estimados ★★☆☆

Prioridade ★★★☆☆

#### Linhas Orientadoras

- Criar instrumentos, meios, mecanismos que integrem o concelho na área do perímetro de rega do Alqueva, tendo em vista o incentivo e fomento da agricultura, pecuária e afins.

Meta sugerida	2012	2013	2014	2015	2020	2025
Potenciais Parceiros	Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, CCDR-A, CIMAC, Associações Locais para o Desenvolvimento, Empresários, População.					
Convergência						

#### Âmbito Nacional:

ENDS: "Melhor ambiente e valorização do património natural".

PNPOT: "Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos e prevenir e minimizar os riscos."; "Assumir o papel estratégico da agricultura e apoiar os processos da sua transformação no contexto do desenvolvimento programado para a Região."; "Proteger e valorizar os recursos territoriais (ambientais, paisagísticos e culturais) (...) salvaguardando o desenvolvimento sustentável (...), concretizar o potencial das energias renováveis e promover o uso silvo-pastoril ou florestal, dando especial atenção ao aproveitamento multifuncional do montado."

QREN: "Agenda para o potencial humano."; "Agenda para a valorização territorial".

PENDR: "Aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal."; "Promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais."

#### Âmbito Regional:

PTDALC: "A preservação e valorização do recursos naturais e ambientais."; "Qualificar o ambiente e potenciar o espaço rural."

PROTA: "Preservar e valorizar o património natural e cultural."



## ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, AMBIENTE E QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

### PROMOVER O EQUILÍBRIO E O POLICENTRISMO DA REDE URBANA E A QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL DO ESPAÇO

#### INSTIGAR A UMA CULTURA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL APOIADA EM PARCERIAS

#### Elaborar um Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal

##### Descrição

Renovar a rede de infra-estruturas de abastecimento de água mais antiga e degradada ou que ofereça algum tipo de perigo para a saúde pública.

**Complexidade** ★ ★ ★

**Custos estimados** ★ ★ ★

**Prioridade** ★ ★ ★ ★ ★

##### Linhas Orientadoras

- Promoção de parcerias público-privadas e trabalho em rede.

Meta sugerida	2012	2013	2014	2015	2020	2025
Potenciais Parceiros	Câmara Municipal, Águas do Centro Alentejo.					
Convergência						

##### Âmbito Nacional:

**ENDS:** "Melhor conectividade internacional do país e valorização equilibrada do território."

**PNPOT:** "Assegurar a equidade territorial no provimento de infra-estruturas e de equipamentos colectivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social."; "Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, activa e responsável dos cidadãos e das instituições."

**QREN:** "Agenda para o potencial humano."; "Agenda para os factores e competitividade."; "Agenda para a valorização territorial".

**PENDR:** "Reforçar a coesão territorial e social"; "Promover a eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos na gestão sectorial e territorial."

##### Âmbito Regional:

**PORA:** "Dinamização e renovação das actividades económicas tradicionais."; "Apoio do perfil de especialização regional."; "Reforço da competitividade e atractividade dos seu lugares (sedes de freguesia) e na complementaridade entre estes e o espaço rural".

**PTDALC:** "Potenciação da cooperação regional (e local) para promoção de redes empresariais e de conhecimento, ganhos de escala, transferência de saber e boas práticas e ainda gestão conjunta de recursos."

**PROTA:** "Criar escala e reforçar as relações com o exterior."; "Diversificação e qualificação da base económica regional."





Projeto cofinanciado por:

